

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CONSEPE

Secretaria dos Conselhos Superiores (Socs)
Bloco IV, Segundo Andar, Câmpus de Palmas
(63) 3229-4067 | (63) 3229-4238 | consepe@uft.edu.br



RESOLUÇÃO Nº 81, DE 23 DE MAIO DE 2023 – CONSEPE/UFT

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Relações Internacionais, Câmpus de Porto Nacional.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), reunido em sessão ordinária no dia 23 de maio de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Relações Internacionais, Câmpus de Porto Nacional, em observância à Resolução Consepe nº 40, de 13 de abril de 2022, conforme dados do Processo nº 23101.008463/2022-09, e anexo desta Resolução.

Parágrafo único. A atualização descrita no *caput* deste artigo refere-se à Resolução Consepe nº 16/2014, aprovada em 14 de agosto de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS EDUARDO BOVOLATO
Reitor



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL (ATUALIZAÇÃO
2023).**

Anexo da Resolução nº 81/2023 – Consepe
Aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 23 de maio de 2023.

Palmas/TO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº 81/2023 – CONSEPE

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE BACHARELADO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL
(ATUALIZAÇÃO 2023).**

Palmas/TO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE BACHARELADO EM
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CÂMPUS DE PORTO NACIONAL.**

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	8
1.2 - A UFT no contexto regional e local	9
1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais	10
1.3.1 - Missão	10
1.3.2 - Visão	10
1.3.3 - Valores	10
1.4 - Estrutura Institucional	10
2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO	12
3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso	15
3.2 - Objetivos do curso	16
3.3 - Perfil Profissional do Egresso	18
3.4 - Estrutura Curricular	19
3.5 - Ementário	28
3.6 - Conteúdos curriculares	79
3.6.1 - Matriz formativa	80
3.6.2 - Flexibilização curricular	80
3.6.3 - Objetos de conhecimento	81
3.6.4 - Programas de formação	81
3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)	82
3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares	85
3.8 - Migração curricular	90
3.9 - Metodologia	90
3.9.1 - Inovação Pedagógica	91
3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais	91
3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas	92
3.9.4 - Tecnologias Sociais	92
3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente	92
3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem	92
3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem	93
3.10 - Estágio Curricular Supervisionado	94
3.11 - Atividades complementares	94
3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	94
3.13 - Internacionalização	95
3.14 - Políticas de apoio aos discentes	95
3.15 - Políticas de extensão	96

3.16 - Políticas de pesquisa	97
3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade	97
3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	98
3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem	99
3.20 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	99
3.21 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	100
4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL	100
4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)	100
4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores	101
4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso	101
5 - INFRAESTRUTURA	102
5.1 - Infraestrutura do câmpus	103
5.1.1 - Sala de Direção do câmpus	103
5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes	103
5.1.3 - Salas de aula	103
5.1.4 - Instalações Administrativas	104
5.1.5 - Estacionamento	104
5.1.6 - Acessibilidade	104
5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	104
5.1.8 - Biblioteca	105
5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	106
5.1.8.2 - Periódicos especializados	106
5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar	106
5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios	107
5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos	107
5.1.11 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	108
5.1.12 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)	108
5.1.13 - Área de lazer e circulação	108
5.1.14 - Restaurante Universitário (se houver)	109
5.2 - Infraestrutura do curso	109
5.2.1 - Coordenação de curso	109
5.2.2 - Bloco de salas de professores	109
5.2.2.1 - Salas de permanência	109
6 - REFERÊNCIAS	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 2 - {{figura 1}} - Matriz Curricular

20

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Informações do Curso	
Mantenedora	Ministério da Educação (MEC).
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luiz Eduardo Bovolato - Reitor; Marcelo Leineker - Vice-Reitor; Ary Henrique Moraes de Oliveira - Pró-reitor de Tecnologia da Informação e Comunicação; Carlos Alberto Moreira de Araujo Junior - Pró-reitor de Administração e Finanças; Eduardo José Cezari - Pró-reitor de Graduação; Rafael Sanzio Pimenta - Pró-reitor de Pesquisa; Maria Santana F. dos Santos Milhomem - Pró-reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários; Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-reitor de Assuntos Estudantis; Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-reitor de Avaliação e Planejamento; Vânia Maria de Araújo Passos - Pró-reitora de Gestão de Pessoas;
Câmpus	Porto Nacional
Direção do Câmpus	Etiene Fabbrin Pires Oliveira
Nome do Curso	Bacharelado em Relações Internacionais
Diplomação	Bacharelado em Relações Internacionais
Endereço de Funcionamento do Curso	Rua 03, Quadra 17, Lote 11, s/nº Setor Jardim dos Ipês 77500-000 Porto Nacional/TO
E-mail do curso	brintport@uft.edu.br
Telefone de contato do curso	(63) 3363-0541
Coordenador do Curso	Fernando Furquim de Camargo
Código e-MEC	1300177
Autorização	Resolução n.º 15, de 19/11/2013
Reconhecimento	PORTARIA N° 219, DE 10 de março de 2021 (Ministério da Educação)

Renovação do Reconhecimento	
Formas de Ingresso	Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) - Sistema de Seleção Unificada (SiSU) e Processo Seletivo Complementar (PSC); Processo Seletivo por Análise Curricular (PSAC) e Extravestibular.
Área CNPq	Ciências Humanas
Modalidade	Educação Presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Carga Horária	2700 horas
Turnos de Funcionamento	Vespertino
N.º de Vagas Anuais	50
Conceito ENADE	
Conceito Preliminar do Curso	

1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar

profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;
6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;
10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;
11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel

ainda mais relevante, no sentido de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

1.1 - Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis, juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A UFT continua sendo a maior instituição pública de ensino superior do Estado, em termos de dimensão e de desempenho acadêmico e oferece atualmente 46 cursos de graduação, sendo 40 presenciais e 6 na modalidades EAD, 29 programas de mestrados, sendo 14 profissionais e 14 acadêmicos; e 6 doutorados sendo 1 profissional e 5 acadêmicos, além de vários cursos de especialização lato sensu presenciais, sendo pertencentes à comunidade acadêmica aproximadamente 1.154 docentes, 16.533 alunos e 866 técnicos administrativos.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

1.2 - A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em cinco cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, e os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

1.3 - Missão, Visão e Valores Institucionais

1.3.1 - Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

1.3.2 - Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

1.3.3 - Valores

- * Respeito à vida e à diversidade.
- * Transparência.
- * Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.
- * Inovação.
- * Desenvolvimento sustentável.
- * Equidade e justiça social.
- * Formação ético-política.

1.4 - Estrutura Institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. Conselho Universitário - CONSUNI: órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró-Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.

2. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE: órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. Reitoria: órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.

4. Pró-Reitorias: No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró-Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró-Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).

5. Conselho do Diretor: é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

6. Diretor de Câmpus: docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.

7. Colegiados de Cursos: órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.

8. Coordenação de Curso: é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas cinco unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Câmpus Universitários	
Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação: Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Biologia (modalidade à distância), Administração Pública (modalidade à distância) Turismo Patrimonial, Socioambiental (Tecnológico),

	Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura).
Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal, Química Ambiental e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância), Matemática EAD.
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de Pedagogia (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura) Serviço Social, Psicologia e desenvolve pesquisas na área da prática educativa. Matemática EAD (Licenciatura).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em: Administração, Artes- Teatro (Licenciatura), Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Elétrica, Filosofia (Licenciatura), Medicina, Nutrição, Pedagogia (Licenciatura), Música EAD (Licenciatura), Física EAD (Licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas, Letras e Libras, os bacharelados em Geografia, Ciências Sociais, Relações Internacionais e Ciências Biológicas.

2 - CONTEXTO GERAL DO CURSO

A Fundação Universidade Federal do Tocantins, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a Universidade Federal do Tocantins iniciou suas atividades pedagógicas efetivamente a partir do mês de maio do ano de 2003, com a posse e nomeação de seus primeiros docentes aprovados em concurso público e com a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (UNITINS), mantida pelo Governo do Estado do Tocantins.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (Artigos 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei N. 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos em seu Regimento Geral e no

Regimento Acadêmico, tais como:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em diversos setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando em sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Por sua estrutura multicampi, a Universidade Federal do Tocantins distingue-se da maioria das IFES que, em geral possuem campus único, com atividades concentradas em um único locus urbano. Tal singularidade se expressa na atuação de seus sete campi, implantados em diferentes cidades e distintas sub e microrregiões do Tocantins, com distâncias que chegam a variar de 70 a 600 quilômetros da capital, Palmas.

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra estruturais que se estabelecem ou são necessárias à administração de um sistema multicampi, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos mais amplos de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Tal realidade acadêmico-administrativa, integrada a um sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte que gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A Universidade Federal do Tocantins tem uma dimensão que abrange praticamente todas as regiões do estado do Tocantins, sendo a mais importante instituição pública de Ensino Superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmicos. Essa dimensão pode ser quantificada na existência de seus mais de oitocentos professores concursados e efetivos (dos quais praticamente trezentos portam título de doutor). Quanto ao seu quadro de servidores técnico-administrativos, seu número ultrapassa a marca dos seiscentos, além de inúmeros servidores técnicos administrativos terceirizados.

O Tocantins se caracteriza por ser um estado de formação multicultural. O caráter heterogêneo de sua população impõe à Universidade Federal do Tocantins o desafio de promover práticas educativas e pedagógicas distintas que promovam o ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto dar-se-á por meio de seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em níveis de especialização, mestrado e doutorado, integrados a projetos de pesquisa e extensão e de atividades culturais que, de forma indissociável, propiciem a formação de profissionais e produzam conhecimentos que contribuam para a transformação e desenvolvimento do Tocantins e, principalmente, de seus segmentos sociais mais carentes, evidentemente pautados nos princípios de respeito às diversidades étnicas, raciais e sociais e respeito aos princípios da sustentabilidade e meio ambiente.

A Universidade Federal do Tocantins possui estrutura multicampi, sendo que seus sete campi se localizam em distintas e estratégicas regiões do estado, oferecendo diferentes cursos voltados para com as realidades locais. Nesses campi, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que possibilitam à população local, e em seu entorno, o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que oferecem aos estudantes a possibilidade de uma formação integral. Assim, levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento das distintas regiões do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação superior nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Educação, Ciências Agrárias e da Terra, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida e, dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, são merecedoras de destaque: 1) as diversas formas de territorialidades no Tocantins que merecem ser conhecidas; 2) a ocupação do estado por indígenas, afrodescendentes, populações ribeirinhas, assentados da Reforma Agrária, camponeses e demais grupos sociais, enquadram-se como potenciais e necessários objetos de estudo e pesquisa, buscando sempre a sua valorização e não justificativas de base científica para o seu aniquilamento. Alguns estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões de sua territorialidade abrem espaço para discussões das formas e maneiras ideais para sua integração no âmbito regional, nacional e continental e modos adequados de desenvolvimento específico de suas localidades.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne, ou seja, ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT tem contribuído para a adoção e desenvolvimento de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a subsequente elevação da qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da região amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins (Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga), que caracterizam o estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, compromisso e dever para com a melhoria do nível de escolaridade no estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, afrodescendente, educação do campo e de jovens e adultos.

Diante das perspectivas de escassez das reservas mundiais de petróleo até 2050, buscam-se fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis. Nesse contexto, a Universidade Federal do Tocantins desenvolve pesquisa nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

A partir do início das atividades de ensino do Bacharelado de Relações Internacionais no Campus de Porto Nacional em 2015, começaram a se desenhar os desafios de ensinar, pesquisar e oferecer extensão no contexto acima descrito. A partir das capacidades dos recursos humanos alocados no curso e das demandas da comunidade discente foram propostos projetos de ensino, pesquisa e extensão que refletem a diversidade disciplinar característica das Relações Internacionais, englobando desde o trabalho com o terceiro setor, setor produtivo, grupos e comunidades locais, instituições públicas, dentre outros. As reformulações inseridas neste PPC vão no sentido de atender a estas demandas e preparar melhor o egresso a atuar nas áreas em que foram identificadas potencialidades para sua atuação na região.

Dentre as atividades, podemos mencionar projetos de extensão para capacitação de empresas para exportações, para análise e suporte às atividades de movimentos sociais, para mobilização social e desenvolvimento regional, para debate de produção cultural relacionadas às Relações Internacionais e discussão da temática. Além disso, atividades e grupos de pesquisa sobre meio ambiente e Amazônia, Direitos Humanos, Política Externa, Organizações Internacionais, Mundo do Trabalho, Geografia, Fronteiras, Línguas, Globalização, Comércio Exterior, dentre vários outros. Por fim, cabe mencionar atividades de ensino voltado à simulação de Organizações Internacionais.

Durante as atividades, foi identificado um potencial de inserção no mercado de trabalho com a capacitação de empresas para exportação e uma demanda local de instituições parceiras do curso, entre elas, a FIETO e o SEBRAE, para formar profissionais na área. A partir da percepção desta demanda e oportunidade, foi proposta a criação de um programa de pós-graduação lato sensu, um MBA em Gestão de Comércio Exterior, aprovado pela Resolução Consepe N. 53. de 6 de dezembro de 2022. Assim, o objetivo central do programa é qualificar mão-de-obra para capacitar empresas à exportação, atividade ainda pouco desenvolvida no estado e com alto potencial de alocação de egressos do curso.

3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 - Políticas institucionais no âmbito do curso

De acordo com a Resolução nº 38/2021 que estabeleceu o Plano de Desempenho Institucional 2012-2025, o curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins se alinha e atende a suas práticas de governança e se atualiza dentro das esferas da Inovação Pedagógica buscando e promovendo um currículo acadêmico socialmente relevante, que permite o desenvolvimento de uma formação compreensiva e integral alinhadas à missão, visão, valores e objetivos estratégicos da Instituição. A estrutura curricular aqui apresentada e o conjunto de práticas pedagógicas estabelecidas nos planos de ensino tem por objetivo favorecer o ensino e a aprendizagem por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão. A integração destes aspectos e de seus processos são construídas coordenadamente e avaliadas periodicamente pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e também em reuniões colegiadas. A educação inovadora com excelência acadêmica definida pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) está prevista neste Projeto Pedagógico que introduz os requisitos necessários para o aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão, das suas práticas com a introdução de metodologias ativas e formas inovadoras de apresentação de conteúdos.

O compromisso da Universidade Federal do Tocantins e do curso de Relações Internacionais é com a formação profissional de qualidade considerando as dinâmicas socioeconômicas, o processo de globalização da economia e as mudanças do Estado brasileiro.

A atualização deste Projeto Pedagógico de Curso (PPC) está em consonância com a resolução nº 40/2022 aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) em 13 de abril de 2022 que dispõe dos objetivos da atualização, do eixo de organização didático-pedagógico, corpo docente e tutorial, infraestrutura, dentre outros, e define o Projeto Pedagógico como o conjunto de ações de caráter ambiental, humanístico, político, social e pedagógico relativas à formação acadêmico-profissional que se destinam a orientar e concretizar a proposta curricular dos cursos de graduação. O conjunto das atualizações aqui dispostas permearam essas questões e disponibiliza para a comunidade acadêmica um curso dinâmico e responsável cujos princípios e aspectos mais particulares são comprometidos, versam sobre autonomia e liberdade, permite a participação da comunidade acadêmica e considera as especificidades locais e regionais.

3.2 - Objetivos do curso

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), Diretoria Executiva e Câmara de Educação Superior, por meio da Resolução nº 4 de 4 de outubro de 2017, o Curso de Bacharelado em Relações Internacionais tem como seus objetivos colaborar com a percepção, reconhecimento, reflexão e com a análise profunda e complexidade histórica e contemporânea. Tendo sido pensado e estruturado considerando a dinâmica política, social e econômica em termos globais e regionais, docentes e pesquisadores de áreas diversas do conhecimento que estão diretamente envolvidos com a construção deste Projeto Pedagógico, em sua síntese analítica concordaram quanto à necessidade de se estudar com profundidade teórica e metodológica esta nova fase das relações internacionais notadamente marcadas por conflitos colocados na ordem do dia em decorrência do acirramento do processo de mundialização do capital e seu inequívoco esgotamento histórico, com consequências que se verificam nos campos da política, da economia, da cultura e do próprio conhecimento. Nesta lógica dialética, enquanto se observa o incremento de distintos níveis de integração entre Estados, acirram-se as tensões e voltam à cena fenômenos fragmentadores, particulares e globais de unidades políticas e territoriais históricas. A evidente crise Estados nacionais até a adoção de novas políticas de impacto e espectro mundiais, circunscritas no cariz neoliberalismo e na globalização, provocaram um forte abalo no campo das Ciências Humanas e Sociais, afetando particularmente a Ciência das Relações Internacionais.

Em seu Art. 4º fica estabelecido que a graduação em Relações Internacionais deve possibilitar uma formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades relacionadas à concepção, ao gerenciamento, à gestão e a organização de atividades com interface internacional:

I - Capacidade de compreensão de questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural, ambiental e social, orientada por

uma formação geral, humanística e ética;

II - Capacidade de solução de problemas numa realidade diversificada e em transformação;

III - Capacidade de utilização de novas tecnologias de pesquisa e comunicação;

IV - Habilidades interpessoais (consciência social, responsabilidade social e empatia);

V - Capacidade de planejar, propor, executar e avaliar ações de promoção do desenvolvimento na escala local, a partir da coerente integração entre teoria e prática;

VI - Capacidade de planejar e executar estrategicamente a internacionalização de organizações de diferentes tipos;

VII - Domínio na elaboração, avaliação e aplicação de instrumentos normativos internacionais;

VIII - Utilização dos métodos quantitativos e qualitativos para análise de fenômenos históricos e contemporâneos de política internacional;

IX - Raciocínio lógico e expressão adequada de ideias complexas;

X - Utilização adequada de teorias e conceitos próprios do campo de Relações Internacionais e seu uso na análise de situações concretas;

XI - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações, com relação tanto a eventos e processos internacionais, quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;

XII - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;

XIII - Capacidade de compreensão em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;

XIV - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;

XV - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

XVI - Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional.

No campo do ensino e da pesquisa de orientação conservadora e tradicional, em geral voltados à diplomacia dos Estados, iniciou-se, também, um movimento voltado para uma urgente revisão crítica, como se pode constatar acima, e que leva à adoção de novos enfoques, abordagens, objetos e atores sociais culminando, sobretudo, em uma severa revisão no campo da Teoria das Relações Internacionais, com a qual as lógicas da bipolaridade do sistema político internacional e da inabalável hegemonia econômica estadunidense são substituídas por uma orientação na qual a ordem mundial passa a ser encarada como realidade muito mais complexa na qual as permanências do históricas e as probabilidades futuras se enfrentam como extremos contraditórios.

Com a globalização, multifacetada em seus aspectos econômicos e políticos, mas também social e cultural, são, em parte, resultante das transformações sucedidas no sistema

internacional desde finais do século passado, cujas mudanças tem orientado teórico-metodologicamente os cursos de Relações Internacionais, constituindo campos de pesquisa, atualizando objetivos e temáticas. O corpo docente do curso, convictos de que as relações internacionais se enraízam e se interiorizam em outros âmbitos para além da política dos Estados reconhece também que a existência das sociedades humanas se internacionaliza em seus particulares aspectos, do econômico ao político, passando pelo social para chegar ao campo da cultura e do ambiente, o que demonstra a atualidade e importância deste atualizado Programa Pedagógico que responde aos desafios impostos à Ciência das Relações Internacionais.

Atendendo desde a Lei N. 4.024, de 20 de dezembro de 1961 até o Parecer N. 23/2005, de 3 de junho de 2005, o objetivo fundamental do curso de Relações Internacionais é “formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional e criem oportunidade na esfera das relações entre Estados, empresas, organizações intergovernamentais, organizações não governamentais, entre outras instituições”.

Assim, um novo e desejável perfil profissional para a atuação no campo das relações internacionais se delinea, proporcionando a ampliação das habilidades teórico, metodológicas e práticas que lhe permitam tratar de questões internacionais antes compreendidas como de competência estrita dos Estados, mas que na atualidade se impõem como assuntos do interesse de organismos públicos e privados, de empresas de abrangência nacional ou multinacional, de agências internacionais de cooperação, de organismos multilaterais e de organizações não governamentais. Este conjunto de instituições e entidades não requer profissionais que se limitem apenas à análise e compreensão da problemática global ou à ótica dos Estados. Deseja-se, portanto, profissionais capazes de propor políticas que lhes aponte perspectivas e soluções, a partir de uma perspectiva comprometida com a construção de uma cultura política agregadora ao invés de fomentadora de localismos regionalismos ou nacionalismos artificiais e patéticos, voltada para a paz ao invés de incitar ou acirrar conflitos e, por fim, explícita defensora do conjunto dos direitos dos povos, atendendo aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU em 2015 como um Pacto Global para a promoção do desenvolvimento sustentável e cidadania.

3.3 - Perfil Profissional do Egresso

O perfil do egresso do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, além das habilidades e competências inerentes à sua formação, deverá primar pelas seguintes características:

- * Consciência social – percepção do valor e do lugar do coletivo em relação ao individual;
- * Criatividade – capacidade de resolver originalmente situações novas e inesperadas;
- * Empreendedorismo – implantação de ações ou negócios com espírito de liderança, iniciativa e responsabilidade;
- * Ética – manutenção do comportamento ético em todas as relações humanas;
- * Versatilidade – uso de conhecimentos básicos e sabedoria para transitar por novos conhecimentos;
- * Visão humanística – respeito às diversas manifestações individuais e culturais do ser

humano para compreender as questões internacionais de acordo com os diferentes contextos sociais, políticos, econômicos, históricos, jurídicos e culturais.

* Visão crítica – para a análise de argumentos, evidência, discursos e interpretações dos eventos e processos internacionais, mediante a adequada aplicação de variadas abordagens, teorias e perspectivas.

O Curso de Relações Internacionais deve, portanto, prover uma formação que permita o desenvolvimento de competências e habilidades relativas à concepção, gerenciamento, gestão e organização de atividades com interface institucional, de acordo com a RESOLUÇÃO N. 4, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências.

As atividades desenvolvidas pelo graduando em Relações Internacionais ao longo do curso, desdobram-se de conteúdos relativos à realidade nacional e internacional, suas inter-relações com a realidade local e regional, em especial, tocantinense, das regiões Norte e Amazônica.

Ao egresso do Curso de Relações Internacionais um amplo campo de atuação profissional se apresenta: assessorias de órgãos públicos, de escopo nacional ou subnacional, empresas multinacionais, agências de cooperação estrangeira, instituições internacionais das mais variadas formas, como organizações intergovernamentais, seja de escopo global como Organização das Nações Unidas (ONU) e suas diversas representações no país, ou regional, como o Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), bem como organizações não governamentais (ONGs). Há espaço também em empresas exportadoras e importadoras e em bancos públicos e privados, assim como a condução das relações entre povos, nações e empresas em diversas áreas, tais como econômica, política, econômica, social, militar, cultural, comercial e jurídica. Agregue-se a isso o campo de atuação na docência e pesquisa em IES e institutos de pesquisa diversos.

3.4 - Estrutura Curricular

A estrutura curricular do Bacharelado em Relações Internacionais foi desenvolvida de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Por isto, está organizada em quatro eixos, a saber:

I - Eixo de Formação Estruturante: contempla, obrigatoriamente, os conteúdos de Teorias das Relações Internacionais; Segurança, Estudos Estratégicos e Defesa; Política Externa; História das Relações Internacionais; Economia Política Internacional; Ciência Política; Direito Internacional e Direitos Humanos; Instituições, Regimes e Organizações Internacionais.

II - Eixo de Formação Interdisciplinar: contempla os conteúdos das Ciências Sociais; Economia; Direito; Filosofia; Sociologia; Antropologia; Geografia; Estatística, Metodologia; Ética; e diretrizes e requisitos legais, que constituirão o alicerce da formação geral, humanística e ética do curso. Os conteúdos de filosofia e antropologia perpassam grande parte das disciplinas ofertadas na estrutura curricular, não sendo uma obrigatoriedade ofertá-las em formato de disciplinas.

III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional: Estudos ou atividades práticas (organizados em disciplinas ou atividades optativas), de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do egresso. Incluem atividades laboratoriais de simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos;

exercícios de análise de conjuntura; conteúdos voltados para a elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos de cooperação técnica; conteúdos voltados aos aspectos interculturais e para o aprimoramento de habilidades interpessoais.

IV - Eixo de Formação Complementar: As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes.

As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior.

Na **Figura 1** abaixo está disposta a estrutura curricular, organizada de acordo com os quatro eixos. Na cor laranja, o eixo I; em cinza, o eixo II; em verde, o III; e em amarelo o IV. Cabe esclarecer que as DCN colocam os eixos como recomendações, destacando que o "tratamento dos conteúdos dos diferentes campos do conhecimento seja articulado, de forma que, de um lado, ofereça embasamento para os conteúdos do eixo de formação estruturante e, de outro lado, garanta os princípios da transversalidade, interdisciplinaridade no processo de ensino e aprendizagem", não sendo, portanto, obrigatório o oferecimento de todas as disciplinas listadas em seus eixos.

Figura 2 - {{figura 1}} - Matriz Curricular

DIA/SEM	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
1º semestre	Introdução às RI	História das Relações Internacionais I	Introdução à Ciência Política	Introdução à Economia	Língua Estrangeira Instrumental - Inglês	
2º semestre	Metodologia Científica	História das Relações Internacionais II	Teoria das Relações Internacionais I	Laboratório em Extensão	Introdução à Sociologia	
3º semestre	Instituições Internacionais	História das Relações Internacionais Brasileiras	Análise do Discurso e Produção textual em Relações Internacionais	Economia Brasileira	Teoria das Relações Internacionais II	
4º semestre	Geografia Política e Geopolítica Contemporâneas	Direito Internacional Público	Análise de Política Externa	Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais	Política Ambiental Internacional	
5º semestre	Integração Regional	Direitos Humanos	Política Externa Brasileira	Geografia da Amazônia	Optativa I	Prática em Extensão I
6º semestre	TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa	Economia Política Internacional	Política Internacional	Movimentos sociais transnacionais	Optativa II	Prática em Extensão II
7º semestre	TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais	Segurança Internacional	Relações Internacionais Contemporâneas	Comércio Exterior	Optativa III	
8º semestre	TCC III: defesa de monografia	Estratégia e Fronteiras	Internacionalização de Empresas	Cooperação Internacional	Optativa IV	

Fonte: elaborado pelo/as autore/as.

No que se refere a estrutura curricular aqui proposta, no eixo I, a comunidade discente terá acesso aos conteúdos componentes obrigatórios da formação de um analista em Relações Internacionais e que são específicos ao curso.

No eixo II, contato com as várias disciplinas que embasaram o estudo e o desenvolvimento dos estudos de Relações Internacionais, o que inclui o rol de optativas. Estas serão ofertadas todas às sextas-feiras, de modo que os discentes possam selecionar os conteúdos de maior interesse para sua formação. Os discentes as cursarão nos 5º, 6º, 7º e 8º semestres e os professores somente poderão ofertar uma disciplina optativa a cada dois anos, garantindo

assim que os discentes tenham, durante sua formação, acesso a variadas disciplinas do rol de optativas.

No III, conteúdos voltados para a atividade profissional, incluindo conteúdos para aplicar no mercado e na produção de conhecimento científico, abrindo diferentes caminhos profissionais à comunidade acadêmica.

Por fim, no IV, atividades externas ao ambiente acadêmico, cumprindo a exigência de curricularização da extensão. Cabe informar que o eixo IV, além do conteúdo disciplinar na forma de Conteúdos Curriculares de Extensão, disposto na figura, também é completado pelas Ações Curriculares de Extensão.

Estrutura Curricular - Cargas Horárias							
Período	Componente Curricular	CH teórica	CH prática	CH extensão	CH estágio	CH total	Créditos
1	Introdução às Relações Internacionais	60	0	0	0	60	4
	História das Relações Internacionais I	60	0	0	0	60	4
	Introdução à Ciência Política	60	0	0	0	60	4
	Introdução à Economia	60	0	0	0	60	4
	Língua Estrangeira Instrumental - Inglês	30	30	0	0	60	4
	sub - total:	270	30	0	0	300	20
2	Metodologia Científica	45	15	0	0	60	4
	História das Relações Internacionais II	60	0	0	0	60	4
	Teoria das Relações Internacionais I	60	0	0	0	60	4
	Introdução à Sociologia	60	0	0	0	60	4
	Laboratório em Extensão	30	0	30	0	60	4
	sub - total:	255	15	30	0	300	20
3	Economia Brasileira	60	0	0	0	60	4
	Análise do Discurso e Produção textual em Relações Internacionais	30	30	0	0	60	4
	História das Relações Internacionais Brasileiras	60	0	0	0	60	4
	Instituições Internacionais	45	15	0	0	60	4
	Teoria das Relações Internacionais II	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	255	45	0	0	300	20
4	Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais	45	15	0	0	60	4
	Direito Internacional Público	60	0	0	0	60	4
	Análise de Política Externa	45	15	0	0	60	4
	Geografia Política e Geopolítica Contemporâneas	60	0	0	0	60	4
	Política Ambiental Internacional	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	270	30	0	0	300	20
5	Optativa I	60	0	0	0	60	4
	Prática em Extensão I	0	0	60	0	60	4
	Integração Regional	60	0	0	0	60	4
	Direitos Humanos	60	0	0	0	60	4
	Geografia da Amazônia	45	15	0	0	60	4

	Política Externa Brasileira	45	15	0	0	60	4
	sub - total:	270	30	60	0	360	24
6	Optativa II	60	0	0	0	60	4
	Prática em Extensão II	0	0	60	0	60	4
	TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa	30	30	0	0	60	4
	Movimentos Sociais Transnacionais	60	0	0	0	60	4
	Política Internacional	45	15	0	0	60	4
	Economia Política Internacional	60	0	0	0	60	4
	sub - total:	255	45	60	0	360	24
7	Optativa III	60	0	0	0	60	4
	TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais	30	30	0	0	60	4
	Segurança Internacional	60	0	0	0	60	4
	Relações Internacionais Contemporâneas	45	15	0	0	60	4
	Comércio Exterior	45	15	0	0	60	4
	sub - total:	240	60	0	0	300	20
8	Ações Curriculares de Extensão	0	0	120	0	120	8
	Optativa IV	60	0	0	0	60	4
	Estratégia e Fronteiras	60	0	0	0	60	4
	Cooperação Internacional	30	30	0	0	60	4
	Internacionalização de Empresas	45	15	0	0	60	4
	TCC III: defesa de monografia	0	60	0	0	60	4
	sub - total:	195	105	120	0	420	28
Optativa	Democracia e Instituições Internacionais	45	15	0	0	60	4
	Dinâmicas da Paz e dos Conflitos	60	0	0	0	60	4
	Estudos Avançados em Teorias de RI	60	0	0	0	60	4
	Mulheres, Diversidade e Feminismo	60	0	0	0	60	4
	Amazônia, Povos Indígenas e Política Global	60	0	0	0	60	4
	Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Antropoceno	60	0	0	0	60	4
	Meio Ambiente e Extrativismo	60	0	0	0	60	4
	Relações Internacionais da América Latina	45	15	0	0	60	4
	Política Comparada	45	15	0	0	60	4
	Relações Internacionais e Questão Agrária	60	0	0	0	60	4
	Ásia Contemporânea nas Relações Internacionais	60	0	0	0	60	4
	O Continente Africano nas Relações Internacionais Contemporâneas	60	0	0	0	60	4
	História e Cultura Indígena	60	0	0	0	60	4
	História e Cultura Afro-brasileira	60	0	0	0	60	4
Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais II	45	15	0	0	60	4	

Gestão de Projetos Internacionais	30	30	0	0	60	4
Laboratório de Simulações em Relações Internacionais	15	15	30	0	60	4
Gestão Estratégica Paradiplomática	60	0	0	0	60	4
Introdução à Administração com Ênfase em Relações Internacionais	60	0	0	0	60	4
Introdução à Língua Brasileira de Sinais	60	0	0	0	60	4
Sociologia das Relações Internacionais	60	0	0	0	60	4
sub - total:	1125	105	30	0	1260	84
Carga Horária Parcial:	2010	360	270	0	2640	176
Atividades Complementares					60	4
Carga Horária Total:	2010	360	270	0	2700	180

Resumo de Cargas Horárias do Curso			
Categoria	Carga Horária Total	Créditos	Nº Disciplinas
Carga Horária da Matriz	2700	180	43
CH Teórica	2010	134	-
CH Prática	360	24	-
CH de Extensão	270	18	-
CH de Estágio	0	0	-
CH de Atividades Complementares	60	4	-
TOTAL	2700	180	43

Estrutura Curricular - Pré-requisitos e Núcleos				
Período	Código	Componente Curricular	Pré-requisitos	Eixo
1	6RINB079	Introdução às Relações Internacionais		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB080	História das Relações Internacionais I		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB081	Introdução à Ciência Política		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB082	Introdução à Economia		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB083	Língua Estrangeira Instrumental - Inglês		III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
2	6RINB084	Metodologia Científica		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB085	História das Relações Internacionais II		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB086	Teoria das Relações Internacionais I		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB087	Introdução à Sociologia		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB22143	Laboratório em Extensão		IV - Eixo de Formação Complementar

3	6RINB089	Economia Brasileira		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB090	Análise do Discurso e Produção textual em Relações Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB091	História das Relações Internacionais Brasileiras		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB092	Instituições Internacionais		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB093	Teoria das Relações Internacionais II	Teoria das Relações Internacionais I	I - Eixo de Formação Estruturante
4	6RINB094	Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais		III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
	6RINB095	Direito Internacional Público		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB096	Análise de Política Externa		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB097	Geografia Política e Geopolítica Contemporâneas		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB098	Política Ambiental Internacional		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
5	6RINB103	Optativa I		
	6RINB22144	Prática em Extensão I		IV - Eixo de Formação Complementar
	6RINB099	Integração Regional		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB100	Direitos Humanos		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB101	Geografia da Amazônia		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB102	Política Externa Brasileira		I - Eixo de Formação Estruturante
6	6RINB109	Optativa II		
	6RINB22145	Prática em Extensão II		IV - Eixo de Formação Complementar
	6RINB105	TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa	Metodologia Científica	III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
	6RINB106	Movimentos Sociais Transnacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB107	Política Internacional		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB108	Economia Política Internacional	Introdução à Economia	I - Eixo de Formação Estruturante
7	6RINB115	Optativa III		

	6RINB111	TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais	Metodologia Científica TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa	III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
	6RINB112	Segurança Internacional		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB113	Relações Internacionais Contemporâneas		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB114	Comércio Exterior		III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
8	6RINB23146	Ações Curriculares de Extensão		IV - Eixo de Formação Complementar
	6RINB121	Optativa IV		
	6RINB117	Estratégia e Fronteiras		I - Eixo de Formação Estruturante
	6RINB118	Cooperação Internacional		III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
	6RINB119	Internacionalização de Empresas		III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
	6RINB120	TCC III: defesa de monografia	Metodologia Científica TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais	III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional
Optativa	6RINB136	Democracia e Instituições Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB137	Dinâmicas da Paz e dos Conflitos		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB138	Estudos Avançados em Teorias de RI		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB139	Mulheres, Diversidade e Feminismo		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB140	Amazônia, Povos Indígenas e Política Global		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB141	Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Antropoceno		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB142	Meio Ambiente e Extrativismo		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB122	Relações Internacionais da América Latina		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB123	Política Comparada		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
	6RINB124	Relações Internacionais e Questão Agrária		II - Eixo de Formação Interdisciplinar

6RINB125	Ásia Contemporânea nas Relações Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB126	O Continente Africano nas Relações Internacionais Contemporâneas		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB127	História e Cultura Indígena		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB128	História e Cultura Afro-brasileira		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB129	Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais II		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB130	Gestão de Projetos Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB131	Laboratório de Simulações em Relações Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB132	Gestão Estratégica Paradiplomática		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB133	Introdução à Administração com Ênfase em Relações Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB134	Introdução à Língua Brasileira de Sinais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar
6RINB135	Sociologia das Relações Internacionais		II - Eixo de Formação Interdisciplinar

Estrutura Curricular - Equivalências			
Período	Componente Curricular	Tipo de Equivalência	Equivalências
1	Introdução às Relações Internacionais - 60h	ED	Introdução às Relações Internacionais - (60/60h)
1	História das Relações Internacionais I - 60h	ED	História das Relações Internacionais I - (60/60h)
1	Introdução à Ciência Política - 60h	ED	Teoria do Estado - (60/60h)
1	Introdução à Economia - 60h	ED	Área II: Métodos de Pesquisa em História Econômica e Economia Política Internacional - (3.2/60h)
1	Língua Estrangeira Instrumental - Inglês - 60h	EM	Instrumental em Inglês I - (30/30h) Instrumental em Inglês II - (30/30h)
2	Metodologia Científica - 60h	ED	Introdução às Ciências - (60/60h)
2	História das Relações Internacionais II - 60h	ED	História das Relações Internacionais II - (60/60h)
2	Teoria das Relações Internacionais I - 60h	ED	Teoria das Relações Internacionais I - (60/60h)
2	Introdução à Sociologia - 60h	ED	Área I: Sociologia do Desenvolvimento - (3.2/60h)
3	Economia Brasileira - 60h	ED	Área II: História Econômica do Brasil -

			(60/60h)
3	Análise do Discurso e Produção textual em Relações Internacionais - 60h	ED	Análise do Discursos e Produção Textual - (60/60h)
3	História das Relações Internacionais Brasileiras - 60h	ED	História das Relações Internacionais Brasileiras - (60/60h)
3	Instituições Internacionais - 60h	ED	Instituições Internacionais - (60/60h)
3	Teoria das Relações Internacionais II - 60h	ED	Teoria das Relações Internacionais II - (60/60h)
4	Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais - 60h	ED	Língua Moderna (Inglês) - (60/60h)
4	Direito Internacional Público - 60h	ED	Direito Internacional Público - (60/60h)
4	Análise de Política Externa - 60h	ED	Análise de Política Externa - (60/60h)
4	Geografia Política e Geopolítica Contemporâneas - 60h	ED	Geografia Política - (60/60h)
4	Política Ambiental Internacional - 60h	ED	Política Ambiental - (60/60h)
5	Integração Regional - 60h	ED	Integração Regional - (60/60h)
5	Direitos Humanos - 60h	ED	Direitos Fundamentais - (60/60h)
5	Geografia da Amazônia - 60h	ED	Área I: Geografia da Amazônia - (60/60h)
5	Política Externa Brasileira - 60h	ED	Política Externa Brasileira - (60/60h)
6	TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa - 60h	ED	Trabalho de Conclusão de Curso I - (60/60h)
6	Movimentos Sociais Transnacionais - 60h	ED	Movimentos Sociais - (60/60h)
6	Política Internacional - 60h	ED	Relações Internacionais Contemporâneas I - (60/60h)
6	Economia Política Internacional - 60h	ED	Economia Política Internacional - (60/60h)
7	TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais - 60h	ED	Seminário de Pesquisa e Extensão - Área I - (60/60h)
7	Segurança Internacional - 60h	ED	Segurança Internacional - (60/60h)
7	Relações Internacionais Contemporâneas - 60h	ED	Relações Internacionais Contemporâneas II - (60/60h)
7	Comércio Exterior - 60h	ED	Estágio Supervisionado II - (60/60h)
8	Estratégia e Fronteiras - 60h	ED	Planejamento Estratégico Internacional - (60/60h)
8	Cooperação Internacional - 60h	ED	Elaboração e Análise de Projetos Internacionais - (60/60h)
8	Internacionalização de Empresas - 60h	ED	Políticas Públicas e Empreendedorismo - (60/60h)

8	TCC III: defesa de monografia - 60h	ED	Trabalho de Conclusão de Curso II - (60/60h)
ED = Equivalência Direta			
EM = Equivalência Mista			

3.5 - Ementário

1º Período

Introdução às Relações Internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
<p>O fenômeno histórico das relações internacionais e o surgimento da disciplina acadêmica de Relações Internacionais. Análise dos conceitos fundamentais da área: Estado- Nação, Soberania, Anarquia, Conflito, Cooperação, Atores e Instituições Internacionais. Introdução aos debates teóricos de Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Marxismo, e outras correntes teóricas. Possibilidades de atuação profissional nos setores público, privado, organismos internacionais e organizações da sociedade civil.</p>				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - JACKSON, Robert. Introdução às Relações Internacionais: teoria e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.				
2 - PECEQUILO, Cristina S. Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões.. Petrópolis: Vozes, 2017.				
3 - MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João P. Teoria das Relações Internacionais. São Paulo: Elsevier, 2005.				
Bibliografia Complementar:				
1 - ARRAES, Virgilio; GEHRE, Thiago. Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. São Paulo: Saraiva, 2013.				
2 - MARQUES, Arlete S; MINGST, Karen A. Princípios de Relações Internacionais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.				
3 - LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas, Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2006.				
4 - SALOMÓN, Mônica. Teorias e enfoques das relações internacionais: uma introdução.. Curitiba: InterSaberes, 2016.				
5 - SEITENFUS, Ricardo A. S. Relações Internacionais.. Brasília: Livraria do Advogado Ed, 2021.				

--

História das Relações Internacionais I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
<p>Cenário europeu na transição das feudalidades para a modernidade. Expansão atlântica e consequências econômicas e políticas entre os séculos XVI e XVIII. A crise do século XVII e a paz de Vestfália. Absolutismos e Iluminismos. Processos Revolucionários nos séculos XVII e XVIII. Guerras Napoleônicas. Restauração, Liberalismo, Nacionalismos e Lutas Sociais. As unificações italiana, alemã e o Sistema Bismarckiano. Revolução Industrial. Imperialismo e Colonização no século XIX.</p>				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - KENNEDY, Paul. Ascensão e queda das grandes potências . São Paulo: Elsevier, 1996.				
2 - ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado Absolutista .. São Paulo: Brasiliense, 2004.				
3 - WATSON, Adam. A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa . Brasília: Ed. UnB, 2001.				
Bibliografia Complementar:				
1 - HOBBSAWM, Eric. A Era do capital: 1848-1875 . 2a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.				
2 - HOBBSAWM, E. J. A era dos impérios: 1875-1914 . 1ª ed. Petrópolis: Paz e Terra, 2006.				
3 - HOBBSAWM, Eric. A Era das revoluções: Europa 1789-1848 . 23a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.				
4 - MATTINGLY, Garrett. Renaissance Diplomacy . Boston: Houghton Mifflin, 1971.				
5 - WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico e civilização capitalista .. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.				

Introdução à Ciência Política				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
<p>A Ciência Política. O Pensamento Clássico. Conceitos: sociedade, política, sociedade política, poder. O papel do Estado nas Relações Internacionais. Estado no capitalismo moderno e sua relação com classe, gênero e raça. Liberalismo e neoliberalismo, socialismo, nacionalismo e totalitarismo. Formas de Governo. Formas de Estado e Federação. Regimes de Governo e</p>				

Democracia. Conflitos contemporâneos e o Estado no século XXI: fascismo, nazismo, neofascismos, Estados de Exceção, tipos de golpes, ditaduras, imperialismo e neocolonialismos.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N; PASQUALINO, G. **Dicionário de Política**. Ed. UnB, 2008.
- 2 - DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e oposição**. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- 3 - DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. 10. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- 2 - BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- 3 - GUINSBURG, J. **A paz perpétua: um projeto para hoje**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- 4 - WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1989.
- 5 - WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política**. Vol. 1 e Vol. 2. São Paulo: Atica, 2010.

Introdução à Economia

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa

Fundamentos econômicos básicos aos estudos das relações internacionais. Conceitos da Contabilidade Nacional. Balanço de Pagamentos. Sistema Monetário. Medidas de Inflação. Crescimento econômico, desenvolvimento e indicadores sócio-econômicos. Oferta e Demanda Agregada.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BRAGA, Márcio Bobik; PAULANI, Leda Maria. **A Nova Contabilidade Social. Uma Introdução à Macroeconomia**. 4a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2 - PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Economia**. 7a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- 3 - DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. **Macroeconomia**. 5a. Ed. São Paulo: Makron Books, 1991.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BACHA, Carlos Jose Caetano. **Macroeconomia Aplicada à Análise da Economia Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2004.
- 2 - BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4a. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- 3 - MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 3a. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
- 4 - SACHS, Jeffrey. **Macroeconomia: em uma economia global**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006.
- 5 - EC, EUROPEAN COMISSION. et al. **System of National Accounts 2008**. New York, 2009. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/sna2008.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Língua Estrangeira Instrumental - Inglês

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	0	60	Obrigatória

Ementa

Habilidades essenciais à leitura e compreensão auditiva em inglês através da ampliação da consciência linguística. Aplicação de estratégias de leitura e de compreensão auditiva. Leitura crítica de textos em inglês através de práticas sociointeracionais, mediadas pela linguagem.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - HEWINGS, Martin. **Advanced Grammar in Use: a self study reference and practice book for advanced learners of English**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- 2 - MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura – módulo I**. São Paulo: Textonovo, 2001.
- 3 - MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BURNS, Anne; RICHARDS, Jack. **The Cambridge guide to second language teacher education**. New York: Cambridge Univ. Press, 2009.
- 2 - ELLIS, Rod. **The study of second language acquisition**. New York: Oxford University Press, 1995.
- 3 - MUNHOZ, R. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Modulo II**. São Paulo: Textonovo, 2000.
- 4 - MURPHY, Raymond. **Basic Grammar in use: with answers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

5 - SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. **Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental..** São Paulo: Disal, 2005.

2º Período

Metodologia Científica				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
<p>O fenômeno histórico das relações internacionais e o surgimento da disciplina acadêmica de Relações Internacionais. Análise dos conceitos fundamentais da área: Estado- Nação, Soberania, Anarquia, Conflito, Cooperação, Atores e Instituições Internacionais. Introdução aos debates teóricos de Relações Internacionais: Realismo, Liberalismo, Marxismo, e outras correntes teóricas. Possibilidades de atuação profissional nos setores público, privado, organismos internacionais e organizações da sociedade civil.</p>				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo - SP: Atlas, 2008.</p> <p>2 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 8ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2017.</p> <p>3 - WALLIMAN, Nicholas. Social Research Methods. London: Sage, 2006.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2ª. São Paulo/SP: Pioneira, 2000.</p> <p>2 - KEOHANE, R; KING, G; VERBA, S. Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. Princeton: Princeton University Press, 1994.</p> <p>3 - DIONE, Jean; LAVILLE, Christian. A construção do saber. Belo Horizonte - MG: Ed. UFMG, 1999.</p> <p>4 - OUTHWAITE, William; TURNER, Stephen. The SAGE Handbook of Social Science Methodology. London: Sage, 2007.</p> <p>5 - HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. Explaining and Understanding International Relations. Oxford: Clarendon, 1991.</p>				

História das Relações Internacionais II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:

60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Antecedentes da Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento da Guerra e seus impactos. O período pré- Segunda Guerra Mundial e o papel relações internacionais, os impactos do conflito. A Revolução Russa. A Grande Depressão da década de 1930. Os regimes totalitários: fascismo, nacional-socialismo e stalinismo. A Revolução Espanhola e o auge do Franquismo. A Guerra Fria. Fim da URSS. Crise mundial do capitalismo.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - JUDT, Tony. Pós-guerra: História da Europa Desde 1945 . 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições70, 2017.				
2 - VIZENTINI, Paulo Fagundes. Da guerra fria à crise. Relações Internacionais do século XX.. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.				
3 - HOBBSAWM, E. J. Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991 . 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.				
Bibliografia Complementar:				
1 - REIS FILHO, Daniel Aarao. A Revolução Russa.. 4a. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.				
2 - CARR, Edward Hallet. Vinte Anos de Crise: 1919-1939 . São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/1005/1/vinte_anos_de_crise:_1919-1939 . Acesso em: 22 ago. 2022.				
3 - LOHBAUER, Christian. História das Relações Internacionais II: O século XX do declínio europeu à Era Global.. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.				
4 - MAGNOLI, Demetrio. A História da Paz . São Paulo: Contexto, 2012.				
5 - SARAIVA, Jose Flávio Sombra. História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à Era da Globalização.. São Paulo: Saraiva, 2007.				

Teoria das Relações Internacionais I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
A Primeira Guerra Mundial e o surgimento da ciência das Relações Internacionais. Liberalismo. Realismo. Marxismo e Imperialismo. O período entre-guerras e o Primeiro Debate. A Segunda Guerra Mundial e o Segundo Debate. Behaviorismo. Funcionalismo e Neofuncionalismo. Estabilidade Hegemônica. Escola Inglesa. Teoria da Dependência. Pan-Africanismo. A Guerra Fria e o Debate Interparadigmático. Interdependência Complexa. Neorealismo / Realismo Estrutural. Teoria dos Sistemas-Mundo.				
Bibliografia				

Bibliografia Básica:

1 - BURCHILL, Scott et al. **Theories of International Relations**. London: Palgrave macmillan, 2005.

2 - JACKSON, Robert. **Introdução às Relações Internacionais: teoria e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

3 - MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João P. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar:

1 - ANGELL, Norman. **A Grande Ilusão**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/985/1/grande_ilusao_a. Acesso em: 22 ago. 2022.

2 - ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações: o pensamento político**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/556/1/paz_e_guerra_entre_as_nacoes. Acesso em: 22 ago. 2022.

3 - CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/1005/1/vinte_anos_de_crise:_1919-1939. Acesso em: 22 ago. 2022.

4 - LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**. São Paulo - SP: Expressão Popular, 2012.

5 - MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz**. Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

Introdução à Sociologia

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa

A disciplina introduz o aluno às questões básicas da Sociologia tais como: a construção do objeto, sua diferenciação frente ao senso comum e frente a outras disciplinas. Contextualiza a emergência do pensamento sociológico e o exercício da profissão de sociólogo. Finalmente apresenta dilemas da análise sociológica que aparecem já nos clássicos tais como estrutura e ação, consenso e conflito, e que serão desenvolvidas em disciplinas posteriores.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - GIDDENS, A; TURNER, J. (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

2 - ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 4. São Paulo: Martins Fontes,

1995.

3 - CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. São Paulo: EDUSC, 2001.

Bibliografia Complementar:

1 - COLLINS, Randal. **Quatro Tradições Sociológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

2 - DOMINGUES, J. **Teorias Sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

3 - DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

4 - ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

5 - FERNANDES, Florestan. **Sociologia**. 2. São Paulo: Atica, 1991.

Laboratório em Extensão				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	-	30	60	Obrigatória
Ementa				
Introdução ao desenvolvimento de atividades práticas de extensão e pesquisa. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade. Apresentação e utilização do espaço do Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI).				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BAZOLLI, João Aparecido et al. O papel da extensão universitária como indutora da participação social: Palmas participa . Palmas: EDUFT, 2017.				
2 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso . Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658 . Acesso em: 16 ago. 2022.				
3 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão . Belo Horizonte, MG: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf . Acesso em: 29 ago. 2022.				
Bibliografia Complementar:				
1 - SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da Extensão Universitária . 1. Campinas, SP: Alinea, 2000.				

2 - DALMOLIN, B. M; VIEIRA, A. J. H. **Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica**. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

3 - ANDRADE, F; CORDEIRO, F. M. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**. Revista Brasileira de Educação, 2009.

4 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte-MG: COOPMED, 2007.

3º Período

Economia Brasileira				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Economia agroexportadora, crises e políticas econômicas na 1ª. República. Origens da industrialização. Política econômica e Industrialização entre 1930 e 1960. Desenvolvimento e processo de Substituição de Importações. Política econômica nos governos militares. A inserção da economia brasileira no cenário internacional anos de 1980 e 1990. Economia brasileira no século XXI.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - ABREU, Marcelo Paiva (Org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989 . 17. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.				
2 - GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea . 8. São Paulo - SP: Atlas, 2016.				
3 - SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento .. São Paulo: Hucitec, 2000.				
Bibliografia Complementar:				
1 - BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata. Desenvolvimento capitalista no Brasil .. 4a. Ed. Campinas: Instituto de Economia, 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Desenvolvimento-capitalista-no-Brasil.pdf . Acesso em: 26 ago. 2022.				
2 - FONSECA, Pedro Cesar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção . São Paulo: Brasiliense, 1989.				
3 - FURTADO, C. Formação econômica do Brasil . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.				

4 - GIAMBAGI, Fabio. **Economia brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

5 - PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1ª ed. Brasília: Brasiliense, 2008.

Análise do Discurso e Produção textual em Relações Internacionais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	0	60	Obrigatória

Ementa

Situação epistemológica do campo da conceituação de discurso. Reflexão acerca do discurso como lugar de contato entre o linguístico e o ideológico. Redefinição, no campo teórico da análise do discurso e da determinação histórica dos processos de significação.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006. Disponível em: https://www.patrick-charaudeau.com/IMG/pdf/2006_c_Discurso_politico_Belo_.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

2 - CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

3 - LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.); ORLANDI, Eni Puccinelli. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

Bibliografia Complementar:

1 - BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

2 - CHARAUDEAU, Patrick. **A Conquista da Opinião Pública: Como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

3 - HASHIM, Suhair Safwat Mohammed. **Speech Acts in Political Speeches**. *Journal of Modern Education Review*, v. 5, n. 7, pp. 699-706, 2015. Disponível em: <http://www.academicstar.us/issueshow.asp?daid=1306>. Acesso em: 25 ago. 2022.

4 - FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8ª ed. São Paulo: Editora ática, 2006.

5 - ALVES, Karina Paz; SCHNEIDER, Marcia Sueli Pereira da Silva; SILVA, Greize Alves da. **Discursos de Mídia e Discurso Político: discurso e textualidade**. *Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, v. 4, n. 4, pp. 84-92, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2017v4n4p84>. Acesso em: 27 ago. 2022.

História das Relações Internacionais Brasileiras

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
-------------	-------------	-----------------	-----------	-------

60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Análise das formulações e das principais realizações da política exterior do Brasil, ao longo da trajetória histórica de 1822 à atualidade. Estudo da formação da diplomacia brasileira no Império e da consolidação das diretrizes republicanas sob Rio Branco. Política exterior e relações internacionais no Brasil. Historiografia brasileira das relações internacionais. Política Externa e relações diplomáticas de Vargas à ditadura militar brasileira.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BUENO, Clodoaldo; CERVO, Amado Luiz. História da Política Exterior do Brasil . Brasília: Edunb, 2014.				
2 - BRIGADÃO, Clóvis; SILVA, Raul Mendes. História das Relações Internacionais do Brasil . Rio de Janeiro: CEBRI, 2002.				
3 - VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula . São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.				
Bibliografia Complementar:				
1 - GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras . Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-39-navegantes_bandeirantes_diplomatas_um_ensaio_sobre_a_formacao_das_frenteiras_do_brasil . Acesso em: 28 ago. 2022.				
2 - BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil (1990-2002) . Revista Brasileira de Política Internacional: Brasília: v. 45, n. 1, p. 36-71, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/XgK4BPKnMwdHNfpqBjc8Fdk/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 28 ago. 2022.				
3 - GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil . São Paulo: Alfa-Omega, 2001.				
4 - CERVO, Amado Luiz (Org.); SARAIVA, Jose Flávio Sombra. O crescimento das relações internacionais no Brasil . Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/265-Crescimento_das_Relacoes_Internacionais_no_Brasil_O.pdf . Acesso em: 28 ago. 2022.				
5 - VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro . 2. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.				

Instituições Internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
Introdução às instituições internacionais: conceitos básicos da disciplina, definições e história				

das instituições internacionais. O impacto das instituições internacionais no Direito Internacional e no âmbito doméstico. Teorias das organizações e instituições internacionais. Regimes Internacionais. Governança Global. Principais instituições internacionais desde a Segunda Guerra Mundial.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Prática**. 2a. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

2 - JABULIT, L. L; RAMINA, L. (Eds); SILVA, J. C. J. **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016. Disponível em: <https://ufr.br/editora/index.php/editais/category/40-editais?download=395:aonuaos70>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - RISSE-KAPPEN, T. (Ed.). **Bringing Transnational Relations Back In: Non-State Actors, Domestic Structures and International Institutions..** s.l: Cambridge University Press, 1995.

Bibliografia Complementar:

1 - DREZNER, Daniel. **Locating the Proper Authorities: Interaction of International and Domestic Politics**. Ann Harbor: Michigan University Press, 2003.

2 - HURRELL, Andrew. **Sociedade Internacional e Governança Global**. Lua Nova, n. 46, p. 55-75, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/vLvcz5dGYgF9zbnHVPXPPM/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - KRASNER, Stephen D. **Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. Revista de Sociologia e Política, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31815/20318>. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - ONU, Organização das Nações Unidas. **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**. Nova Iorque: ONU, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

5 - SEITENFUS, Ricardo A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. 5. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Teoria das Relações Internacionais II

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória

Ementa

O Debate Neo- Neo. Neorealismo, Realismo Ofensivo, Realismo Defensivo, Realismo Neoclássico. Teoria de Regimes. Institucionalismo Neoliberal / Neoliberalismo. O fim da Guerra Fria e o Terceiro Debate. A Virada Linguística nas Relações Internacionais: Racionalismo X Reflexivismo. Construtivismo. O nexos Poder- Saber nas Relações Internacionais e novos debates. A Teoria Crítica nas Relações Internacionais. Feminismo. Pós-

Estruturalismo e Pós-Modernismo. Pós-Colonialismo e Decolonialismo.
Bibliografia
Bibliografia Básica:
1 - BURCHILL, Scott et al. Theories of International Relations . London: Palgrave macmillan, 2005.
2 - DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. International Relations Theories: Discipline and Diversity . Cambridge: Oxford Universit Press, 2013.
3 - MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João P. Teoria das Relações Internacionais . São Paulo: Elsevier, 2005.
Bibliografia Complementar:
1 - BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial . Brasília: Editora Universidade de Brasilia, 2002. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf . Acesso em: 27 ago. 2022.
2 - KEOHANE, R. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy . Princeton: Princeton University Press, 1984.
3 - TOLEDO, Áureo (Org.). Perspectivas Pós-Coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais .. Salvador, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32744/1/Perspectivas%20p%3%b3s-coloniais%20e%20decoloniais%20em%20Rela%20a7%20c%3%b5es%20Internacionais-RI.pdf . Acesso em: 22 ago. 2022.
4 - WALTZ, Kenneth. Teoria das relações internacionais: trajecto . Lisboa: Gradiva, 2015.
5 - WENDT, Alexander. Social Theory of International Politics . Cambridge: Cambridge Universit Press, 1999.

4º Período

Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
A utilização das línguas estrangeiras para a prática das negociações internacionais. As competências linguísticas em nível intermediário para o exercício profissional no âmbito dos diálogos no comércio e nas negociações internacionais.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - PILBEAN, Adrian. Market Leader: Working Across Culture . Harlow: Pearson Longman, 2010.				
2 - STRUT, Peter. Market Leader: Essential Business Grammar and Usage . Harlow: Pearson Longman, 2010.				

3 - TRAPE, Tonya. **Intelligent Business: Intermediate**. Harlow: Pearson Longman, 2010.

Bibliografia Complementar:

1 - COTTON, David; FALVEY, David; KENT, Simon. **Market Leader: Intermediate**. 3. Harlow: Pearson Longman, 2010.

2 - FURSTENAU, Eugenio. **Novo Dicionário de Termos Técnicos: Inglês**. São Paulo: Globo, 2003.

3 - MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

4 - MURPHY, Raymond. **Basic Grammar in use: with answers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Direito Internacional Público				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Estudo das origens, evolução e fundamentos do Direito Internacional Público. Tratados internacionais. Os diferentes sujeitos de Direito Internacional Público e sua natureza: Estados, organizações internacionais e a pessoa humana. Território do Estado, sistema de representação e responsabilidade internacional. Espaços comuns internacionais e patrimônio comum da humanidade. Meios de solução pacífica dos conflitos internacionais.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos internacional público . 14. São Paulo - SP: Ed. Forense, 2021.				
2 - MENEZES, Wagner. Direito Internacional na América Latina . Curitiba: Juruá, 2007.				
3 - PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado . Salvador: Editora Juspodivm, 2020.				
Bibliografia Complementar:				
1 - LOPES, Rodolfo Soares Ribeiro. Direito Internacional Público à luz dos Direitos Humanos e jurisprudência . Salvador: Editora Juspodivm, 2018.				
2 - LAZARI, Rafael de; OLIVEIRA, Bruna Pinotti Garcia. Manual de Direitos Humanos – volume único . Salvador: Editora Juspodivm, 2019.				
3 - REZEK, Jose Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar . São Paulo:				

Saraivajur, 2022.

4 - TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Repertório da prática brasileira do direito internacional público**. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/loc_pdf/469/1/repertorio_da_pratica_brasileira_do_direito_internacional_publico_-_indice_geral_analitico. Acesso em: 29 ago. 2022.

5 - VARELLA, Marcelo. **Direito Internacional Público**. São Paulo: Saraivajur, 2019.

Análise de Política Externa

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória

Ementa

Ferramentas teórico-conceituais da disciplina. Análise de Política Externa: gerações e estado da arte. Interação entre as dimensões doméstica e internacional. Atores estatais e processo decisório. Unidades decisórias e níveis de análise. Análise cognitiva e nível individual de análise. Regimes políticos e política externa. Atores não estatais e política externa: grupos de interesse, mídia e opinião pública

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. **Foreign Policy Analysis: New Approaches**. London and New York: Routledge, 2012.

2 - FREIRE, Maria Raquel (Coord.). **Política Externa: as relações internacionais em mudança**. 2a. Ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2015.

3 - FIGUEIRA, Ariane R. **Introdução à Análise de Política Externa: volume 1**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

1 - ALISSON, Graham T. **Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis**. *The American Political Science Review*, v. 63, n. 3, p. 689-718, 1969. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1954423>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - NYE, Joseph S. **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go it Alone**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

3 - PINHEIRO, Flávio L. **Poder Legislativo e Política Externa na América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D9304.dir/Pinheiro.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - PUTNAM, Robert D. **Diplomacia e Política Doméstica: a lógica do jogo de dois níveis**. *Revista de Sociologia Política*, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qZDV3KMBGGt7RQNCr37Ymkk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2022.

5 - FARIAS, Rogério de Souza; RAMANZINI JR, Haroldo. **Análise de Política Externa**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

Geografia Política e Geopolítica Contemporâneas				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
A Geografia Política e as Geopolíticas contemporâneas. A tríade da análise espaço-política: Espaço, Território e Estado. Fronteiras e seus novos significados. Teorias e Estratégias do Poder. Espaço e representação política: Estado territorial. Território, Escalas de ação e instituições. Geopolítica no Brasil. Integração territorial e regional: Amazônia e América do Sul. Sistema Internacional Contemporâneo e Globalização				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - CASTRO, Ina Elias de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.				
2 - COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: HUCITEC/ EdUSP, 2008.				
3 - PROCOPIO, Argemiro. Relações Internacionais: os excluídos da arca de Noé.. São Paulo: Hucitec, 2005.				
Bibliografia Complementar:				
1 - CORREIA, Pedro de Pezarat. Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Conceitos, Teorias, Doutrinas.. Lisboa: Edições 70, 2010.				
2 - COSTA, Rogerio H. da. Blocos Internacionais de Poder . 7a. Ed. São Paulo: Contexto, 1998.				
3 - OLIC, Nelson B. Geopolítica da América Latina . São Paulo: Moderna, 1992.				
4 - RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder . São Paulo: Atica, 1993.				
5 - SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . 5. Rio de Janeiro: Record, 2001.				

Política Ambiental Internacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				

Surgimento e evolução histórica do debate sobre meio ambiente e desenvolvimento nas relações internacionais. A emergência e a atuação dos movimentos e organizações ambientalistas. Cooperação Internacional e criação de regimes de proteção ambiental. Antropoceno e Mudanças Climáticas. Agricultura, Desmatamento, Florestas, Biodiversidade, Povos Indígenas e Populações Tradicionais, Proteção dos Oceanos e outros temas. Negociações ambientais internacionais e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - VEIGA, Jose Eli da. **O Antropoceno e a ciência do sistema terra..** São Paulo: Editora 34, 2019.

2 - CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. **Crise Climática e o Green New Deal Global: a Economia Política.** São Paulo: Roça Nova Editora, 2020.

3 - GUDYNAS, Eduardo. **Direitos da Natureza: ética Biocêntrica e Políticas Ambientais..** São Paulo: Elefante, 2020.

Bibliografia Complementar:

1 - LE PRESTRE, Pierre. **Ecopolítica internacional.** São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

2 - ALIER, João Martinez. **O ecologismo dos pobres.** 2a. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

3 - CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro. **Amazônia: uma década de esperança..** São Paulo: Estacao Liberdade, 2021.

4 - LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: Oito Conferências sobre as naturezas do Antropoceno.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

5 - LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.: Volume 1.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

5º Período

Optativa I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Informações dispostas no rol de componentes curriculares optativas				

Prática em Extensão I				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	0	60	60	Obrigatória
Ementa				
Desenvolvimento de atividade de extensão aprovada por Avaliação Técnica e Relevância				

Social.
Bibliografia
Bibliografia Básica:
1 - BAZOLLI, João Aparecido et al. O papel da extensão universitária como indutora da participação social: Palmas participa. Palmas: EDUFT, 2017.
2 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso. Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658 . Acesso em: 16 ago. 2022.
3 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte, MG: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf . Acesso em: 29 ago. 2022.
Bibliografia Complementar:
1 - ANDRADE, F; CORDEIRO, F. M. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, 2009.
2 - DALMOLIN, B. M; VIEIRA, A. J. H. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf . Acesso em: 09 set. 2022.
3 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte-MG: COOPMED, 2007.
4 - SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da Extensão Universitária. 1. Campinas, SP: Alinea, 2000.

Integração Regional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Teoria da Integração Regional. Evolução histórica dos processos de Integração Regional. Processos de Integração Regional: Área de Livre Comércio, União Alfandegária, Mercado Comum, União Econômica e União Política. União Europeia. Mercosul. União Africana. ASEAN.. Organizações Internacionais de Integração na América, Europa, Ásia e África. Debates sobre tendências atuais da Integração Regional e suas perspectivas no contexto das Relações Internacionais.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - ALMEIDA, Paulo Roberto de. Integração Regional: uma introdução. São Paulo: Saraiva,				

2013.

2 - BARBOSA DOS SANTOS, Fabio Luis. **Integração regional no Sul Global: Brasil, África do Sul e Índia..** 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/gtJbkqWfWVvKTGwpcCrJqDD/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

3 - BRICEÑO RUIZ, Jose. **Las teorías de la Integración Regional: más allá del Eurocentrismo..** Bogotá: Centro de Pensamiento Global, 2018. Disponível em: <https://ediciones.ucc.edu.co/index.php/ucc/catalog/download/67/57/515-1?inline=1>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - GUINEA LLORENTE, M. Mercedes. **La Unión Europea entre la deseintegración y la integración: BREXIT y Pandemia..** Revista Confluências. Niterói, Rio de Janeiro. UFF. Vol. 23, no 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/50672>. Acesso em: 28 ago. 2022.

2 - ORTIZ MORALES, Catherine. **Reflexiones em torno de la crisis actual del Mercosul em su configuración como actor regional.** La Plata: Revista Aportes Para La Integración Latinoamericana, (45), 038, 2021. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/article/view/13157>. Acesso em: 28 ago. 2022.

3 - ALVARÉZ, Silvia; DEVÉS, E. **Problemáticas Internacionaes y Mundiales desde el pensamiento latinoamericano..** Santiago: Adryadna Editores, 2020. Disponível em: <https://alacip.org/wp-content/uploads/2020/09/DEVES-ALVAREZ-Eds.-Problematicas-internacionalies-y-mundiales-desde-el-pensamiento-latinoamericano.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

4 - UNIÃO EUROPEIA, UE. **Documentos sobre o processo de saída do Reino Unido da UE.** 2022. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/es/policies/eu-uk-after-referendum/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

5 - HERNÁNDEZ, Granja Lorena. **Las negociaciones del Mercosur: trayectorias bilaterales para la construcción de consensos..** Revista de Relaciones internacionales de la UNAM. Ciudad de México. No 135, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rri/article/view/71779>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Direitos Humanos				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Conceito, história e evolução dos Direitos Humanos. Teorias críticas dos Direitos Humanos. História dos direitos humanos no Brasil. Temas contemporâneos de Direitos Humanos: cidadania e democracia na perspectiva das relações internacionais. Perspectivas e concepções dos Direitos Humanos. Sistemas de proteção dos Direitos Humanos: Sistema Global, Sistema Interamericano, Sistema Africano e Sistema Europeu. Normas internacionais e impactos domésticos. Casos práticos da jurisprudência internacional de direitos humanos.				
Bibliografia				

Bibliografia Básica:

- 1 - RAMOS, André de Carvalho. **Processo Internacional de Direitos Humanos**. 2. São Paulo: Saraiva, 2012.
- 2 - COMPARATO, Fabio Konder. **Afirmção Histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2017.
- 3 - HEEMAN, Thimotie Aragon; PAIVA, Caio. **Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos**. Belo Horizonte: CEI, 2020.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FLORES, Joaquín Herrera. **Teoria crítica dos direitos humanos: os direitos humanos como produtos culturais**. Rio de Janeiro: Lumen, 2009.
- 2 - PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 20. São Paulo - SP: Saraiva, 2022.
- 3 - PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. Salvador: Editora Juspodivm, 2020.
- 4 - TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A Nova dimensão do Direito Internacional Público**. 1. Brasília: Instituto Rio Branco, 2003. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-690-nova_dimensao_do_direito_internacional_publico_a. Acesso em: 29 ago. 2022.
- 5 - CARVALHO, Salo de; FLORES, Joaquín Herrera; RÚBIO, David Sánchez. **Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica**. Porto Alegre: EDIPUCRS,, 2010. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre//livros/direitoshumanos.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Geografia da Amazônia				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
A Geografia da Amazônia e as Relações Internacionais contemporâneas. Amazônia como domínio morfoclimático, região e território. A região amazônica: repensar o significado da Amazônia; Formação territorial do espaço amazônico; Fronteira, Territorialidade/Territorialização; Urbanização na Amazônia. Pan- amazônia. Amazônia Azul. Amazônia Internacional. Geopolítica da Amazônia; A dinâmica dos discursos e da soberania na Amazônia. Amazônia Legal				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para (não) entregar.: Políticas Públicas e Amazônia . 2a. Ed. Campinas: Papyrus, 1991.				

2 - PORTO-GONÇALVES, C.W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo - SP: Contexto, 2012.

3 - PORTO-GONÇALVES, C.W. **Amazônia – encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso..** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Bibliografia Complementar:

1 - BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia.: Estudos Avançados 19 (53)**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.

2 - CABRAL, Whitney; CHAVES, Daniel (Orgs.). **O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens**. Macapá: UNIFAP, 2017.

3 - LIRA, Eliseu Ribeiro. **A Gênese de Palmas – A Geopolítica de (Re)Ocupação Territorial na Amazônia Legal..** Goiânia: Kelps, 2011.

4 - SILVA, R. I. **O Multilateralismo Amazônico, entre êxitos geopolíticos e entraves executivos: trajetória do processo de cooperação de 1978 a 2012.: Revista Unesp. Volume II**. 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3053/2611>. Acesso em: 22 ago. 2022.

5 - NUNES, Paulo Henrique Faria. **A internacionalização da Amazônia: agentes e perspectivas.: TEXTOS&DEBATES, Boa Vista, n.27, v.1., p. 161-176, jan./jun..** 2015. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/2845/1639>. Acesso em: 27 ago. 2022.

Política Externa Brasileira				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
Estruturas e atores estatais da política externa brasileira (PEB): o sistema político brasileiro e a influência do presidente, Ministério de Relações Exteriores e Poder Legislativo no comportamento internacional brasileiro. Conceitos e abordagens: política de Estado e política de governo, e política externa como política pública. Identidade internacional brasileira e paradigmas da PEB. A influência dos atores não estatais na PEB. Análise da PEB: os governos desde a democratização (1988).				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro . São Paulo: Perspectiva, 2001.				
2 - CARVALHO, Leonardo Arquimimo de; LIXA, Ivone Morcilo F; VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. Política internacional, política externa e relações internacionais . Curitiba: Juruá, 2003.				
3 - CEPALUNI, Gabriel; VIGEVANI, Tullo. A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula . São Paulo: Editora Unesp, 2017.				

Bibliografia Complementar:

1 - LIMA, Maria Regina de Soares. **Instituições Democráticas e política exterior**. Contexto Internacional. vol. 22, nº2, p. 265-303, 2000. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Lima_vol22n2.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - FIGUEIRA, Ariane. **Rupturas e continuidades no padrão organizacional e decisório do Ministério das Relações Exteriores**. Revista Brasileira de Política Internacional. vol. 53, nº2, p. 5-22, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/NrWSY8tfKSR3h6WTH7QnVGd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco de; FONSECA JR, Gelson. **Temas de política externa brasileira II**. Brasília: FUNAG, 1994.

4 - MILANI, Carlos R. S; PINHEIRO, Letícia. **The politics of brazilian foreign policy and its analytical challenges**. Foreign Policy Analysis, v. 13, n. 2, p. 278-296, 2017. Disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/article-abstract/13/2/278/2625540?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 26 ago. 2022.

5 - SANCHEZ, Michelle Raton et al. **Política Externa como Política Pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988)**. Revista de Sociologia e Política. vol. 27, p. 125-143, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gKCfZnzSZC7kjhJndL8YSmJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2022.

6º Período

Optativa II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Informações dispostas no rol de componentes curriculares optativas				

Prática em Extensão II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	0	60	60	Obrigatória
Ementa				
Desenvolvimento de atividade de extensão aprovada por Avaliação Técnica e Relevância Social.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BAZOLLI, João Aparecido et al. O papel da extensão universitária como indutora da participação social: Palmas participa . Palmas: EDUFT, 2017.				
2 - KOGLIN, João Carlos de Oliveira; KOGLIN, Terena Souza da Silva. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso . Revista				

Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658>. Acesso em: 16 ago. 2022.

3 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão**. Belo Horizonte, MG: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o-_livro_8.pdf. Acesso em: 29 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - ANDRADE, F; CORDEIRO, F. M. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**. Revista Brasileira de Educação, 2009.

2 - DALMOLIN, B. M; VIEIRA, A. J. H. **Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica**. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 09 set. 2022.

3 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte-MG: COOPMED, 2007.

4 - SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da Extensão Universitária**. 1. Campinas, SP: Alinea, 2000.

TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	0	60	Obrigatória

Ementa

A presente disciplina tem como objetivo principal dotar os discentes de capacidade compreensão e elaboração dos itens que compõem um Projeto de Pesquisa, a partir do qual será desenvolvido, mediante Orientação Docente nos semestres seguintes, o Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - AQUINO, I. **Como Escrever Artigos Científicos - Sem Arrodeio e Sem Medo da ABNT**. São Paulo - SP: Saraiva, 2012.

2 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 8ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2017.

3 - UFT, Universidade Federal do Tocantins. **Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da UFT**. 2. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2022. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/tWtsvJD7TweKkuaA1ENIIA>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

- 1 - BERVIAN, Pedro A; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. São Paulo: Pearson, 2006.
- 2 - GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- 3 - KUHN, Thomas S. **A estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Atica, 1988.
- 4 - LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros)**. São Paulo: Idéias & Letras, 2014.
- 5 - SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Movimentos Sociais Transnacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Análise de organizações e movimentos de caráter social e políticos não estatais. Sindicalismo. A luta pela terra. Novos Movimentos Sociais. Feminismo. Ambientalismo. Movimentos étnico-culturais e religiosos. Transnacionalismo. Movimentos Alterglobalização. Movimentos Antiglobalização.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - GOHN, Maria da Gloria. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos . São Paulo: Loyola, 2004.				
2 - GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade . São Paulo: EdUNESP, 1991.				
3 - GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo . Petrópolis: Vozes, 1987.				
Bibliografia Complementar:				
1 - CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . São Paulo - SP: Paz e Terra, 1999.				
2 - CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.				
3 - MARTINS, Jose de Souza. A chegada do estrangeiro . São Paulo: Hucitec, 1994.				
4 - MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.. Petrópolis: Vozes, 2001.				
5 - FREITAS, Leana Oliveira et al. (Org.). Miradas acerca da América Latina . Rio de Janeiro: Telha, 2020. Disponível em: https://editoratilha.com.br/product/miradas-acerca-da-america-				

Política Internacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
Análise e prognóstico do desenvolvimento das Relações Internacionais. Temas e agendas do mundo após a Guerra Fria. Peculiaridades dos processos decisórios contemporâneos. Tensões, conflitos e guerras a partir do final do século XX. Atuais estratégias políticas das principais potências. Dinâmicas políticas das regiões e dos continentes.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - HUNTINGTON, Samuel P. O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial . Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.				
2 - LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; LYRA, Mariana P. O. de; RIBEIRO, Mikelli Marzzini L. A. Política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares . Brasília: EDUFT, 2020. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9272/18057 . Acesso em: 27 ago. 2022.				
3 - KAUPPI, Mark V; VIOTTI, Paul R. International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism . 6. Lanham: Rowman & Littlefield, 2019.				
Bibliografia Complementar:				
1 - BULL, Hedley. A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem na política mundial . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf . Acesso em: 27 ago. 2022.				
2 - DUNCAN, W. Raymond; JANCAR-WEBSTER, Barbara; SWITKY, Bob. World Politics in the 21st Century: Student Choice Edition . 2. Boston: Houghton Mifflin, 2008.				
3 - LESSA, Antônio Carlos; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação . São Paulo: Saraiva, 2006.				
4 - MORGENTHAU, Hans J. A política entre as nações: a luta pela guerra e pela paz . Brasília. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf . Acesso em: 27 ago. 2022.				
5 - VILLA, Rafael Duarte. Formas de influência das ONGs na política internacional contemporânea . Revista de Sociologia e Política, n. 12, 1999, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/MSG6cGPrGsNx4wRRZ3ZyWQK/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 27 ago. 2022.				

Economia Política Internacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Estudo e análise das relações entre a economia e a política na formação do sistema internacional de Estados. Formação do mercado mundial e do sistema de Estados. Teorias da globalização. Problemática da internacionalização da economia e das organizações econômicas internacionais contemporâneas.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - COHEN, Benjamin. International Political Economy: an intellectual history . Princeton: Princeton University Press, 2008.				
2 - PAULINO, Luis; PIRES, Marcos C; SOUZA, Luiz Eduardo S. de. Economia Política Internacional: os desafios para o século XXI . São Paulo: Saraiva, 2014.				
3 - EICHENGREEN, Barry J. A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional . 2 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora 34, 2012.				
Bibliografia Complementar:				
1 - CHESNAIS, François. A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências . São Paulo: Boitempo, 2005.				
2 - IANNI, Octavio. Teorias da globalização . Rio de Janeiro: Record, 1994.				
3 - CHESNAIS, François. A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos . São Paulo: Xama, 1995.				
4 - ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo . Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.				
5 - KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, M. Economia Internacional: teoria e política . São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.				

7º Período

Optativa III				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Informações dispostas no rol de componentes curriculares optativas				

TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:

30	30	0	60	Obrigatória
Ementa				
Métodos, técnicas e desenhos de pesquisa em Relações Internacionais. Pesquisa, estruturação e redação de textos científicos. Pesquisa quantitativa e qualitativa em Relações Internacionais. Estudo e seleção de casos. Tópicos centrais em metodologia qualitativa. Conceitos e mensuração. Relações entre variáveis. Coleta, organização e descrição de dados para pesquisa em Relações Internacionais. Séries estatísticas, representações gráficas e sua interpretação.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . São Paulo - SP: Atlas, 2008.				
2 - KEOHANE, R; KING, G; VERBA, S. Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research . Princeton: Princeton University Press, 1994.				
3 - ALONSO, A; MIRANDA, D. S. de. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo . São Paulo: CEBRAP, 2016. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf . Acesso em: 27 ago. 2022.				
Bibliografia Complementar:				
1 - CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . Porto Alegre: Artmed, 2010.				
2 - ERNÁNDEZ COLLADO, Carlos et al. Metodologia de Pesquisa . 5. Porto Alegre: Penso, 2013.				
3 - GOERTZ, G; MAHONEY, J. A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research . Political Analysis, v. 14, n. 03, p. 227–249, 2006. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/political-analysis/article/abs/tale-of-two-cultures-contrasting-quantitative-and-qualitative-research/74CDE90B427798F4986F0B5039D48C67 . Acesso em: 27 ago. 2022.				
4 - PEREIRA, Júlio César R. Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais . 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.				
5 - D'ALBUQUERQUE, R. W; SÁTYRO, H. G. D. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades . Sociedade e Cultura, v. 23, 2020. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/55631/34815 . Acesso em: 27 ago. 2022.				

Segurança Internacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Evolução do conceito de segurança internacional. Dilema de segurança. Estudos críticos de				

segurança internacional. Atores, temas e enfoques sobre segurança internacional. Conflitualidades do Século XXI. Temas específicos de segurança internacional contemporânea.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - BUZAN, B; HANSEN, L. **The evolution of international security studies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

2 - COLLINS, A. **Contemporary Security Studies**.. Oxford: Oxford University Press, 2016.

3 - WILLIAMS, P. D. **Security studies: an introduction**.. New York: Routledge, 2012.

Bibliografia Complementar:

1 - BUZAN, B. et Al. **Security: a new framework for analysis**. Boulder Lynne Rienner Publishers, 1998.

2 - GHECIU, A; WOHLFORTH, W. C. **The Oxford handbook of international security**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

3 - BOOTH, Ken; WHEELER, Nicholas. **The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics**. New York, 2008.

4 - CUNHA FILHO, Valter F. da; RAMINA, L. **Segurança Internacional: desenvolvimento teórico, desafios concretos e paradoxos**.. Curitiba: Juruá, 2013.

5 - BUZAN, BARRY; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. 1ª ed. New York: Cambridge University Press, 2003.

Relações Internacionais Contemporâneas

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória

Ementa

Análise e prognóstico do desenvolvimento das Relações Internacionais. Temas e agendas do mundo após a Guerra Fria. Peculiaridades dos processos decisórios contemporâneos. Tensões, conflitos e guerras a partir do final do século XX. Atuais estratégias políticas das principais potências. Dinâmicas políticas das regiões e dos continentes.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - AYERBE, L. Fernando. **Análise de conjuntura em relações internacionais: abordagens e processos**. 1. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. Disponível em: <https://www.culturaacademica.com.br/catalogo/analise-de-conjuntura-em-relacoes-internacionais/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

2 - BAYLIS, John; OWENS, Patricia; SMITH, Steve. **The Globalization of World Politics: an**

introduction to international relations. 7. Oxford: Oxford University Press, 2017.

3 - SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de Conjuntura**. 30. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

1 - HAN, Dong-Ho. **Scenario construction and its implications for international relations research**. The Korean Journal of International Studies, n. 9 v. 1, 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Scenario-Construction-and-Its-Implications-for-Han/e36247db69bdc70cc66e89367c7f7db192d9d724>. Acesso em: 27 ago. 2022.

2 - LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; LYRA, Mariana P. O. de; RIBEIRO, Mikelli Marzzini L. A. **Política internacional contemporânea: questões estruturantes e novos olhares**. Brasília: EDUFT, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/editora/article/view/9272/18057>. Acesso em: 27 ago. 2022.

3 - LAMY, Steven et al. **Introduction to Global Politics**. 4. Oxford: Oxford University Press, 2017.

4 - LITTLE, R; SMITH, M. **Perspectives on World Politics**. London: Routledge, 2005.

5 - MANSBACH, R. W; RAFFERTY, K. L. **Introduction to Global Politics**. London: Routledge, 2012.

Comércio Exterior				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória
Ementa				
Conceitos e fundamentos do Comércio Exterior. Aspectos gerais da exportação e da importação. Estrutura do Comércio Exterior Brasileiro. Nomenclatura e classificação fiscal de mercadorias. Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação. Contrato de Compra e Venda Internacional. INCOTERMS. Modalidades de Pagamentos. Contratos de Câmbio. Tributação no Comércio Exterior. Financiamento. Logística de Transporte Internacional. Seguro Internacional. Visitas técnicas. Simulações e atividades práticas.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - DAMIAN, Teresinha. Comércio Exterior: Fundamentos jurídicos de comércio exterior e tópicos em negócios internacionais . Jundiaí: Paco Editorial, 2017.				
2 - MAIA, Jayme de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior . 16. São Paulo: Atlas, 2014.				
3 - VAZQUEZ, Jose Lopes. Comércio Exterior Brasileiro . 11. São Paulo: Atlas, 2014.				
Bibliografia Complementar:				

- 1 - DIAS, R; RODRIGUES, W. **Comércio Exterior: Teoria e Gestão**. 3. São Paulo: Atlas, 2011.
- 2 - FARO, Fátima; FARO, Ricardo. **Curso de comércio exterior: visão e experiência brasileira**. 3. São Paulo: Atlas, 2010.
- 3 - FONTES, Kleber. **Exportação descomplicada: o seu produto além das fronteiras brasileiras**. São Paulo: Labrador, 2020.
- 4 - KEEDI, Samir. **ABC do Comércio Exterior: abrindo as primeiras páginas**. 7. São Paulo: Aduaneiras, 2019.
- 5 - SEGRE, German. **Manual Prático de Comércio Exterior**. 5. São Paulo: Atlas, 2018.

8º Período

Ações Curriculares de Extensão				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	0	120	120	Obrigatória
Ementa				
Ações Curriculares de Extensão a serem cumpridas em programas e projetos de natureza flexível e renovável com carga horária variável. A carga horária deverá ser creditada no oitavo semestre.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BAZOLLI, João Aparecido et al. O papel da extensão universitária como indutora da participação social: Palmas participa . Palmas: EDUFT, 2017.				
2 - KOGILIN, João Carlos de Oliveira; KOGILIN, Terena Souza da Silva. A importância da extensão nas universidades brasileiras e a transição do reconhecimento ao descaso . Revista Brasileira de Extensão Universitária, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.24317/2358-0399.2019v10i2.10658 . Acesso em: 16 ago. 2022.				
3 - NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão . Belo Horizonte, MG: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf . Acesso em: 29 ago. 2022.				
Bibliografia Complementar:				
1 - SOUSA, Ana Luiza Lima. A história da Extensão Universitária . 1. Campinas, SP: Alinea, 2000.				
2 - DALMOLIN, B. M; VIEIRA, A. J. H. Curricularização da extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica . EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação, PUCPR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf . Acesso em: 09 set. 2022.				
3 - ANDRADE, F; CORDEIRO, F. M. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de				

indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, 2009.

4 - FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização**. Belo Horizonte-MG: COOPMED, 2007.

Optativa IV				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Disciplina optativa presente no rol de optativas do PPC ou posteriormente proposta mediante aprovação em reunião de colegiado.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
Bibliografia Complementar:				

Estratégia e Fronteiras				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Obrigatória
Ementa				
Conceitos Fundamentais dos Estudos Estratégicos e dinâmicas de Política de Defesa. Relações Internacionais e Estudos Estratégicos. Definição(ões) de fronteiras. Fronteiras nas Relações Internacionais. Desafios das fronteiras na América do Sul. Fronteiras no século XXI.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BAYLIS, J., et al. Strategy in the Contemporary World: an introduction to strategic studies . Oxford: Oxford University Press, 2016.				
2 - VAUGHAN-WILLIAMS, N. Border Politics: The Limits of Sovereign Power . Edinburgh: Edinburgh University Press, 2009.				
3 - WILLIAMS, P. D. Security studies: an introduction.. New York: Routledge, 2012.				
Bibliografia Complementar:				
1 - WASTL-WALTER, D. (Ed.). The Ashgate Research Companion to Border Studies . Surrey: Ashgate, 2011.				
2 - DONNAN, H. (Eds.); WILSON, T. M. A Companion to Border Studies . Hoboken: Wiley - Blackwell, 2012.				

3 - BUZAN, B; WAEVER, O. **Regions and Powers - The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

4 - RUMFORD, C. **Theorizing borders**. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 2, p. 155-169, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1368431006063330>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Cooperação Internacional				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	0	60	Obrigatória
Ementa				
Cooperação Internacional: conceitos, evolução e marcos teóricos. Atores, modalidades e agendas da cooperação internacional. Cooperação governamental e não governamental. Cooperação internacional: cooperação técnica, cooperação científica, financeira, jurídica e social. Cooperação internacional para o desenvolvimento. O Brasil e a cooperação internacional. Elaboração, Implementação e Avaliação de Projetos de Cooperação. Perspectivas da cooperação internacional em tempos contemporâneos.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral . 2. Brasília: Ministerio das Relações Exteriores, 2004. Disponível em: http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida.pdf . Acesso em: 26 ago. 2022.				
2 - SOUZA, André de Mello e (Org.). Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento . Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3308 . Acesso em: 27 ago. 2022.				
3 - KEOHANE, R. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy . Princeton: Princeton University Press, 1984.				
Bibliografia Complementar:				
1 - AYLLÓN, Bruno. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones em la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales . <i>Carta Internacional</i> , v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/416/170 . Acesso em: 27 ago. 2022.				
2 - Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul . Brasília: Ministerio das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/manual_sulsul_v4.pdf . Acesso em: 26 ago. 2022.				
3 - KRAYCHETE, Elsa Sousa; VITALE, Denise (Org.). Cooperação internacional para o desenvolvimento: desafios para o século XXI . Salvador: EDUFBA, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16711/1/cooperacao-internacional.pdf . Acesso em: 27 ago.				

2022.

4 - SILVA, Kelly C. da; SIMÃO, Daniel S. (Org.). **Timor-Leste por trás do Palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

5 - VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a Crise Haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática..** Brasília: FUNAG, 2007. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/375-Brasil_e_a_Crise_Hatiana_O.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.

Internacionalização de Empresas

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Obrigatória

Ementa

Análise e prognóstico do desenvolvimento das Relações Internacionais. Temas e agendas do mundo após a Guerra Fria. Peculiaridades dos processos decisórios contemporâneos. Tensões, conflitos e guerras a partir do final do século XX. Atuais estratégias políticas das principais potências. Dinâmicas políticas das regiões e dos continentes.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; REISENBERGER, R. John. **Negócios Internacionais - estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

2 - MERCHER, L. **Estratégias de Internacionalização: teorias e práticas**. Curitiba: InterSaberes, 2021.

3 - MINERVINI, Nicola. **O Exportador: construindo o seu projeto de internacionalização**. São Paulo: Almedina, 2019.

Bibliografia Complementar:

1 - BERNANDO, Glaucia; MERCHER, Leonardo (Org.). **Internacionalização: entre teorias e práticas no cenário internacional**. Curitiba: NEPRI/UFPR, 2020.

2 - FONTES, Kleber. **Exportação descomplicada: o seu produto além das fronteiras brasileiras**. São Paulo: Labrador, 2020.

3 - LUDOVICO, Nelson. **Como preparar uma empresa para o comércio exterior**. 2. São Paulo: Saraiva, 2018.

4 - MADEIRA, A. B; SILVEIRA, J. A. G. **Internacionalização de empresas: teorias e aplicações**. São Paulo: Saint Paul, 2013.

5 - VASCONCELLOS, E. (Coord.). **Internacionalização, estratégia e estrutura: o que podemos aprender com o sucesso da Alpargatas, Azaléia, Fanem, Odebrecht, Voith e Volkswagen**. São Paulo: Atlas, 2008.

--

TCC III: defesa de monografia				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
0	60	0	60	Obrigatória
Ementa				
Elaboração de monografia. Normalização de Trabalho Acadêmico.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
<p>1 - UFT, Universidade Federal do Tocantins. Manual de Normalização para Elaboração de Trabalhos Acadêmico-Científicos da UFT. 2. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, 2022. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/tWtsvJD7TweKkuaA1ENIIA. Acesso em: 24 ago. 2022.</p> <p>2 - LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 8ª ed. São Paulo/SP: Atlas, 2017.</p> <p>3 - ALONSO, A; MIRANDA, D. S. de. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo. São Paulo: CEBRAP, 2016. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf. Acesso em: 27 ago. 2022.</p>				
Bibliografia Complementar:				
<p>1 - BERVIAN, Pedro A; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica. 6. São Paulo: Pearson, 2006.</p> <p>2 - SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>3 - LEITE, Francisco Tarciso. Metodologia científica: Métodos e técnicas de pesquisa (Monografias, dissertações, teses e livros). São Paulo: Idéias & Letras, 2014.</p> <p>4 - GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo - SP: Atlas, 2008.</p> <p>5 - ERNÁNDEZ COLLADO, Carlos et al. Metodologia de Pesquisa. 5. Porto Alegre: Penso, 2013.</p>				

Optativas

Democracia e Instituições Internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Optativa
Ementa				
Literatura e discussão sobre instituições internacionais contemporâneas e a incorporação da				

democracia nas normas e práticas das instituições internacionais. Democratização, Governança e Relações Internacionais. Democratização, desenvolvimento e resolução de conflitos. Democracia e atores internacionais: Organizações Internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Processos de Integração Regional.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - HAYNES, J. **Routledge Handbook of Democratization**. 1. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2012.

2 - BONIFACE, Dexter (Eds.); LEAN, Sharon F; LEGLER, Thomas. **Promoting democracy in the Americas**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

3 - FINIZIO, Giovanni; LEVI, Lucio; VALLINOTO, Nicole (Eds.). **The democratization of international institutions: First International Democracy Report**. Routledge, 2013.

Bibliografia Complementar:

1 - CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **Qual o lugar da democracia nas Relações Internacionais?: Uma narrativa teórica**. Contexto internacional, v. 34, n. 1, pp. 43-77, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100002>. Acesso em: 25 ago. 2022.

2 - HERZ, Monica. **The Organization of American States (OAS): Global Governance Away from the Media**. Routledge, 2011.

3 - NEWMAN, Edward; RICH, Roland (Eds.). **The UN Role in Promoting Democracy: Between Ideals and Reality**. United Nations University Press, 2004.

4 - PERINA, Rubén M. **The Organization of American States as the advocate and guardian of democracy: an insider's critical assessment of its role in promoting and defending democracy**. University Press of America, 2015.

5 - PETRIC, Boris (Ed.). **Democracy at Large: NGOs, Political Foundations, Think Tanks, and International Organizations**. New York: Palgrave macmillan, 2012.

Dinâmicas da Paz e dos Conflitos

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Definições de paz e conflitos; Estudos para a paz; A paz nas Relações Internacionais; "Velhas" e "Novas" Guerras; Estados párias, frágeis e colapsos; Fontes dos conflitos contemporâneos; Prevenção dos conflitos; Missões de Paz das Nações Unidas; Consolidação da paz onusiana.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CROCKER, Chester et al (eds). **Leashing the dogs of war: conflict management in a divided world**. Washington: United States Institute for Peace, 2006.

2 - RAMSBOTHAM, Oliver et al. **Contemporary Conflict Resolution..** Cambridge: Polity Press, 2005.

3 - RICHMOND, Oliver. **Peace in International Relations**. Abingdon: Routledge, 2008.

Bibliografia Complementar:

1 - DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: The merging of development and security**. London: Zed Books, 2001.

2 - NYE JR, Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

3 - JEONG, Ho-Won. **Understanding Conflict and Conflict Analysis**. London: Sage Publications, 2008.

4 - PARIS, Roland. **At war's end: building peace after civil conflict**. Cambridge: Cambridge Universit Press, 2004.

5 - RICHMOND, Oliver P. (Ed.). **Palgrave advances in Peacebuilding: critical developments and approaches**. New York: Palgrave, 2010.

Estudos Avançados em Teorias de RI

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Teorias pós- positivistas; Temas e categorias e suas insurgências contemporâneas, Espacialidades e temporalidades das tensões. Complexidades étnico-raciais, de classe, gênero e transfronteiriços da atualidade; Sujeitos sociais e políticos; Agendas Internacionais. Interseccionalidade, Entraves e enclaves entre Organizações, Movimentos sociais; Política de ideias mais políticas de presença.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

2 - MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João P. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Elsevier, 2005.

3 - SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7a. Ed. São Paulo: Edusp, 2014.

Bibliografia Complementar:

1 - COX, Robert. **Social Forces, States and World Orders: beyond International Relations Theory**. Millennium, v.16, n.2, 2011. Disponível em: https://acikders.ankara.edu.tr/pluginfile.php/98986/mod_resource/content/1/cox-social%20forces.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

2 - FERNANDES, Jose Pedro Teixeira. **Islamismo e Multiculturalismo. As Ideologias após o Fim da História..** Coimbra: Almedina, 2006.

3 - MACKINNON, Catharine. **Toward a Feminist: Theory of the State..** First Havard University Press, 1991.

4 - SILVA, Andreia Rosenir da. **A Construção de Gênero no âmbito das Relações Internacionais: Direitos Humanos das Mulheres e a Necessidade de Instrumentos Eficazes a sua Consolidação..** Ijuí: Ed. Ijuí, 2016.

5 - WATSON, Adam. **A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa.** Brasília: Ed. UnB, 2001.

Mulheres, Diversidade e Feminismo

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Categorias dos estudos de mulheres, gênero e diversidade. História e historiografia das Mulheres. Estudos e Metodologias Feministas. Teoria Feminista. Teoria Feminista nas Relações Internacionais. A organização social a partir do gênero. Poder e gênero. Composição social e composição de poder. Constituição de campos científicos. Marcadores sociais de diferença. Interseccionalidade. Saberes e práticas políticas contemporâneas. Direitos Humanos das Mulheres. Organizações Internacionais.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - AVELAR, Lucia; BLAY, Eva Altherman. **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile – A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democrático..** São Paulo: Edusp, 2017.

2 - ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases.** London: Pandora Press, 1989.

3 - SILVA, Andreia Rosenir da. **A Construção de Gênero no âmbito das Relações Internacionais: Direitos Humanos das Mulheres e a Necessidade de Instrumentos Eficazes a sua Consolidação..** Ijuí: Ed. Ijuí, 2016.

Bibliografia Complementar:

1 - BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade.** 5a. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

2 - COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

- 3 - HOOKS, Bell. **Teoria Feminista – Da Margem ao Centro..** São Paulo: Perspectiva, 2019.
- 4 - DELAP, Lucy. **Feminismos – Uma história Global.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- 5 - PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: bases teórico-metodológicas.** Rio Grande do Sul: Tese de Doutorado. Curso de Relações Internacionais, 2014.

Amazônia, Povos Indígenas e Política Global				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
História e arqueologia dos povos indígenas da Amazônia e das Américas. Capitalismo, Estados-Nação, Colonialismo e Pós-colonialismo. Movimentos indígenas e a luta por direitos. Soberanias Indígenas. Meio ambiente, Amazônia, Povos indígenas e Política Global no século XXI.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - ABRAMOVAY, Ricardo. Amazônia: por uma economia do conhecimento da Natureza. São Paulo, 2020.				
2 - BEIER, J. M. International relations in uncommon places: indigeneity, cosmology, and the limits of international theory. New York: Palgrave macmillan, 2005.				
3 - LIGHTFOOT, Sheryl. Global indigenous politics: a subtle revolution. New York: Routledge, 2017.				
Bibliografia Complementar:				
1 - ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.				
2 - BONILLA, Heraclio (Ed.). Os conquistados: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006.				
3 - BRUYNEEL, K. The third space of sovereignty: the postcolonial politics of US-indigenous relations. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.				
4 - COATES, K. S. A global history of indigenous peoples: struggle and survival. New York: Palgrave macmillan, 2004.				
5 - SHAW, Karena. Indigeneity and Political Theory: Sovereignty and the limits of the political. New York: Routledge, 2008.				

Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Antropoceno				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
<p>Trajectoria das negociações internacionais sobre meio ambiente. O regime internacional de combate às mudanças climáticas: avanços científicos, desafios atuais e futuros. Meio ambiente e Economia Política Internacional na era do Antropoceno: desenvolvimento sustentável, transição energética, descarbonização da economia global, energias limpas e renováveis.</p>				
Bibliografia				
<p>Bibliografia Básica:</p> <p>1 - BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.</p> <p>2 - VEIGA, Jose Eli da. O Antropoceno e a ciência do sistema terra.. São Paulo: Editora 34, 2019.</p> <p>3 - GUDYNAS, Eduardo. Direitos da Natureza: ética Biocêntrica e Políticas Ambientais.. São Paulo: Elefante, 2020.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>1 - ALIER, João Martinez. O ecologismo dos pobres. 2a. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.</p> <p>2 - CHOMSKY, Noam; POLLIN, Robert. Crise Climática e o Green New Deal Global: a Economia Política. São Paulo: Roça Nova Editora, 2020.</p> <p>3 - GIDDENS, Anthony. A Política da Mudança Climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>4 - PEREIRA, Joana Castro; VIOLA, Eduardo. Climate Change and Biodiversity in the Amazon: At the Edge of Ecological Collapse?. London: Routledge, 2021.</p> <p>5 - SACHS, Jeffrey. A era do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Actual, 2017.</p>				

Meio Ambiente e Extrativismo				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
<p>Meio Ambiente: deterioração das políticas de proteção, conservação e gestão do Meio Ambiente na América Latina e o Caribe. A implementação de projetos de extrativismo na região a partir da década de 1980, o impulso entre a década de 1990 e 2000 e o avanço massivo nas primeiras duas décadas do século XXI: situação e perspectivas. O arcabouço jurídico de regulação ambiental sobre os projetos extrativistas nos países da região. Extrativismo e neoextrativismo como modelo de desenvolvimento econômico para a região: situação, impactos e perspectivas.</p>				

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - SOUPPLET, Viviana Neyra Raquel. **Extratativismo, colonialidad y violencia en el Perú**. Rio de Janeiro: Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v.33, n. 1, 2020. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Revibec/article/view/376178>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - SVAMPA, M. **Las fronteras del Neoextrativismo en América Latina**. Guadalajara: CALAS, 2019. Disponível em: http://calas.lat/sites/default/files/svampa_neoextractivismo.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - GRISUL, Grupo de Relações Internacionais e Sul Global. **Pacha - defendiendo la tierra: extrativismo conflictos y alternativas en América Latina y el Caribe**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2018. Disponível em: http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Final_Internet-Port.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - SIERRA, Sergio Uribe. **Metabolismo social de la minería: el caso de Zacatecas (1980-2018)**. Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía, v. 52, n. 207, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/iiec.20078951e.2021.207.69722>. Acesso em: 27 ago. 2022.

2 - MOSCHENI, Margarita. **La minería y el desarrollo insostenible. El estudio de caso en San Juan, Argentina**. Revista Problemas del Desarrollo, v.196, n. 50, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/iiec.20078951e.2019.196.64823>. Acesso em: 29 ago. 2022.

3 - GERSTENBERG, Feline. **La minería de carbón en Colombia y la situación económica de las mujeres rurales: la comunidad El Hatillo (Cesar, Colombia)**. Ambiente y Desarrollo, v. 23, n. 45, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.ayd23-45.mccs>. Acesso em: 29 ago. 2022.

4 - SÁNCHEZ, Jeannette (coord.). **Recursos naturales, medio ambiente y sostenibilidad: 70 años de pensamiento de la CEPAL**. Santiago: Nações Unidas - CEPAL, 2019. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44785-recursos-naturales-medio-ambiente-sostenibilidad-70-anos-pensamiento-la-cepal>. Acesso em: 29 ago. 2022.

5 - ARROYO, Yuri Landa. **Los recursos mineros en las cadenas globales de valor**. Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía, v. 50, n. 199, 2019. Disponível em: <https://probedes.iiec.unam.mx/index.php/pde/article/view/68330>. Acesso em: 29 ago. 2022.

Relações Internacionais da América Latina

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Optativa

Ementa

A América Latina no Sistema Internacional. O pensamento latino-americano aplicado às Relações Internacionais. Molduras de análise e principais variáveis explicativas do comportamento internacional latino-americano. As relações com os Estados Unidos e a

ascensão chinesa. Política externa dos países latino-americanos. O impacto dos novos temas na política doméstica e na agenda internacional nas Relações Internacionais da América Latina.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - PASTOR, R. A. **Exiting the whirlpool: U.S. foreign policy toward Latin America and the Caribbean**. 2. Boulder: Westview Press, 2001.

2 - ÁLVAREZ, S. T; DEVÉS, E. **Problemáticas internacionales y mundiales desde el pensamiento latino-americano: Teorías, Escuelas, Conceptos, Doctrinas, Figuras**. 1. Santiago: Ariadna Ediciones, 2022. Disponível em: <https://repositoriodigital.uns.edu.ar/handle/123456789/5240>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 24. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Bibliografia Complementar:

1 - AMORIM NETO, Otávio; MALAMUD, Andrés. **What Determines Foreign Policy in Latin America? Systemic versus Domestic Factors in Argentina, Brazil, and Mexico, 1946-2008**. *Latin American Politics and Society*, v. 57, n. 4, p. 1-27, 2015. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/what-determines-foreign-policy-in-latin-america-systemic-versus-domestic-factors-in-argentina-brazil-and-mexico-19462008/53850E4625C0433776DF2ED4BA641DCA>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - BETHEL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

3 - GARDINI, Gian Lucca; LAMBERT, Peter. **Latin American foreign policies between ideology and pragmatism**. 1. New York, 2011.

4 - HEY, Jeanne A. K. **Three Building Blocks of a Theory of Latin American Foreign Policy**. *Third World Quarterly*, v. 18, n. 4, p. 631–657, 1997. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3993209>. Acesso em: 26 ago. 2022.

5 - SPOSITO, Italo B. **Continuidade e Mudança na Política Externa da América Latina e do Caribe**. 1. Curitiba: Appris, 2020.

Política Comparada				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Optativa
Ementa				
Processo histórico de formação das democracias e ditaduras modernas. Análise comparada de sistemas políticos modernos: diferenças institucionais. Relações entre desenvolvimento econômico, fatores culturais e sociais com regimes políticos. A democracia brasileira				

contemporânea em perspectiva comparada.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. 10. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- 2 - DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e oposição**. 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- 3 - HAYNES, J. **Routledge Handbook of Democratization**. 1. London, New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2012.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. **Federalismo, Democracia e Governo no Brasil**. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 51, p. 13-34, 2001. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/232/223>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- 2 - LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia**. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- 3 - MOORE JR, Barrington. **Origens sociais da ditadura e da democracia**. 1. São Paulo: Edições 70, 2010.
- 4 - PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- 5 - CAREY, John M; SHUGART, Matthew Soberg. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. 1. New York: Cambridge University Press, 1992.

Relações Internacionais e Questão Agrária

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Processo de desindustrialização e reprimarização da economia. Reestruturação produtiva no campo. Mundialização do capital e suas implicações na produção e no regime alimentar mundial. Análise dos dados da produção e exportação de commodities produzidas no Brasil. O passo das commodities na agenda exportadora brasileira. Impactos territoriais, ambientais e nos mundos do trabalho.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

- 1 - FERREIRA, Jonathan Dias; SCHNEIDER, Mirian Beatriz. **As cadeias globais de valor e a inserção da indústria brasileira**. Revista Tecnologia e Sociedade, v.11, n.21, 2015. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/download/3012/2425>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- 2 - HIRATUKA, Celso; SARTI, Fernando. **Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil**. Revista de Economia Política, v. 37,

n. 1, pp. 189-207, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xn7cpQfVSGCZSxdDpbn5zTc/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

3 - CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil**. Economia e Sociedade, v. 21, n. 4, p. 831-851, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273/9748>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - DELGADO, Héctor Antonio Padilla et al. **Las fronteras: espacios estratégicos para la globalización**. Ciudad Juárez: Universidade Autonoma de Ciudad Juárez, 2017.

2 - OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. 1. Iandé Editorial, 2016. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - LAMOSO, Lisandra Pereira. **Reprimerização no Território Brasileiro**. Espaço e Economia, Ano IX, n. 19, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>. Acesso em: 24 ago. 2022.

4 - SCOLESO, Fabiana. **Relações Internacionais e Questão Agrária: Mundialização Do Capital, Agronegócio e as Lutas Pela Terra em Porto Nacional – Tocantins**. Projeto História, São Paulo, v. 68, pp. 249-285, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/47154>. Acesso em: 24 ago. 2022.

5 - ROBINSON, William I. **El capitalismo global y la crisis de la humanidad**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno, 2021.

Ásia Contemporânea nas Relações Internacionais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Discussão das dinâmicas políticas e econômicas da Ásia na contemporaneidade. Oriente Médio: Colonização, descolonização e revoluções. Conflito árabe-israelense. Rússia e a questão oriental. Conflitos e dominações na Ásia Meridional. A questão hindu-paquistanesa. China: da colonização ocidental no século XIX ao expansionismo econômico ao fim do século XX. O percurso do Japão: da Era Meiji aos processos de inovação produtiva.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

2 - SPENCE, Jonathan D. **Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

3 - HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

Bibliografia Complementar:

- 1 - ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- 2 - CHESNAUX, Jean. **A Ásia oriental nos séculos XIX e XX**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- 3 - COGGIOLA, Osvaldo. **A Revolução Iraniana**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- 4 - LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje**. São Paulo: Jorge Zahar, 1996.
- 5 - SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

O Continente Africano nas Relações Internacionais Contemporâneas

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Trajatória dos processos de colonização no continente africano. Expansionismo e imperialismo capitalista. Resistências contra a condição colonial. Impactos da Conferência de Berlim. Movimento de não-alinhados no continente africano. Pan-Africanismo. Nacionalismos e processos de independência. Conflitos pós-independência dos estados africanos. O continente e seus percursos econômicos nos séculos XX e XXI.

Bibliografia**Bibliografia Básica:**

- 1 - HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula: Visita à história contemporânea**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2005.
- 2 - BOAHEN, Albert A. **História geral da África, VII: África sob dominação colonial 1880-1935**. Unesco, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- 3 - MAZRUI, Ali A; WONDJI, C. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190256>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FARON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- 2 - LINHARES, Maria Yedda. **A luta contra a metrópole: Ásia e África: 1945-1975**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- 3 - MUNANGA, Kabengele. **África - Trinta anos de processo de independência**. Revista USP, n.

18, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26002/27733>. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - VISENTINI, Paulo. **As revoluções africanas. Angola, Moçambique e Etiópia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

5 - WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África: 1880-1990**. Rio de Janeiro: REVAN/UFRJ, 1998.

História e Cultura Indígena

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

História e cultura dos povos indígenas no Brasil e nas Américas: arqueologia, organização social, diversidade étnica, linguística e cultural. Capitalismo, Colonialismo e Pós-Colonialismo. Escravidão, Resistência e Guerras Indígenas. Movimentos indígenas, indigenismo e a luta por Direitos. Povos indígenas, Estado-Nação e Política Global no século XXI.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - AFONSO, Germano B; BUENO, Luiz; CREMONEZE, C. **Ensino de história e cultura indígenas**. Curitiba: InterSaber, 2016.

2 - ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

3 - MILANEZ, Felipe (ed.). **Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil**. São Paulo, 2015.

Bibliografia Complementar:

1 - LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1995.

2 - MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. Editora EDUSP, 2014.

3 - FREIRE, Carlos Augusto; OLIVEIRA, João Pacheco de. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154566>. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Ensino de História e Culturas Afrobrasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2012.

5 - VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: a história de sangue e resistência indígenas na ditadura**. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

História e Cultura Afro-brasileira				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Origens africanas na história e na cultura brasileira. Colonialismo e Escravidão. Resistência Negra, Quilombos e Quilombismo. Movimento Negro e Movimento Anti-racista no Brasil e no mundo. Cidadania, Africanidade e Democracia. Novas Perspectivas Políticas e Culturais Afro-Brasileiras.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - MATTOS, Rejane Augusto de. História e cultura afro-brasileira . São Paulo: Editora Contexto, 2007.				
2 - NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista . São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.				
3 - SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. Memória D'África. A temática africana em sala de aula . São Paulo: Cortez, 2007.				
Bibliografia Complementar:				
1 - PEREIRA, Amilcar Araujo; VERENA, Alberti. Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC . Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.				
2 - ANJOS, Rafael Sanzio Araujo dos. Quilombolas: tradições e cultura de resistência . São Paulo: Aori Comunicação, 2006.				
3 - GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje . São Paulo: Global, 2006.				
4 - MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amilcar Araujo. Ensino de História e Culturas Afrobrasileiras e Indígenas . São Paulo: Pallas Editora, 2012.				
5 - SANTOS, Pe. Anízio F. dos (Org.). Eu, Negro. Discriminação racial no Brasil existe? . São Paulo: Loyola, 2000.				

Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais II				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
45	15	0	60	Optativa
Ementa				
A utilização das línguas estrangeiras para a prática das negociações internacionais. As competências linguísticas, nível Intermediário avançado, para o exercício profissional no âmbito dos diálogos no comércio e nas negociações internacionais.				
Bibliografia				

Bibliografia Básica:

- 1 - STRUT, Peter. **Market Leader: Essential Business Grammar and Usage**. Harlow: Pearson Longman, 2010.
- 2 - PILBEAN, Adrian. **Market Leader: Working Across Culture**. Harlow: Pearson Longman, 2010.
- 3 - STRUT, Peter. **Market Leader: Business English**. Harlow: Pearson Longman, 2010.

Bibliografia Complementar:

- 1 - FURSTENAU, Eugenio. **Novo Dicionário de Termos Técnicos: Inglês**. São Paulo: Globo, 2003.
- 2 - HEWINGS, Martin. **Advanced Grammar in Use: a self study reference and practice book for advanced learners of English**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- 3 - MURPHY, Raymond. **English Grammar in Use: a self study reference and practice book for intermediate students**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- 4 - MURPHY, Raymond. **Basic Grammar in use: with answers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

Gestão de Projetos Internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
30	30	0	60	Optativa
Ementa				
Projetos internacionais: origem, importância, conceitos e finalidades. Tipos de projetos internacionais: projetos públicos e privados. Projetos internacionais e Organizações Internacionais. Projetos de cooperação governamental e não governamental. Projetos sociais. Projetos de captação de recursos internacionais. Projetos na área de cooperação técnica internacional. Elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos internacionais.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - GRISHAM, Thomas W. International project management: leadership in complex environment.. London: John Wiley & Sons, 2009.				
2 - KOSTER, Kathrin. International Project Management . London: Sage Publications, 2009.				
3 - WOILER, Sansão. Projetos: planejamento, elaboração e análise . 2. São Paulo: Atlas, 2018.				
Bibliografia Complementar:				
1 - ARMANI, D. Como Elaborar Projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais . Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.				

2 - **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/manual_sulsul_v4.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica Internacional multilateral e bilateral**. 2. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2004. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - FUNDAP, Fundação do Desenvolvimento Administrativo. **Planejamento e gerenciamento de projetos: Educação continuada: Gestão de programas e projetos governamentais**. São Paulo: FUNDAP, 2006.

5 - PMI, Project Management Institute. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 6. EUA: PMI, 2017.

Laboratório de Simulações em Relações Internacionais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
15	15	30	60	Optativa

Ementa

Negociações Internacionais. Prática de simulação negocial. Simulações diplomáticas: simulação de Organizações Internacionais e de debates diplomáticos. Tribunais simulados – Moot Courts. Exercícios de simulação no Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI). Promoção e implementação de modelos de simulações.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - CAVUSGIL, S. Tamer; KNIGHT, Gary; REISENBERGER, R. John. **Negócios Internacionais - estratégia, gestão e novas realidades**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

2 - HOFFMANN, Andrea Ribeiro; TABAK, Andrea R. **Organizações Internacionais: história e práticas**. 2. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

3 - MANZUR, Tânia Pechir Gomes. **Negociações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

1 - INOUE, C. Y. A; VALENÇA, M. M. **Contribuições do Aprendizado Ativo ao Estudo das Relações Internacionais nas universidades brasileiras**. Meridiano 47, v. 18, e18008, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5301/4821>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - MCINTOSH, D. **The Uses and Limits of the Model United Nations in an International Relations Classroom**. International Studies Perspectives, Oxford, v. 2, n. 3, p. 269–280, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44218169>. Acesso em: 26 ago. 2022.

3 - RACY, Joaquim Carlos. **Introdução à gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2006.

4 - SEITENFUS, Ricardo A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. 5. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

5 - SHELLMAN, S. M; TURAN, K. **Simulations Enhance Student Learning? An Empirical Evaluation of an IR Simulation**. *Journal of Political Science Education*, Abingdon, v. 2, n. 1, p. 19–32, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15512160500484168>. Acesso em: 26 ago. 2022.

Gestão Estratégica Paradiplomática

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Planejamento estratégico, tático e operacional. Análise de Swot. Fomento econômico local. Globalização e ação externa dos governos subnacionais. aradiplomacia. Secretaria de relações internacionais e acordos de cooperação: uma ferramenta estratégica. Experiências de casos de paradiplomacia no Brasil.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - TAVARES, M. C. **Gestão estratégica**. São Paulo: Atlas, 2010.

2 - ARRETCHE, M; HOCHMAN, G; MARQUES, E. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.

3 - APRIGGIO, A. **Paradiplomacia e interdependência: as cidades como atores internacionais**. Salvador: Gamma, 2017.

Bibliografia Complementar:

1 - COHN, Amélia. **Políticas sociais e pobreza no Brasil**. *Planejamento e Política Públicas*, n. 12, p. 1-19, 1995. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/138/140>. Acesso em: 26 ago. 2022.

2 - DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 7. São Paulo: Empreende, 2018.

3 - FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4025/5/PPP_n21_Politicass.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.

4 - NUNES, Clara; SALOMÓN, Mônica. **Ação Externa dos Governos Subnacionais no Brasil: Os Casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo Comparativo de Dois Tipos de Atores Mistos**. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 1, p. 99–147, 2007. Disponível em: <https://>

www.scielo.br/j/cint/a/hZvcYwZZdMWJ34dKbXvwdZw/abstract/?lang=pt. Acesso em: 26 ago. 2022.

5 - M. I, Barreto. et al. **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EPUC/UNESP/CEDC/FAPESP, 2004.

Introdução à Administração com Ênfase em Relações Internacionais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				
Fundamentação teórica da administração. Teoria clássica. Teoria estruturalista. Teoria humanista. Teoria comportamental. Teoria sistêmica. Teoria contingencial. Ambiente organizacional e as relações internacionais.				
Bibliografia				
Bibliografia Básica:				
1 - BATEMAN, T. S; SNELL, S. S. Administração: construindo vantagem competitiva . 2. São Paulo: Atlas, 2006.				
2 - ROBBINS, S. Fundamentos de Administração: conceitos essenciais e aplicações . São Paulo: Prentice Hall, 2004.				
3 - TAVARES, M. C. Gestão estratégica . São Paulo: Atlas, 2010.				
Bibliografia Complementar:				
1 - DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios . 7. São Paulo: Empreende, 2018.				
2 - KUAZAQUI, Edmir. Marketing internacional: desenvolvendo conhecimentos e competências em cenários globais . São Paulo: M. Books, 2006.				
3 - MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração . São Paulo: Atlas, 2008.				
4 - OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas . 26. São Paulo: Atlas, 2009.				
5 - HISRICH, R. D; PETERS, M. Empreendedorismo . São Paulo: Bookman, 2004.				

Introdução à Língua Brasileira de Sinais				
CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa
Ementa				

Breve história da linguística. Das reflexões gregas ao gerativismo. O paradigma funcionalista. Teorias linguísticas contemporâneas. Linguística Aplicada e sua relação com o ensino-aprendizagem de línguas. Formação do professor de Libras

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - FIORIN, José Luiz. **Introdução a Linguística I: Objetos Teóricos**. 5. São Paulo: Contexto, 2005.

2 - BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Demerval. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2003.

3 - KARNOPP, Lodenir becker; QUADROS, Ronice muller. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar:

1 - BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

2 - CRYSTAL, D. **Dicionário de Linguística e Fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

3 - GRANGER, G. G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

4 - LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1996.

5 - OLIVEIRA, Rui de. **Neolinguística e o Aprendizado da Linguagem**. Catanduva: Rêspel, 2005.

Sociologia das Relações Internacionais

CH. Teórica	CH. Prática	CH. de Extensão	CH. Total	Tipo:
60	0	0	60	Optativa

Ementa

Fatos internacionais enquanto fatos sociais. Reflexão acerca das transformações das relações internacionais. Potenciais analíticos da sociologia. Sociologia como forma de abordar os fenômenos internacionais contemporâneos.

Bibliografia

Bibliografia Básica:

1 - DEVIN, Guillaume. **Sociologia das Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA, 2009.

2 - BADIE, Bertrand; SMOUTS, Marie-Claude. **O mundo em viragem: sociologia da cena internacional**. Lisboa: Piaget, 1999.

3 - CARLOTTO, M. C. **Relações Internacionais: objeto e fronteira das ciências sociais?**. Plural, vol. 24, n. 2, p. 5-15, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/142991>. Acesso em: 28 ago. 2022.

Bibliografia Complementar:

1 - SMOUTS, Marie-Claude (Org.). **As novas relações internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

2 - TARGA, L. G. **Elementos para uma Sociologia das Relações Internacionais: o campo dos diplomatas e o Estado como metacampo**. Plural, vol. 24, n. 2, p. 65-85, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/142994>. Acesso em: 28 ago. 2022.

3 - HABERMAS, Jürgen. **Sociologia**. 3. São Paulo: Atica, 1993.

4 - ADLER-NISSEN, Rebecca. **Bourdieu in International Relations: Rethinking Key Concepts in International Relations**. London: Routledge, 2013.

5 - CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo - SP: Paz e Terra, 1999.

3.6 - Conteúdos curriculares

O curso de Relações Internacionais foi concebido para atender os critérios que permeiam os processos de ensino, pesquisa e extensão da universidade. A construção das unidades curriculares e dos respectivos ementários atendem as estratégias de interdisciplinaridade e flexibilização. Esse caráter é ressaltado nas bibliografias e em suas intersecções metodológicas, tanto na disciplina de forma particular, bem como em sua integração com as demais. Para a construção desta atualização do Plano Pedagógico de Curso, as ementas e as bibliografias foram objeto de profundas discussões pelos membros do Núcleo Docente Estruturante.

Em torno dos temas relacionados às políticas de educação ambiental, o curso possui uma unidade curricular, Política Ambiental Internacional, com uma abordagem que dialoga diretamente com as condições domésticas e internacionais. Ademais, as reflexões existentes no âmbito de Geografia da Amazônia e das optativas que permitam a intersecção de abordagens nas questões ambientais.

A matriz possui uma unidade curricular intitulada Direitos Humanos que aborda diretamente o processo de construção dos direitos humanos e suas condições na atualidade. Seu diálogo é direto com outras disciplinas como Introdução à Ciência Política, Introdução à Sociologia e Movimentos Sociais Transnacionais, além dos temas abordados no conjunto das optativas, como são os casos de História e Cultura Indígena e História e Cultura Afro-brasileira. Esta interlocução permite analisar as condições de precarização social atuais nos espaços urbano e rural, bem como outras instâncias das esferas étnicas, gênero, políticas, econômicas e sociais. Assim, a partir da estruturação exposta, possibilita-se um movimento reflexivo em torno do tema percorre todas as esferas do curso, inclusive nas ações extensionistas.

Os componentes curriculares, articulam-se de modo que o processo de formação profissional no curso de Relações Internacionais tenha plena capacidade compreender e atuar em diversos patamares de questões internacionais. Os conteúdos basilares do curso interagem nos campos históricos, geográficos, políticos, culturais, ambientais, estratégicos e de negociação. Destarte, com as constantes transformações da dinâmica internacional e suas articulações com diversas espécies de atores, os conteúdos estão plenamente integrados.

3.6.1 - Matriz formativa

A elaboração do currículo do curso de Relações Internacionais, em consonância com seu PDI (2021-2025), pretende alcançar uma educação profissional e humana que proporcione o enfrentamento dos desafios sociais, políticos, econômicos e culturais considerando os contextos da universidade (interno e externo) e entende que um currículo integrado impulsiona a reflexão, as práticas e as ações comprometidas com a qualidade do ensino e da Educação. Desta forma, é de fundamental importância se pensar um currículo que considere os avanços tecnológicos e seus efeitos na configuração das profissões e dos mundos do trabalho. Neste contexto, entende-se que o currículo é promotor de competências e habilidades necessárias ao profissional do presente e do futuro, reforçando a função social, cultural e política do trabalho acadêmico emancipador, inovador e criativo ampliando as visões de mundo, colaborando para a sua transformação pautados na ética e na humanização.

De acordo com a Resolução 38/2021 que instituiu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

"No processo de inovação pedagógica, a modernização dos processos e ferramentas tecnológicas compõem apenas o meio necessário para a melhoria das atividades de ensino na instituição. Porém, para prover maior eficiência e eficácia nos processos educativos, é necessário conceber novos métodos e práticas pedagógicas para a melhoria do processo de ensino aprendizagem na instituição. A inovação pedagógica surge, portanto, como uma característica necessária para a completa efetivação do processo de modernização no ensino superior, dessa forma, buscando a modernização nas atividades finalísticas da universidade. A inovação pedagógica remete às novas tecnologias, aos recursos digitais, às redes sociais, à aplicação de tecnologias educacionais no processo de ensino aprendizagem através de novas formas de comunicação e relacionamento com a informação." (PDI, p. 52).

Métodos ativos e inovadores estão presentes neste novo PPC nas pesquisas, nas dinâmicas de grupo, em propostas de jogos cooperativos, trabalhos em grupos ou pares e em outras múltiplas formas de representação da realidade e de expressão do saber por diferentes linguagens e formas. Portanto, as tecnologias, juntamente com as metodologias ativas, são elementos complementares no processo de inovação pedagógica e constam deste novo currículo.

A matriz formativa do curso de Relações Internacionais é baseada na integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão para que os alunos desenvolvam habilidades sociais, técnicas e políticas, trabalhando em equipe para atuar nas necessidades locais, regionais, nacionais e internacionais. Desse modo, o profissional formado será capaz de atuar para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3.6.2 - Flexibilização curricular

Os estudantes do curso de Relações Internacionais do campus Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins têm à sua disposição um currículo diversificado com perfil inovador em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Dentro desse currículo, os estudantes podem escolher diferentes percursos para consolidar suas habilidades. Ao fazer suas escolhas, os estudantes terão à sua disposição diferentes contextos de aprendizagem, construídos a partir da valorização de suas competências individuais e da articulação de competências no plano coletivo, ensejando cooperação mutuamente frutuosa.

3.6.3 - Objetos de conhecimento

A formação do bacharelado está estruturada a partir dos quatro eixos de formação, definidos na DCN para cursos de graduação em Relações Internacionais. Além do cumprimento de conteúdo obrigatório do "Eixo de Formação Estruturante" essencial à formação do Analista de Relações Internacionais, o "Eixo de Formação Interdisciplinar" contempla as disciplinas correlatas para completar a formação humanística e ética, conforme apresentado nos itens 3.1, 3.2 e 3.3. No "Eixo de Formação voltado à atividade profissional" foram inseridos conteúdos de treinamento e aprimoramento da Língua Inglesa, essencial para o aprendizado no curso e exercício da atividade profissional; para esta definição foi considerado as características regionais, já que há significativo número de ingressantes que não têm conhecimento prévio em línguas. Ademais, foram inseridas disciplinas direcionadas à preparação para ocupar espaço no mercado de trabalho, considerando as especificidades locais. São elas: Comércio Exterior, Cooperação Internacional e Internacionalização de Empresas. O "Eixo de atividades complementares" inclui a carga horária vinculada a pesquisa, extensão e prática profissional (estágios não-obrigatórios).

As atividades de pesquisa que culminam no Trabalho de Conclusão de Curso têm regimento estabelecido pelo colegiado e define a modalidade de monografia como etapa de conclusão do processo formativo do discente. Pelas regras dispostas o aluno cursa a disciplina de TCC I - Elaboração de Projetos que se torna pré-requisito para a disciplina de TCC II - Pesquisa aplicada às Relações Internacionais e TCC III - Defesa de Monografia, onde ocorre a elaboração e todos os processos formativos e administrativos para depósito e defesa. Em seu regimento também está estabelecido que o (a) professor (a) da disciplina ficará por ela responsável em um prazo de 2 (dois) anos podendo se estender se o colegiado aprovar. Todos os critérios e o regimento de trabalho de conclusão de curso de Relações Internacionais estão em consonância com as normativas estabelecidas pela UFT sobre o assunto.

3.6.4 - Programas de formação

Considerando as Resoluções Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana e Nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, o Parecer Homologado pelo Conselho Nacional de Educação/CNE – Resolução nº 1,

de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e as próprias DCN para o curso de Relações Internacionais: "O Projeto Pedagógico do Curso (PPC), além da evidente concepção do curso de graduação em Relações Internacionais, com suas particularidades regionais, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros aspectos, os seguintes elementos estruturais:

XI - Formas de garantir a integração dos conteúdos das Diretrizes Nacionais sobre Políticas de Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Educação das Relações Étnico Raciais e Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena e demais requisitos legais e normativos às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente".

Para atender ao exposto e levando em conta que o curso é oferecido dentro do território da Amazônia Legal, região de conflitos e crescente interesse internacional, foram inseridos na estrutura curricular os seguintes componentes curriculares em dois grupos:

Primeiro, como disciplinas obrigatórias: Geografia da Amazônia; Cooperação Internacional; Política Ambiental Internacional; Direitos Humanos; Movimentos Sociais Transnacionais.

Segundo, como optativas: História e Cultura Afrobrasileira; História e Cultura Indígena; Relações Internacionais e Questão Agrária; Meio Ambiente e Extrativismo; Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável no Antropoceno; Amazônia, Povos Indígenas e Política Global.

O curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins estabelece, assim, a tarefa dialógica de conhecimento e compreensão das questões mais sensíveis e pertinentes do território onde está efetivada. Desta forma, vale destacar que a UFT foi a primeira universidade brasileira a introduzir as Ações Afirmativas e colaborar com a integração dos povos indígenas e quilombolas, cumprindo de maneira ainda mais ampla a sua função social.

As pró reitorias têm atuado na promoção de políticas, projetos e financiamentos que buscam permitir a permanência do alunado na instituição e, com isso, ampliar suas condições de integralização curricular.

3.6.5 - Ações Curriculares de Extensão (ACE)

Por meio da Resolução 05, de 2 de setembro de 2020, foi instituída a Política de Extensão Universitária da Universidade Federal do Tocantins destacando o caráter educativo, cultural, científico, político, transdisciplinar, interdisciplinar e tecnológico que se articula com o ensino e a pesquisa de forma indissociável, sob o princípio constitucional, promovendo a interação transformadora entre a Universidade e os outros setores da sociedade em atendimento às demandas da diversidade de comunidades com as quais se relaciona.

O Projeto Pedagógico do Curso passa, portanto, a seguir as diretrizes que orientam a formulação e implementação das ações de extensão universitária por meio de 5 eixos pactuados no FORPROEX. São eles:

- 1-) Interação Dialógica;
- 2-) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade;
- 3-) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- 4-) Impacto na formação dos Estudantes;
- 5-) Impacto na transformação social.

Das modalidades previstas na política de extensão universitária, o curso de Relações Internacionais definiu sua oferta na forma disciplinar compondo os 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular do curso, como parte da matriz curricular, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005, de 24 de junho de 2014 e Resolução CNE nº 07 de Dezembro de 2018.

A creditação da carga horária será computada através dos seguintes componentes curriculares, divididos entre Componentes Curriculares de Extensão (CCEx) e Ações Curriculares de Extensão (ACEs.)

O primeiro grupo contabiliza 150 horas em formato de disciplina, distribuídas da seguinte forma: Laboratório de Extensão - 30 horas de extensão (segundo período); Prática em Extensão I - 60 horas (quinto período); Prática em Extensão II - 60 horas (sexto período).

O segundo inclui 120 horas de ACEs, a serem cumpridas em programas e projetos de natureza

flexível e renovável com carga horária variável. A carga horária deverá ser creditada no oitavo semestre.

Juntas, totalizam as 270 horas necessárias ao cumprimento dos 10% de curricularização da extensão (carga horária total do curso é de 2700 horas). A disciplina de Laboratório de Extensão busca apresentar o universo da extensão para os discentes, evidenciando a sua importância e diretrizes norteadoras das práticas extensionistas a serem desenvolvidas durante o curso, junto à comunidade. Vale destacar que em relação às ACEs de "Prática em Extensão", foi pactuado em reunião de colegiado que irá se estabelecer uma ordem de responsabilidade e rotatividade entre os professores e professoras.

O curso conta com diversos e variados projetos de extensão cadastrados no GPU, envolvendo a maioria de seu corpo docente. As atividades de extensão do curso, serão desenvolvidas, respectivamente, dentro das seguintes áreas temáticas e linhas de extensão, e direcionadas aos seguintes públicos-alvo:

Áreas temáticas:

1. direitos humanos e justiça;
2. educação;
3. meio ambiente;
4. tecnologia e produção;
5. trabalho.

Linhas de extensão:

- * Desenvolvimento regional;
- * Desenvolvimento rural e questão agrária;
- * Desenvolvimento tecnológico;
- * Direitos individuais e coletivos;
- * Educação profissional;
- * Empreendedorismo;
- * Emprego e renda;
- * Endemias e epidemias;
- * Espaços de Ciência
- * Gestão institucional;
- * Gestão pública;
- * Grupos sociais vulneráveis

- * Inovação tecnológica
- * Línguas estrangeiras;
- * Metodologias e estratégias de ensino / aprendizagem
- * Organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares;
- * Patrimônio cultural, histórico, natural e imaterial
- * Questões ambientais
- * Segurança pública e defesa social

Grupos-alvo:

- * Movimentos sociais
- * Organizações da sociedade civil
- * Empresas e empresários interessadas em internacionalizar suas atividades
- * Estudantes de ensino médio
- * Servidores e órgãos públicos de governos estadual e municipais
- * Instituições vinculadas ao Sistema S
- * Fundações e autarquias públicas
- * Instituições e organizações internacionais

Vale ressaltar que os projetos e cursos de extensão serão ofertados serão regularmente atualizados e suas práticas junto das comunidades da mesma forma. Prevemos também a utilização de nossa estrutura física, como o Laboratório de Estudos das Relações Internacionais (LAERI) como espaço propício para práticas integradoras.

Todas as atividades de extensão deverão ser registradas no sistema de projetos de extensão da Pró-Reitoria de Extensão da UFT, o Gestão de Projetos Universitários (GPU).

Cada professores responsável por uma disciplina que envolva carga horária de extensão será responsável pelo acompanhamento das atividades e deverá descrever no Plano do Curso ou Programa da Disciplina quais serão os instrumentos que comporão a avaliação do estudante, podendo ser: diários, relatórios, checklists, fichas de observação, produtos resultantes da extensão etc.

Os impactos serão avaliados com base nos indicadores e critérios estabelecidos no projeto cadastrado no GPU, considerando o público atingido e o tipo de produto gerado no projeto, sendo necessário definir: relevância social, econômica e política; segmentos sociais envolvidos; interação com órgãos públicos e privados, e segmentos organizados; objetivos e resultados.

Além disso, deverão constar no relatório final os seguintes indicadores de avaliação:

1. Alcance social: definir o número de pessoas atingidas pelas atividades de extensão

(indicador quantitativo: variável numérica/discreta);

2. Impacto na sociedade: identificar quais setores e/ou grupos sociais, econômicos e/ou políticos estão sendo atingidos no projeto de extensão; poderá ser especificado (indicador qualitativo: variável nominal);

3. Articulação com políticas públicas: especificar se há integração (e com quais) com políticas públicas, especialmente em casos de parceria com órgãos governamentais e/ou organizações do terceiro setor e do Sistema S (indicador qualitativo: variável nominal);

4. Formação acadêmica e profissional: se há formação complementar nos âmbitos acadêmico e/ou profissional dos estudantes, por meio do desenvolvimento de habilidades e competências relevantes para a atuação do egresso (indicador qualitativo: variável nominal).

Por fim, quanto à frequência, o estudante deve atender o disposto na resolução nacional, ou seja, 75% de frequência, participação nas atividades e ser considerado apto(a).

3.7 - Equivalências e Aproveitamentos Curriculares

Para cada conteúdo curricular da versão anterior do PPC foram alocadas equivalências para sua nova versão. A maioria da matriz curricular é composta por disciplinas com carga horária de 60 horas (4 créditos).

Ademais, o processo de alteração da matriz curricular foi pensado buscando, sempre que possível, adequar os títulos/ementas das disciplinas, criando conteúdos curriculares totalmente novos somente quanto necessários, o que foi o caso de disciplinas da área de economia, visto que só existia uma na matriz anterior, e outras orientadas a atender o Eixo Estruturante Profissional, constante nas DCN. As primeiras terão equivalência com optativas da matriz anterior que atendiam a esta disciplina correlatada, enquanto as segundas às disciplinas de estágio, anteriormente componentes curriculares (formato de disciplina) e agora alocados como atividades complementares.

Um elemento ausente na atual configuração são as disciplinas de 30 horas (2 créditos), devido às dificuldades encontradas em sua atribuição ao corpo docente e realização dos encontros presenciais dividindo o período vespertino. As disciplinas optativas eletivas de 30 horas da área de línguas foram condensadas em um único componente de 60 horas, unificando seus conteúdos em uma ementa. Já as optativas eletivas de histórica e cultura tiveram suas ementas alteradas, com nova carga horária de 60 horas, agora constando no rol de optativas.

Para facilitar o processo de aproveitamento de créditos e integralização curricular foram retiradas especificidades de linhas de pesquisa e as três categorias de optativas existentes na versão anterior do PPC (optativas eletivas, de área e interdisciplinares), categorias que atrasavam a formatura dos discentes, criavam a necessidade do oferecimento de disciplinas por tutoria, dificultavam a disponibilização de diferentes optativas para cada semestre e a distribuição de carga horária dentro do colegiado. O objetivo também é evitar o represamento de discentes durante o período de transição, por meio da facilitação do processo de validação dos créditos daqueles que cursarem optativas da nova estrutura curricular. A "Tabela de Equivalências" detalhada o aproveitamento para cada disciplina.

Equivalências Curriculares				
Período	Disciplina	Carga Horária	Equivalência	Aproveitamentos
3° Período				
3	Economia Brasileira	60hs	"Área II: História Econômica do Brasil"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1° Período				
1	Introdução às Relações Internacionais	60hs	"Introdução às Relações Internacionais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	História das Relações Internacionais I	60hs	"História das Relações Internacionais I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Introdução à Ciência Política	60hs	"Teoria do Estado"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
1	Introdução à Economia	60hs	"Área II: Métodos de Pesquisa em História Econômica e Economia Política Internacional"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
1	Língua Estrangeira Instrumental - Inglês	60hs	"Instrumental em Inglês I" "Instrumental em Inglês II"	30hs 30hs
2° Período				
2	Metodologia Científica	60hs	"Introdução às Ciências"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
2	História das Relações Internacionais II	60hs	"História das Relações Internacionais II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente

				equivalentes.
2	Teoria das Relações Internacionais I	60hs	"Teoria das Relações Internacionais I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
2	Introdução à Sociologia	60hs	"Área I: Sociologia do Desenvolvimento"	Ementa Integral: Conteúdo da disciplina é totalmente equivalente.
4° Período				
4	Língua Estrangeira aplicadas às negociações internacionais	60hs	"Língua Moderna (Inglês)"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3° Período				
3	Análise do Discurso e Produção textual em Relações Internacionais	60hs	"Análise do Discursos e Produção Textual"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	História das Relações Internacionais Brasileiras	60hs	"História das Relações Internacionais Brasileiras"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Instituições Internacionais	60hs	"Instituições Internacionais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
3	Teoria das Relações Internacionais II	60hs	"Teoria das Relações Internacionais II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4° Período				
4	Direito Internacional Público	60hs	"Direito Internacional Público"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são

				totalmente equivalentes.
4	Análise de Política Externa	60hs	"Análise de Política Externa"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
4	Geografia Política e Geopolítica Contemporâneas	60hs	"Geografia Política"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
5° Período				
5	Integração Regional	60hs	"Integração Regional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Direitos Humanos	60hs	"Direitos Fundamentais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Geografia da Amazônia	60hs	"Área I: Geografia da Amazônia"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
5	Política Externa Brasileira	60hs	"Política Externa Brasileira"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6° Período				
6	TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa	60hs	"Trabalho de Conclusão de Curso I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Movimentos Sociais Transnacionais	60hs	"Movimentos Sociais"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.

6	Política Internacional	60hs	"Relações Internacionais Contemporâneas I"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
6	Economia Política Internacional	60hs	"Economia Política Internacional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7º Período				
7	TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais	60hs	"Seminário de Pesquisa e Extensão - Área I"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
7	Segurança Internacional	60hs	"Segurança Internacional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Relações Internacionais Contemporâneas	60hs	"Relações Internacionais Contemporâneas II"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
7	Comércio Exterior	60hs	"Estágio Supervisionado II"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
4º Período				
4	Política Ambiental Internacional	60hs	"Política Ambiental"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8º Período				
8	Estratégia e Fronteiras	60hs	"Planejamento Estratégico Internacional"	Integral: Carga horária e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8	Cooperação	60hs	"Elaboração e Análise	Integral: Carga horária

	Internacional		de Projetos Internacionais"	e conteúdo da disciplina são totalmente equivalentes.
8	Internacionalização de Empresas	60hs	"Políticas Públicas e Empreendedorismo"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.
8	TCC III: defesa de monografia	60hs	"Trabalho de Conclusão de Curso II"	CH Integral: Carga horária da disciplina é totalmente equivalente.

3.8 - Migração curricular

O processo de migração ocorrerá de acordo com a Nota Técnica da Prograd - "PROCESSO DE MIGRAÇÃO ENTRE VERSÕES DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO", de 29 de junho de 2016, e seguindo a tabela de equivalência constante neste PPC.

Conforme o Art. 5º, "Não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres dos cursos de graduação da matriz curricular vigente"

Ademais, conforme o Art. 6º, com base na LDB, será dada "publicidade da nova matriz curricular do curso de graduação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do período de matrícula estabelecido no calendário acadêmico, no sítio eletrônico da Universidade Federal do Tocantins" e em seu parágrafo único "De acordo com a legislação, a instituição de ensino superior possui autonomia para alterar a estrutura curricular do Projeto Pedagógico do Curso, não possuindo o discente direito adquirido no que se refere a estrutura curricular, resguardado o direito à equivalência para os componentes curriculares já integralizados na matriz curricular vigente.

Por fim, em cumprimento ao Art. 2º, item V, "será dada ampla divulgação da nova versão da matriz curricular com a relação do corpo docente".

3.9 - Metodologia

Como já destacado neste Projeto Pedagógico, as metodologias ativas previstas nos programas de disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso procuram integrar atividades diversificadas na pesquisa, no ensino e na extensão garantindo que a percepção sobre a realidade possa se dar por meio de múltiplas linguagens e formas. Considera-se também o uso de tecnologias digitais e de informação como elementos complementares no processo de inovação pedagógica.

Pretende-se, portanto, desenvolver a autonomia dos discentes explorando múltiplas competências e habilidades, garantindo processos de ensino e de aprendizagem diferenciadas e

inovadoras.

3.9.1 - Inovação Pedagógica

O curso de Relações Internacionais conta com ações no Programa Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP), cujo objetivo geral é selecionar, apoiar, acompanhar e avaliar projetos de inovação pedagógica com propostas inovadoras e transformar o processo de ensino na Universidade Federal do Tocantins por meio de métodos, ferramentas e tecnologias de ensino inovadoras.

Em 2021 e 2022, o Projeto de Inovação Pedagógica (PIP) Simulações em Relações Internacionais (SimulaRI) foi aprovado para execução, com o objetivo é simular reuniões de organismos internacionais e, assim, propiciar aos discentes uma importante ferramenta de aprendizado ativo e de metodologia ativa de ensino.

O PIP SimulaRI incluiu a colaboração e o diálogo entre um grupo de professores e alunos (incluindo diferentes unidades curriculares), investigação e extensão, contribuição para o desenvolvimento institucional, para criar uma identidade comum, institucionalizar programas auxiliares para ajudar o processo de ensino.

O desenvolvimento do projeto no Bacharelado em Relações Internacionais da UFT permite que os alunos da UFT retenham melhor conceitos, teorias e processos de tomada de decisão da política internacional, bem como incentiva professores de graduação, tutores da pós-graduação e monitores discentes da graduação possam ter experiência com um evento simulado, desempenhando um papel importante na formação em Relações internacionais e nas subsequentes habilidades e competências relacionadas ao profissional Internacionalista.

3.9.2 - Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais

O curso de Relações Internacionais utiliza-se de diversas ferramentas virtuais de ensino, principalmente do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) disponibilizado pela universidade. É uma importante ferramenta pois permite a oferta das disciplinas em formato de sala virtual, o que possibilita um melhor acompanhamento dos conteúdos e atividades por parte dos discentes, assim como potencializa a realização de atividades e avaliações pelos professores. Trata-se de um recurso complementar para o curso, já que não existem componentes curriculares em modalidade à distância.

O Laboratório de Estudo das Relações Internacionais (LAERI) também cumpre importante função metodológica e tecnológica e disciplinas de ensino, pesquisa e extensão se valem deste espaço para potencializar suas propostas e atualizar as relações teóricas e metodológicas das atividades propostas.

O campus Porto Nacional também conta com amplo laboratório e biblioteca que também são espaços potencializadores de aprendizado e os planos de curso preveem atividades que podem neles serem articulados.

Professoras e professores do curso, em constante atualização das suas práticas, têm tornado a relação de ensino e aprendizagem mais efetivas e qualificadas na medida que introduzem o uso de novas metodologias e tecnologias. Isso permite que, para além desta atualização de PPC, outras sejam constantes no processo formativo.

3.9.3 - Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas

Definida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC), a meta 4 do PNE entende que a tecnologia assistiva na educação pode ser uma ferramenta para contribuir para a inclusão social porque proporciona o aprendizado por meio de diversos recursos que atendem diferentes limitações.

Este projeto pedagógico prevê a utilização do ambiente virtual de aprendizagem AVA como plataforma de apoio digital e com estratégias de educação inclusiva como forma de direcionar e favorecer a participação dos discentes, assim como o ambiente do Laboratório de Estudos das Relações Internacionais (LAERI).

Vale considerar que a universidade precisa estar preparada para atender às necessidades de diferentes grupos no ensino superior e, portanto, precisa investir e garantir ferramentas que possam proporcionar a inclusão, também, de pessoas com deficiências. Na educação superior se dá, na maioria das vezes, por meio do uso de recursos multimídia e hipermídia. Tais metodologias podem promover maior engajamento dos alunos, além de maior acessibilidade, pois o material pode ser disponibilizado em diferentes formatos e pode ser acessado pelos estudantes em diferentes lugares e formas.

3.9.4 - Tecnologias Sociais

O currículo do curso de Relações Internacionais, câmpus Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins comporta uma variedade de interfaces entre o conhecimento produzido socialmente e o conhecimento acadêmico, que contribuem para a transformação social.

Dentre as atividades do curso que fazem uso de tecnologias sociais incluem-se as disciplinas de extensão vinculadas ao LAERI, atividades de ensino, pesquisa e extensão de caráter inovador (como as simulações de negociações internacionais e projetos de fomento ao empreendedorismo), bem como ações de empoderamento das populações locais que envolvem toda a comunidade do curso, incluindo as organizações estudantis.

3.9.5 - Formação e Capacitação Permanente

O curso de Relações Internacionais possui um Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) com atualizações anuais, com a inclusão de suas ações de desenvolvimento de atualização continuada vinculadas às competências transversais e de lideranças. Após o preenchimento das atividades que serão realizadas, o PDP é encaminhado às instâncias superiores da UFT.

Ainda em relação aos processos qualificação e capacitação docente, o curso dispõe de Plano de Qualificação Docente que oportunamente é discutido e aprovado pelo colegiado de curso. O curso possui 100% de seus membros com Dedicção Exclusiva e 85% titulados como doutores. Esse cenário permite que os fluxos de saída para doutoramento e pós-doutoramento conduza os docentes a novas reflexões que visem uma maior amplitude na produção do conhecimento.

Outro aspecto de destaque é a oferta de cursos de formação docente da Universidade por meio do Programa de Atualização Docente Continuada (Profor) que tem por objetivo a perspectiva de contextualizar, renovar saberes e a possibilidade de construção de novas experiências que sejam significativas ao corpo docente da UFT.

3.9.6 - Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Considerando a inclusão de metodologias ativas no processo de ensino e aprendizagem, a avaliação das habilidades e competências desejadas para os egressos desse curso, também assume características particulares. Neste sentido, os programas de disciplinas que compõem a estrutura curricular deste projeto pedagógico preveem a adoção e aplicação.

Considera-se que avaliação no curso de Relações Internacionais pode se dar em diferentes momentos do processo de ensino, como por exemplo:

1-) Verificação: coleta de dados sobre o aproveitamento dos alunos, através de avaliações, exercícios e tarefas ou de meios auxiliares, como observação de desempenho, etc.

2-) Qualificação: comprovação dos resultados alcançados em relação aos objetivos e, conforme o caso, atribuição de notas ou conceitos.

3-)Apreciação qualitativa: avaliação propriamente dita dos resultados, referindo-os a padrões de desempenho esperados.

Sua função pedagógico-didática é verificar se atende ou não as finalidades sociais do ensino, se prepara os alunos para enfrentarem as exigências da sociedade, se os insere no processo global de transformação social e de propiciar meios culturais de participação ativa nas diversas esferas da vida social.

3.9.7 - Atividades de Ensino-Aprendizagem

Baseados nas perspectivas pedagogicamente mais atualizadas das atividades de Ensino e Aprendizagem, destacamos as dinâmicas didático- pedagógicas que o corpo docente pode estabelecer com suas práticas proporcionando:

1. Elaboração de atividades experimentais, práticas educativas, treinamentos empresariais e de internacionalização de empresas, simulações;

2. Análise e tratamento de fontes primárias e secundárias na disciplina de laboratório;

3. Elaboração de projetos de pesquisa e de iniciação científica aplicando os recursos metodológicos e teóricos ofertados pelas disciplinas que compõem a estrutura curricular do curso;

4. Projetos ou cursos de extensão por meio de outras epistemologias, o que garante variedade e atualização das formas de se refletir a sociedade;

5. Seminários, colóquios e congressos como forma de ampliar a capacidade de comunicação de pesquisa.

Nesse sentido, a abordagem incentiva o desenvolvimento global de competências em todos envolvidos no processo educacional. No que diz respeito aos docentes, constata-se que ele impulsiona a melhoria contínua da equipe e do processo de ensino e aprendizagem ao,

1. Criar novas dinâmicas de comunicação e interação;

2. Estimular o trabalho colaborativo e a criatividade;

3. Compartilhar as melhores práticas;

4. Expandir os ambientes de ensino e aprendizagem;
5. Estimular atitudes e criando uma nova cultura na instituição;
6. Promover a extensão para comunidade.

3.10 - Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio é uma prática de caráter pedagógico, que promove a aquisição de competências profissionais, desenvolve habilidades, hábitos e atitudes. Essa atividade é caracterizada como formação prática integradora e de orientação profissional, cujo objetivo é proporcionar ao aluno-estagiário o contato direto e a experiência com a realidade profissional, integrando teoria e prática em situações concretas.

O Estágio não obrigatório é uma atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso de Relações Internacionais, não configurando componente indispensável à integralização curricular.

A integralização curricular das atividades de Estágio (não-obrigatório), portanto, faz parte do conjunto de atividades complementares do curso de Relações Internacionais.

3.11 - Atividades complementares

As atividades complementares são regidas pela Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de outubro de 2017 e Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão nº 009/2005.

Ademais, cumprem o "Eixo de Formação Complementar" definido nas DCN como: "As atividades, a que se refere esse eixo de formação, contemplam os conteúdos de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando. Seu objetivo é possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, inclusive fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes. As atividades a que se refere o eixo de formação complementar, como a participação em seminários extracurriculares, estágios, palestras, conferências, grupos de pesquisa e eventos de caráter científico e cultural, na promoção da cidadania e do respeito aos direitos humanos, devem prever acompanhamento, orientação e avaliação de docentes do curso, segundo critérios regulamentados no âmbito de cada Instituição de Educação Superior".

A carga horária exigida para a integralização curricular é de 60 horas, ou 4 créditos.

Informações detalhadas quanto a forma de creditação e exigências para cumprimento desta carga horária são apresentadas no "Regimento de Atividades Complementares".

3.12 - Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

De acordo com Resolução No. 4, de 4 de outubro de 2017, do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Internacionais, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consta como um dos componentes curriculares obrigatórios. Como disposto no artigo abaixo:

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório e poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em áreas teórico- práticas e de formação profissional, relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio, aprovado pelas instâncias institucionais competentes, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Nesta nova estrutura e atendendo a Resolução acima mencionada, o TCC será dividido em três etapas inseridas na estrutura curricular do curso: TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa; TCC II: Pesquisa aplicada às Relações Internacionais; e TCC III: defesa de monografia. Desse modo, os discentes terão o período mínimo de um ano e meio para o desenvolvimento do TCC, atendendo todas as habilidades requeridas para a aplicação dos conteúdos adquiridos ao longo das suas formações. As regras específicas que regem seu funcionamento estão dispostas em regulamento próprio, anexo deste PPC.

3.13 - Internacionalização

Após sua criação em 1988, o estado do Tocantins se integrou a um mundo em rápido processo de globalização em suas diferentes dimensões – dentro do escopo mais amplo da internacionalização das relações sociais contemporâneas que engloba o Brasil e América Latina. Contemporaneamente, empresas tocaninenses integram cadeias globais de produção (tais como as de carne bovina e soja). Os tocaninenses lidam com efeitos cumulativos da mudança climática e com consequências da pandemia global do novo coronavírus. Dimensões da transplanetarização das relações sociais – dentre outras – se refletem na moldura institucional do PPC do curso de Relações Internacionais.

Além de abordar em diferentes disciplinas as transformações globais das relações sociais em curso, o curso de Relações Internacionais proporciona ao aluno uma formação multifacetada que inclui oportunidades para aprofundamento da internacionalização do Tocantins (bem como do Brasil) através de práticas de pesquisa e extensão. Além de aprofundar os elos entre academia e sociedade, estas práticas promovem a participação de docentes e discentes em redes de colaboração nacionais e internacionais e a participação em eventos nacionais e internacionais de relevância para a área.

3.14 - Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade

universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.15 - Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução nº 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018, Art. 4º, “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica, sendo que a inserção curricular das ações de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFT tem como objetivos:

I - ampliar e consolidar o exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurando a dimensão acadêmica da extensão na formação dos estudantes;

II - aproximar e relacionar conhecimentos populares e científicos, por meio de ações acadêmicas que articulem a Universidade com os modos de vida das comunidades e

grupos sociais;

III - estimular a formação em extensão no processo educativo e formação cidadã dos estudantes, proporcionando desenvolvimento profissional integral, interprofissional e

interdisciplinar, alinhado às necessidades da sociedade;

IV - fortalecer a política de responsabilidade social da Universidade preconizado

no PDI.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação. Cabe às Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão propor programas de capacitação e explicitar os instrumentos e indicadores na autoavaliação continuada para as ações de extensão.

3.16 - Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (Propesq) é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia Legal, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

- I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);
- II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação *Stricto Sensu*;
- III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;
- V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);
- VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- VII. Tradução de artigos;

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

3.17 - Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros

documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento de matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, busca-se atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

* **Acessibilidade:** “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei nº 13.146/2015 – Art. 3º, inciso I).

* **Acessibilidade atitudinal:** ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

* **Acessibilidade comunicacional:** ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

* **Acessibilidade digital:** ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

* **Acessibilidade Instrumental:** ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

* **Acessibilidade metodológica:** ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), dentre outras.

3.18 - Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

Em 2003, quando do início de suas atividades, a UFT herdou a maior parte da estrutura física e administrativa da Universidade do Tocantins (Unitins). Como houve uma transformação significativa de personalidade jurídica e cultura institucional, as inúmeras dificuldades observadas nos primeiros anos de adaptação a um novo contexto foram inevitáveis. Com a realização dos primeiros concursos, seja para docentes, seja para técnicos administrativos, a UFT foi gradualmente promovendo sua expansão, ao mesmo tempo em que construía e amadurecia seus processos internos.

Nos últimos anos, é perceptível o avanço no alinhamento entre os processos de avaliação e de gestão. Para além do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), houve a criação e

implementação de sistemas informatizados em setores-chave da gestão administrativa e acadêmica, tais como o processo de matrícula em disciplinas, reserva de veículos e espaços para aulas e eventos, gerenciamento de projetos, o cadastro unificado de bolsas e auxílios (CUBO), além do sistema de gestão Naus, responsável por monitorar o desenvolvimento das ações do PDI, segundo as unidades gestoras da UFT.

Neste contexto, destacam-se os trabalhos dos setores de Auditoria Interna – no sentido de controlar e fiscalizar o adequado cumprimento dos fluxos e procedimentos – e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – com vistas a evidenciar os resultados dos processos de avaliação interna, a fim de possibilitar a adoção de ações comprometidas com a melhoria institucional.

No que tange ao trabalho da CPA, os resultados das avaliações internas são encaminhados à gestão superior via relatórios periódicos, cujo principal documento é o Relatório de Avaliação Institucional, produzido anualmente. Estes relatórios são compartilhados com a comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos), a fim de divulgar não apenas o modo como a UFT é avaliada, mas de que forma avançar nos eixos e dimensões estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Além disso, os relatórios são divulgados à comunidade externa por meio de sua publicação no site da UFT.

Os mencionados sistemas, em constante desenvolvimento, revelam não apenas o esforço da gestão em atender às demandas apontadas pelo processo de avaliação interna, mas também das necessidades da própria sociedade. Assim, para que a evolução institucional seja permanente, faz-se mister estimular a observação crítica, a vivência, o permanente debate, a soma de experiências e a diversidade de ideias e atores, na perspectiva de que a universidade (trans)forma e é (trans)formada.

3.19 - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo ensino-aprendizagem

O curso conta com as seguintes ferramentas para o processo de ensino-aprendizagem:

* Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): uma importante ferramenta ao passado que permite a oferta das disciplinas em formato de sala virtual, o que possibilita um melhor acompanhamento dos conteúdos e atividades por parte dos discentes, assim como potencializa a realização de atividades e avaliações pelos professores.

* Salas de aulas equipadas com equipamento de projeção: as salas de aulas são equipadas com equipamentos de projeção e há também disponibilidade de equipamento multimídia na coordenação do curso.

* Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (Laeri): é um laboratório que tem como suas atividades-fim as seguintes: a elaboração, desenvolvimento e conclusão de projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pelo curso. O laboratório dispõe de computadores com acesso à internet e lousa interativa digital para aulas e atividades.

3.20 - Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é ferramenta tecnológica disponibilizada pela

Universidade para dinamizar as práticas de ensino e proporcionar rapidez no compartilhamento de conteúdos. Como ambiente virtual de aprendizagem, o AVA tem sido utilizado por todas as disciplinas da estrutura curricular como ferramenta de comunicação.

3.21 - Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

As diferentes modalidades de acompanhamento e avaliação adotadas nos componentes do currículo do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins mostram coerência com as estipulações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista habilidades e competências que os estudantes desenvolvem ao longo de sua formação. Nesse sentido, se articulam com todo o conjunto de atividades pedagógicas, promovendo uma reflexão contínua. Os instrumentos de acompanhamento e avaliação enfocam a individualidade do aprendiz, com vistas a potencializar o desenvolvimento e a autonomia dos estudantes, sujeitos ativos no processo de aprendizagem.

4 - CORPO DOCENTE E/OU TUTORIAL

4.1 - Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE e seu funcionamento seguem a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a Nota Técnica Núcleo Docente Estruturante dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins, da PROGRAD, e a Instrução Normativa no 010/2022 CDRG/DPEE/PROGRAD.

De acordo com a última:

“Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico, e será constituído:

I – Por, no mínimo, 5 docentes incluído o coordenador do curso, e, no máximo 45% de docentes do colegiado do curso.

II – Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação stricto sensu.

III – Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva.”

4.2 - Corpo Docente e/ou Tutores

Ana Lúcia Gomes Muniz - Doutora - DE 40 horas

Carlos Frederico Pereira da Silva Gama - Doutor - DE 40 horas

Experiência: Diretor de Assuntos Internacionais - UFT - período de 2 anos

Fabiana Scoleso - Doutora - DE 40 horas

Fernando Furquim de Camargo - Doutor - DE 40 horas

Experiência: Auxiliar de despachante aduaneiro - CL Comissária de Despachos - período de 4 anos

Fernando José Ludwig - Doutor - DE 40 horas

Gleys lally Ramos dos Santos - Doutora - DE 40 horas

Ítalo Beltrão Sposito - Doutor - DE 40 horas

Experiência: Técnico Administrativo II - Assessoria de Relações Exteriores (UNESP) - período de 3 anos

Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda - DE 40 horas

José Pedro Cabrera Cabral - Doutor - DE 40 horas

Márcia Sueli Pereira da Silva Schneider - Doutora - DE 40 horas

Experiência: Diretor de Assuntos Internacionais - UFT - período de 3 anos

Nayara Gallieta Borges - Mestra - DE 40 horas

Paulo Augusto Mendes - Mestre - DE 40 horas

Rodolfo Ilário da Silva - Doutor - DE 40 horas

4.3 - Titulação, formação e experiência do corpo docente e/ou tutores do curso

Nome	E-mail	Lattes
Ítalo Beltrão Sposito	italo@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8383445849160533
Fernando Furquim de Camargo	fernandofcamargo@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1070039259038164

Ana Lucia Gomes Muniz		http://lattes.cnpq.br/3156647913396951
Carlos Frederico Pereira da Silva Gama	carlosfredericopdsg@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1749664190798643
Fabiana Scoleso	fscoleso@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2054793042536297
Fernando José Ludwig	fernandoludwig@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8207931037785028
Gleys lally Ramos dos Santos	gleys.ramos@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0858682479931307
Jan Marcel de Almeida Freitas Lacerda	janmarcellacerda@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8510008398783626
Jose Pedro Cabrera Cabral	josepedro@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0838382290820410
Marcia Sueli Pereira da Silva Schneider	mschneider@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8413757964483641
Nayara Gallieta Borges	nayara.gb@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7072228936755429
Paulo Augusto Mendes		http://lattes.cnpq.br/5489464998261788
Rodolfo Ilário da Silva	rodolfosilva@uft.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5617006869226819

5 - INFRAESTRUTURA

Com uma área total de 75.568,00m. e 16.246,19m. de área construída, o Campus de Porto Nacional conta com uma excelente infraestrutura para o funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas, possibilitando assim o cumprimento da função finalística da universidade que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, o campus dispõe da seguinte infraestrutura: 16 salas administrativas, 38 salas de aula, 01 biblioteca, 52 laboratórios específicos e 06 de informática, 01 auditório, 03 salas de apoio acadêmico, 44 salas para docentes, 11 salas de coordenações de cursos de graduação e pós-graduação, 44 banheiros com 132 instalações sanitárias, 16 vestiários, 01 restaurante universitário e 01 cantina, 05 copas, 07 centros acadêmicos, 01 sala de monitoramento, almoxarifado químico e 03 salas de apoio à equipe de pessoal terceirizado.

O prédio IX é destinado à Pós Graduação em Biodiversidade, Ecologia e Conservação. Foi um prédio construído com recursos da FINEP, através de projeto específico. O prédio contém 09 (nove) salas destinadas a laboratórios e demais experimentos, além de 01 copa e 02 banheiros masculino e feminino.

No câmpus há também a casa do estudante, situada em um prédio de 2 andares que comporta 8 blocos, sendo 6 blocos de 4 (quatro) quartos cada um e 2 blocos de 6 quartos cada, além de 4 banheiros. Cada quarto comporta 2 estudantes, suportando um quantitativo de 82 alunos em todo o prédio. Os quartos e blocos da casa são equipados com camas, colchões, mesa de estudos, cadeiras, armários de cozinha e fogões. A casa também tem uma lavanderia em anexo, equipada com duas máquinas de lavar.

A Universidade conta ainda com um prédio externo ao campus, o Centro de Extensão, Pós-graduação e Cultura - CEPEC UFT, localizado no centro da cidade. Trata-se de um prédio com 641,55m., com 9 salas, copa, banheiros, amplo hall e auditório onde serão desenvolvidas atividades relacionadas à extensão e cultura.

5.1 - Infraestrutura do câmpus

5.1.1 - Sala de Direção do câmpus

Localizada no Bloco Administrativo, a Direção do Campus conta diretamente com o apoio dos serviços de Assessoria de Comunicação e Seção de Apoio à Direção. E de forma indireta com o suporte dos demais setores administrativos que auxiliam na gestão do Campus.

5.1.2 - Espaço de trabalho para Coordenador de Curso e para Docentes

Como apoio aos docentes, o Campus disponibiliza 44 salas exclusivas para atuação de Coordenadores de Curso e de gabinetes de Professores. O/ a coordenador/ a do Curso de Relações Internacionais possui espaço próprio no Bloco CGE do Campus de Porto Nacional, dividido com o/ a secretário/ a de curso. Além do mobiliário com mesas, cadeiras e armário, a sala de coordenação possui equipamentos de informática para uso individualizado do/ a coordenador/ a e do/ a secretário/ a de curso. Em relação aos docentes, possuem sala de permanência no Bloco III para atendimento aos alunos. A sala de permanência é composta de conjuntos de mesas e cadeiras.

5.1.3 - Salas de aula

Atualmente o Campus de Porto Nacional conta com 38 (trinta e oito) salas de aula, sendo 02 (duas) no bloco NEAMB I e 36 no bloco X(3P), o qual é de uso exclusivo para aulas.

As salas de aula atendem às necessidades institucionais e do curso, havendo manutenção periódica, conforto, disponibilidade de recursos de tecnologias da informação (salas contam com equipamento de projetor, além da coordenação ter um projetor extra, para utilizar em salas que não dispõem deste equipamento) e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas. As salas são climatizadas e possuem acesso à internet por wi-fi, garantindo condições adequadas para distintas situações de ensino-aprendizagem. O Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI) dispõem de equipamentos para o desenvolvimento das

disciplinas com carga horária prática, e consecução das pesquisas discentes.

5.1.4 - Instalações Administrativas

O Campus de Porto Nacional possui um prédio intitulado Bloco Administrativo no qual estão distribuídas as salas onde funcionam exclusivamente setores administrativos da unidade, como Direção do Campus, Setor de Transporte, CSA - Comissão Setorial de Avaliação, Departamento de Gestão de Pessoas, Coordenação de Planejamento e Administração, Divisão de Logística e Suprimentos, Secretaria Acadêmica, Setor de Protocolo, entre outros. Há ainda outros setores de apoio administrativo como a Coordenação de Infraestrutura, Setor de TI e Secretarias de Cursos de Graduação e Pós-graduação que funcionam em outros blocos (Bloco II e CGE).

5.1.5 - Estacionamento

Devido à grande extensão do Campus, a universidade (Campus Porto) possui diversas áreas de estacionamento, sendo o estacionamento do bloco administrativo na entrada do Campus, o maior e mais importante, pois atende ao público interno e externo. Além desse espaço, ainda temos os estacionamentos da biblioteca, do bloco X e do NEAMB, que atendem prioritariamente ao público interno.

5.1.6 - Acessibilidade

O Campus de Porto Nacional atende às exigências do Decreto N. 5.296/2004, que assegura às pessoas com deficiência melhores e mais dignas condições de locomoção e permanência em locais de trabalho. Nesse sentido, há reserva de vagas exclusivas nos estacionamentos do Campus e uma rampa de acesso ao bloco administrativo. No Bloco de salas de aula (Bloco X), há elevadores para pessoas com deficiência. O campus possui ainda passarelas cobertas com sombrites que interligam os blocos, construídas com piso podotátil para viabilizar a locomoção de pessoas com deficiência visual. Há também alguns banheiros adaptados para atender às necessidades de pessoas com dificuldades de locomoção. No que diz respeito à reserva de vagas em concursos públicos, a UFT e conseqüentemente o Campus de Porto Nacional vem cumprindo as exigências previstas em lei.

A sala da Coordenação de Relações Internacionais e do LAERI são no andar térreo, com acesso para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida garantido por passarelas e rampas. As salas de aula do curso, localizadas no Bloco X estão situadas no segundo andar do prédio, mas o acesso é garantido por elevadores.

5.1.7 - Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

Além dos equipamentos tecnológicos que atendem às necessidades dos setores administrativos e acadêmicos, como computadores pessoais, scanners, telefonia fixa e seus ramais, nobreaks, entre outros, o Campus de Porto Nacional conta ainda com um laboratório de informática (LABIN) que atende a comunidade acadêmica e a comunidade de Porto Nacional em geral, dispendo de 24 (vinte e quatro) máquinas novas e seminovas. Destaca-se ainda, a existência de outros laboratórios de informática de usos específicos, somando um quantitativo de 86 computadores, além de equipamentos de audiovisual, todos em plenas condições de uso.

As salas de aula e auditório do campus dispõem de projetores para apresentação de conteúdo audiovisual.

5.1.8 - Biblioteca

A Biblioteca do Campus de Porto Nacional, 'Maria Revy Veloso de Andrade', faz parte do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB/ UFT) e usa como instrumento para o planejamento e a tomada de decisões a Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins - aprovada pelo Conselho Universitário em 28 de junho de 2017 (Resolução n.º 25/2017 – CONSUNI). Tal documento oferece parâmetros e indicadores para a formação, atualização e a manutenção do acervo. A aquisição dos materiais informacionais para a formação do acervo da Biblioteca do Campus de Porto Nacional se dá através da compra, doação, permuta ou depósito legal e segue critérios descritos na Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins. Há dois tipos de doações: a doação espontânea e a doação para pagamento de multa, sendo um livro a cada R\$100,00 de multa. Inclusive, foi realizado o cadastro da biblioteca na Fundação Dorina Nowill para recebimento (doação) de livros em formatos acessíveis em braille e áudio-books para formação do acervo inclusivo.

* Horário de funcionamento:

* Segundas às sextas-feiras: das 8h às 22h

* E-mail: biblioporto@uft.edu.br [biblioporto@uft.edu.br]

* Telefone: (63) 3363-9407 | WhatsApp: (63) 3363 9407

* Endereço: Quadra 17, Rua 03, s/nº | Jardim dos Ipês | Porto Nacional/TO | 77500-000

* Bibliotecária Responsável: Alessandra Batista Santarém Evangelista

Infraestrutura:

* 835.4 m²

* Área climatizada

* 04 cabines para estudo individual

* 04 mesas para estudo individual

* 06 mesas para estudo em grupo com 23 assentos

* Sala da Gerência e de processamento técnico

* Setor de circulação e atendimento (balcão)

* 03 computadores para atendimento ao usuário

* 02 computadores para processamento técnico

* 01 computadores da Gerência

* 02 computadores disponíveis aos usuários para pesquisa

* 04 impressora Laser Lexmark E342m (processamento técnico)

* 01 impressora Braille

5.1.8.1 - Bibliografia Básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

O acervo físico da Biblioteca do Campus de Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins, conta com um acervo informatizado e tombado composto por livros impressos, Cds, Dvds, Monografias, Dissertações, Teses, voltados para as áreas de conhecimento relacionadas aos cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), bem como os cursos de pós-graduação do campus de Porto Nacional.

Há ainda o Repositório institucional da UFT contempla um conjunto de serviços que visa a gestão e disponibilização digital da produção intelectual científica de autores da UFT, incluindo trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Os acessos aos títulos virtuais podem ser realizados por meio dos terminais de consulta, há 2 (dois) computadores destinados a esse fim na Biblioteca ou por equipamento particular (celular e/ou notebook) do usuário conectado à rede de internet (Wi-fi) da UFT, no campus há também o laboratório de informática cujo os computadores também podem ser usados para esse fim. No que confere o acesso a ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, a biblioteca conta com um computador adaptado aos processos de acessibilidade, possui ainda leitor ótico e ampliador de tela.

5.1.8.2 - Periódicos especializados

Os periódicos especializados fazem parte do acervo virtual. A UFT oferece o acesso ininterrupto à um dos maiores acervos científicos virtuais do País o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além da Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), do Portal SBE – Saúde baseada em evidências e Portal de Periódicos da PROPESQ/UFT.

Há também o Portal de Periódicos da PROPESQ/UFT, que atualmente conta 26 (vinte e seis) títulos de periódicos científicos produzidos pela UFT e mais o Portal de Livros da Editora da Universidade Federal do Tocantins (EdUFT) que permite o acesso a livros e coletâneas em formato digital (EPUB/PDF).

5.1.8.3 - Relatório de adequação da Bibliografia Básica e Complementar

A atualização deste PPC levou em conta o processo contínuo de evolução científica e mudanças nos processos de ensino-aprendizagem. Ademais, atender às mudanças aceleradas, além da inserção de novas unidades curriculares na matriz, atendendo às demandas sociais, do mercado de trabalho e da comunidade acadêmica.

Atrelado a este trabalho, também realizamos a revisão das referências das disciplinas que foram mantidas no projeto atual. Foram consideradas as orientações do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (INEP, 2017), nos indicadores 3.6 Bibliografia básica por unidade curricular (UC) e 3.7 Bibliografia complementar por unidade curricular (UC).

Assim sendo, o NDE realizou a avaliação de relatórios de adequação bibliográficas para cada unidade curricular da matriz apresentada neste PPC.

O trabalho de revisão contou com a colaboração do/as docentes que ministram os conteúdos os componentes curriculares, sendo depois avaliados e referendados em ata do NDE.

Foram considerados os seguintes critérios no processo de adequação:

1. Racionalidade, priorizando a indicação de bibliografia conforme acervo existente na Biblioteca do Campus ou em outra Unidade;

2. Possibilidade de indicar acervo virtual;

3. Atenção às orientações da Política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas DA UFT: [https:// docs.uft.edu.br/ share/ s/ O6yptIKASV6UQtpCKen_qQ](https://docs.uft.edu.br/share/s/O6yptIKASV6UQtpCKen_qQ) [[https:// docs.uft.edu.br/share/s/O6yptIKASV6UQtpCKen_qQ](https://docs.uft.edu.br/share/s/O6yptIKASV6UQtpCKen_qQ)]

4. Atenção aos critérios de avaliação do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância (INEP, 2017) que avalia a partir dos seguintes critérios de análise do indicador 3.6 do referido instrumento: “O acervo físico está tombado e informatizado, o virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares (UC) e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, está referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo possui exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

5.1.9 - Anfiteatros / Auditórios

O Campus de Porto Nacional dispõe de 02 auditórios, sendo um no próprio campus que foi reformado recentemente com capacidade para 82 ocupantes sentados, e outro no prédio CEPEC - Centro de Pós-Graduação, Extensão e Cultura (UFT-Centro) que teve sua reforma concluída em 2021 e está em pleno funcionamento, cuja capacidade é de 100 (cem) pessoas sentadas.

5.1.10 - Laboratórios Didáticos de Ensino e de Habilidades, instalações e equipamentos

O Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI) é o espaço em que são desenvolvidas as atividades didáticas que envolve práticas de ensino, pesquisa e extensão são realizadas em seu espaço.

Dispõe de uma sala de aproximadamente 80m², preparada para realização de atividades didáticas e de pesquisa, individuais e coletivas. Encontra-se equipado com 16 mesas de estudo individual, 12 computadores desktop para uso discente, 03 mesas de reuniões, sistema multimídia, TV de 48' (disponível para videoconferência), e uma lousa digital. As atividades didáticas e de pesquisa realizadas no LAERI são basicamente as seguintes: realização da disciplina de Laboratório; preparação e apresentação de seminários, artigos científicos e projetos de TCC pelos alunos; realização de atividades de simulação de negociações de organismos internacionais (Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos, Organização Mundial do Comércio etc.); realização de reuniões de discentes, de

docentes, e entre discentes e docentes; realização de atividades de pesquisa e de extensão ligadas ao curso de Relações Internacionais; orientação de projetos de iniciação científica e TCC e reuniões de grupos de pesquisa e extensão do curso.

Deste modo, atende às necessidades institucionais e do curso em relação à disponibilidade de equipamentos, ao conforto, à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico. Os equipamentos possuem hardware e software atualizados e passam por avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência. Vale ressaltar também que a Universidade disponibiliza, em todo o campus, acesso à Internet (Wi-fi) pela rede "eduroam". O LAERI também tem regras de utilização definidas em seu regimento aprovado em reunião de colegiado.

5.1.11 - Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFT (CEP-UFT), reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 3 de dezembro de 2005, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada a CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP-UFT possui composição interdisciplinar e integrado por 9 (nove) membros titulares e 9 (nove) membros suplentes.

O processo de submissão de projetos de pesquisa ao CEP-UFT é realizado pela Plataforma Brasil.

5.1.12 - Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

O Comitê de Ética no Uso de Animais (Ceua) da UFT é um órgão colegiado, de natureza técnico-científica, interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integridade e dignidade, para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos. À Comissão compete regulamentar, analisar e fiscalizar a realização de atividades envolvendo o uso científico e didático de animais.

O principal papel de uma Comissão de Ética não é o de revisão de projetos de pesquisa, mas sim o de desenvolver um trabalho educativo e de conscientização continuados, buscando permear e influenciar o comportamento das pessoas que utilizam animais em pesquisa e ensino.

Portanto, este comitê, conforme seu Regimento Interno, tem como atribuição promover a ética de toda e qualquer proposta de atividade de ensino, pesquisa e extensão que envolva, de algum modo, o uso de animais não-humanos pertencentes ao Filo Chordata, Subfilo Vertebrata como determina a Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008 e as Resoluções Normativas editadas e reformuladas pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

5.1.13 - Área de lazer e circulação

O Campus de Porto Nacional conta com 1(uma) lanchonete e 1 (um) restaurante universitário,

que ofertam serviços de refeições para a comunidade universitária. Conta com 3 (três) espaços de convivência para as pessoas que permanecem por mais tempo no interior do campus. O Campus possui também uma grande área verde, que serve de moradia para um diversificado conjunto de fauna silvestre. O campus está localizado em uma área de cerrado strictu sensu, e apresenta uma arborização voltada para a manutenção e inserção de espécies do cerrado. A partir do Plano Diretor do Campus de Porto Nacional espera-se que a sua expansão física possa se pautar no necessário

equilíbrio entre edificações e áreas verdes, preservando o meio ambiente. O Campus conta ainda com coleta seletiva de resíduos sólidos.

5.1.14 - Restaurante Universitário (se houver)

O Campus de Porto Nacional dispõe de 01 (um) restaurante universitário, que oferta serviços de refeições para a comunidade universitária, servindo diariamente uma média de 100 (cem) cafés da manhã, 300 (trezentos) almoços e 200 (duzentas) jantãs para toda a comunidade acadêmica.

5.2 - Infraestrutura do curso

5.2.1 - Coordenação de curso

A Coordenação do Curso de Relações Internacionais situa-se no Bloco do Centro de Gestão Educacional (CGE), onde se concentram, de forma geral, as coordenações de curso do Campus de Porto Nacional. A Coordenação possui sala própria e individualizada para atendimento de docentes e discentes do curso. O espaço é climatizado, tem mobiliário e equipamentos eletrônicos para os trabalhos do docente coordenador e do técnico administrativo que executa a função de secretário de curso. As respectivas estações de trabalho possuem computadores do tipo desktop com plena acessibilidade à internet e aplicativos para o desenvolvimento das funções. No espaço do técnico administrativo ainda existe um scanner instalado para processos de digitalização de documentos, além da disponibilidade de gravadores de voz para registro das reuniões.

5.2.2 - Bloco de salas de professores

5.2.2.1 - Salas de permanência

Os docentes do curso possuem sala de permanência no Bloco III para atendimento aos alunos. A sala de permanência são coletivas, com 4 docentes em cada, mobiliadas com conjuntos de mesas e cadeiras.

6 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. 437 p.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional no 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto no 4.279, de 21 de junho de 2002. Dispõe sobre a organização administrativa da Fundação Universidade Federal do Tocantins, e determina outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4279.htm#:~:text=DECRETO %20N%C2%BA%204.279%2C%20DE%2021,vista%20o%20disposto%20no%20art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4279.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%204.279%2C%20DE%2021,vista%20o%20disposto%20no%20art)>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto no 5.296, 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 3 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 24 de outubro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10032.htm#:~:text=LEI %20No %2010.032%2C %20DE %2023%20DE %20OUTUBRO %20DE %202000.&text=Autoriza %20o %20Poder %20Executivo %20a %20instituir %20a %20Funda %C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10032.htm#:~:text=LEI%20No%2010.032%2C%20DE%2023%20DE%20OUTUBRO%20DE%202000.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a%20instituir%20a%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins)>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 11.794, de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei no 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 9 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de junho de 2014. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 7 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, de 27 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. Instrumento de Avaliação de cursos de Graduação: Presencial e a Distância. Reconhecimento, Renovação de Reconhecimento. Brasília, DF, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Parecer no 23/2005, de 5 de outubro de 2005. Nova Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino

Fundamental e Médio) não Técnico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 4, de 4 de outubro de 2017. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Relações Internacionais, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 5 de outubro de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de junho de 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n.º 219, de 10 de março de 2021. Reconhecimento de cursos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 12 de março de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004. Criação da UFT. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 30 de maio de 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria n.º 717, de 18 de abril de 2001.

Nomeação da Comissão Especial de Implantação da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Diário Oficial da União, Brasília, DF, de 19 de abril de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Prograd. Nota técnica processo de migração entre versões de projeto político pedagógico, de 29 de junho de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº 009/2005, de 16 de dezembro de 2005, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dispõe sobre alterações na Resolução nº 04/2005 deste Conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº 05/2020, 2 de setembro de 2020, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dispõe sobre a aprovação ad referendum da Política de Extensão da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº 1/2004, de 17 de junho de 2004, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Cria o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº 15/2013, de 19 de novembro de 2013, do Conselho Universitário. Dispõe sobre as normas para o Programa Institucional de Monitoria (PIM) no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº 25/2017, de 28 de junho de 2017, do Conselho Universitário. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento e Atualização de Coleções do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução nº 38/2021, de 23 de abril de 2021, do

Conselho Universitário. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Tocantins, 2021-2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução n° 40/2022, de 13 de abril de 2022, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dispõe sobre a sistemática orientadora para elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT.

REGULAMENTO DO CURSO

CAPÍTULO I DA INTRODUÇÃO

Art. 1º - O presente Regimento disciplina o funcionamento acadêmico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º - O Colegiado de Curso de Bacharelado em Relações Internacionais é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade acompanhar a implantação e a execução das políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - O curso de Graduação em Relações Internacionais está devidamente estruturado de acordo com seu Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 4º - O Curso obedece a uma estrutura semestral, com entradas anuais somente na modalidade bacharelado.

Art. 5º - A matriz curricular básica é dividida em quatro eixos, seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de Graduação em Relações Internacionais, estabelecidas pela Resolução nº 4, de 4 de outubro de 2017 (CNE): I - Eixo de Formação Estruturante; II - Eixo de Formação Interdisciplinar; III - Eixo de Formação voltado à atividade profissional; IV - Eixo de Formação Complementar.

§ 1º - As disciplinas estão organizadas segundo a necessidade de conhecimentos prévios, estruturadas em períodos, sendo que algumas exigem pré-requisitos.

CAPÍTULO III DO REGIME ACADÊMICO

Art. 6º - A duração do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais é de 2700 horas, incluindo-se nessas horas, as Atividades Complementares, Disciplinas Obrigatórias e Disciplinas Optativas.

Art. 7º - O prazo para a conclusão do Curso de Relações Internacionais será de no mínimo 8 semestres, e no máximo 14 semestres.

CAPÍTULO IV

DOS ESTÁGIOS CURRICULARES

Art. 8º - Os estágios são não obrigatórios e integram a carga horária de atividades complementares.

§ 1º - São regidos pela Resolução nº 26, de 11 de agosto de 2021 (Consepe/UFT) e o Regimento de Estágios do Curso.

§ 2º - As atividades complementares são regidas pelas Resoluções CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 e Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de outubro de 2017, além do Regulamento do Estágio.

CAPÍTULO V

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 10º - De acordo com Resolução No. 4, de 4 de outubro de 2017, do Conselho Nacional de Educação que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Relações Internacionais, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consta como um dos componentes curriculares obrigatórios.

Art. 11º - Os acadêmicos matriculados no Curso de Bacharelado em Relações Internacionais deverão, para efetivar a Carga Horária exigida, deverão cumprir três disciplinas relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): I - Elaboração de Projetos de Pesquisa; II - Pesquisa aplicada às Relações Internacionais; e III - defesa de monografia.

§ 1º - As disciplinas devem ser cumpridas seguindo sua ordem de numeração, havendo pré-requisito entre elas.

§ 2º - O Professor responsável pela disciplina “TCC III – Defesa de Monografia” elaborará e divulgará um Edital, onde constarão as normas e prazos para a entrega e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, sendo o Coordenador de TCC.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 12º - A administração do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do *campus* de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

- I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;
- II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;
- III - Órgãos de Apoio Acadêmico:
 - 1. Coordenação de Estágios do Curso;
 - 2. Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).
 - 3. Coordenação e vice coordenação do Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI).
- IV - Órgão e Recursos Humanos de Apoio Administrativo:
 - 1. Secretaria do curso;
 - 2. Estagiários do curso.

CAPÍTULO VII DA CONSTITUIÇÃO

Art. 13º - O Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais é constituído por:

- I - Coordenador de Curso, sendo seu presidente;
- II – Coordenador Substituto de Curso;
- III - Docentes efetivos do Curso;
- IV - Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso (conforme o Artigo de nº 36 do Regimento Geral da UFT).

CAPÍTULO VIII DA COMPETÊNCIA

Art. 14º - São competências do Colegiado de Curso, conforme o Artigo de nº 37 do Regimento Geral da UFT:

- I - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e sequência das disciplinas que o formam, com seus respectivos créditos;
- II - Propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente, o número de vagas a oferecer quando do ingresso ao respectivo curso;
- III - Estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula, sob a presidência do Coordenador de TCC;
- IV - Conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos

interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

V - Estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VI - Decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - Propugnar para que o curso sob sua supervisão se mantenha atualizado;

X - Eleger o Coordenador e o Coordenador substituto;

XI - Coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

Art 15º - São competências do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, conforme a Resolução CONAES de nº 1/2010:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das DCN.

CAPÍTULO IX DO FUNCIONAMENTO

Art. 16º - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1º - As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocadas, no mínimo, com 48 horas de antecedência, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 2º - As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 24 horas, podendo funcionar em primeira chamada com maioria simples de seus membros e, em segunda chamada, após trinta minutos do horário previsto para a primeira chamada, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes;

§ 3º - Não havendo quórum deliberativo uma nova reunião em caráter extraordinário deverá ser convocada dentro das 24 horas subsequentes;

§ 4º - As inclusões de pauta deverão ser encaminhadas por escrito ou por meio do correio eletrônico até 24 horas anteriores à convocação das reuniões ordinárias;

§ 5º - Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de *quórum* e de voto serão considerados apenas os professores em pleno exercício de suas atividades docentes;

§ 6º - No início das reuniões colegiadas deverá ser estipulada uma duração para o seu término, em caso do não esgotamento de sua pauta esta deverá ser apreciada em reunião posterior;

§ 7º - Terão poder de voz e voto todos os membros efetivos;

§ 8º - Os membros substitutos, voluntários e não efetivos terão somente direito à voz;

§ 9º - Os representantes discentes legalmente indicados pelos seus pares terão direito à voz e voto na proporcionalidade de 20% do quadro docente efetivo;

§ 10º - Os discentes regularmente matriculados que optarem pela participação nas reuniões terão garantido o direito a voz, desde que a palavra seja concedida pela plenária;

§ 11º - Os informes deverão ser breves e objetivos e não poderão ultrapassar o tempo total de 30 minutos;

§ 12º - Para efeito de facilitar a confecção das Atas, as reuniões colegiadas poderão ser gravadas em equipamentos patrimoniados na Universidade Federal do Tocantins.

Art. 17º - Todas as ausências nas Reuniões Colegiadas deverão ser prévia e oficialmente comunicadas e justificadas. Conforme a resolução Consuni 12/2006 “§ 2º Em caso de não atendimento à convocação o lançamento da falta se dará tanto na folha de ponto, quanto no resumo de apuração de frequência”.

§ 1º - As ausências justificadas dos membros docentes efetivos deverão ser apreciadas pelo colegiado que será soberano na decisão sobre o abono ou não das mesmas;

§ 2º - A ausência não justificada dos membros docentes efetivos em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, tanto ordinárias quanto extraordinárias, acarretará na perda do direito de votar e ser votado durante o semestre e de ser apreciada toda demanda que requeira financiamento da instituição;

§ 3º - Nos demais casos, a Seção IV do Regime Disciplinar do Regimento Geral da UFT deverá ser observada;

§ 4º - Em conformidade com o Artigo 129 do Regimento Geral da UFT, o membro do colegiado pode ser advertido pelo Coordenador do Curso caso desrespeite ao mesmo e aos demais membros do Colegiado com ofensas de natureza ética, moral, racial ou sexual.

CAPÍTULO X DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 18º - A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Artigo 32 do Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º - Caberá ao Coordenador do Curso a indicação de um Coordenador que o substitua em suas ausências justificadas;

§ 2º - Em reuniões deliberativas, além de seu voto, o Coordenador de Curso, em caso de empate, terá também o voto de qualidade;

Art. 19º - Ao Coordenador de Curso compete:

- I** - Indicar mediante aprovação do Colegiado de Curso um professor responsável pela coordenação do TCC;
- II** - Convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;
- III** - Designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;
- IV** - Executar dentro de suas atribuições legais, *ad referendum* do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO XI DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 20º - À Secretaria, órgão executor dos serviços administrativos, compete:

- I** - Encarregar-se do atendimento junto à Coordenação;
- II** - Auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III** - Instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador e demais membros do Colegiado;
- IV** - Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V** - Elaborar e enviar a convocação aos membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com o mínimo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência das reuniões ordinárias e 24 (vinte e quatro) horas das reuniões extraordinárias;
- VI** - Secretariar as reuniões do Colegiado;

- VII** - Redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII** - Manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX** - Manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X** - Auxiliar as atividades dos coordenadores de TCC;
- XI** - Manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XII** - Executar outras atividades inerentes à área.

CAPÍTULO XII DO REGIME DIDÁTICO

Seção I Do Currículo Do Curso

Art. 21º - O regime didático do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE);

Art. 22º - O currículo pleno envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso será proposto pelo Colegiado de Curso;

§ 1º - A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias;

Art. 23º - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e da legislação da Educação Superior Brasileira;

Art. 24º - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

Art. 25º - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT;

Art. 26º - Em conformidade com o artigo 93 do Regimento Geral da UFT é assegurado ao aluno o direito de vistas e à revisão de prova ou tarefa escrita e este procedimento deverá ser feito de acordo com o Calendário Acadêmico do semestre vigente.

§ 1º - A revisão de nota da prova escrita, quando solicitada pelos discentes, será analisada pelo professor da respectiva disciplina, que deverá emitir seu parecer por escrito;

§ 2º - Caso não aceite pelo discente, a revisão de nota da prova escrita, será solicitada à Coordenação do Curso que encaminhará para apreciação do Colegiado;

§ 3º - O Colegiado irá constituir uma Comissão com três professores das áreas afins, composta pelo professor responsável pela disciplina e mais dois membros para a avaliação final;

§ 4º - As provas e trabalhos escritos que não forem finais serão analisados pelo professor, devendo este emitir parecer. Os discentes não satisfeitos com este parecer deverão encaminhar o pedido à Coordenação do Curso que encaminhará às instâncias superiores ou dará parecer conclusivo sobre o caso;

§ 5º - A constatação, pelo docente, de irregularidades em quaisquer espécies e natureza de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito do curso de Relações Internacionais será motivo de anulação de suas respectivas notas e aproveitamentos obtidos e aplicação das normas previstas no Regimento Geral da UFT.

Seção II

Da Oferta de Disciplinas

Art. 27º - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do Planejamento Semestral e aprovada pelo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico. O coordenador de curso será o responsável pela proposta de atribuição, considerando-se os critérios conforme a ordem abaixo discriminada:

- 1) Área de concurso do docente e de sua atuação na UFT;
- 2) Tempo de experiência docente na UFT na área em que se insere a(s) disciplina(s);
- 3) Produção na área da disciplina, pela análise do Currículo Lattes e por critérios estabelecidos pela CAPES;
- 4) Maior titulação;
- 5) Maior tempo de trabalho na UFT;
- 6) Docente com maior idade.

CAPÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 29º - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.



CERTIDÃO Nº 001/2022 – RI

CERTIDÃO DE ATA

O Coordenador do Curso de Relações Internacionais do *Campus* de Porto Nacional certifica que em **Reunião Extraordinária nº 07/2022**, realizada no dia 29 de agosto de dois mil e vinte dois, o Colegiado do Curso de Relações Internacionais aprovou a atualização do **Plano Pedagógico do Curso de Relações Internacionais do Campus de Porto Nacional e seus respectivos anexos e regimentos**.

Porto Nacional, 29 de Agosto de 2022.

Documento assinado digitalmente
gov.br FERNANDO FURQUIM DE CAMARGO
Data: 29/08/2022 11:11:23-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Professor Doutor Fernando Furquim de Camargo
Coordenador do Curso de Relações Internacionais



**DECLARAÇÃO - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO BACHARELADO
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Porto Nacional, 29/08/2022

Para: Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação (CDRG)
Pró - Reitoria de Graduação (Prograd)

Assunto: **submissão da proposta de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) no portal PPC+**

Informamos que, em virtude da não realização de reunião do Conselho Diretor do Campus de Porto Nacional, em tempo de analisar a proposta de atualização do PPC do Bacharelado de Relações Internacionais, não foi possível anexar a ata de aprovação do PPC no portal PPC+. Realizada a aprovação, faremos a solicitação de liberação para adicionar o documento

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 ITALO BELTRAO SPOSITO
Data: 29/08/2022 15:25:09-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Italo Beltrão Sposito
Presidente do Núcleo Docente Estruturante

REGULAMENTO DE ESTÁGIO

Das disposições gerais

I – O presente documento trata do estágio não obrigatório que, assim como o estágio obrigatório, fundamenta-se na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/96, Diretrizes Curriculares dos cursos de Ensino Superior e na orientação [Normativa nº 7](#), de 30 de outubro de 2008 que estabelece orientação sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional; e na Instrução Normativa N. 007/2021/PROGRAD, que define as orientações de funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Gestão dos Estágios (SAGE). O estágio não-obrigatório é necessariamente remunerado.

Dos Conceitos e Objetivos

I – É uma prática de caráter pedagógico, que promove a aquisição de competências profissionais, desenvolve habilidades, hábitos e atitudes. Todo estágio é curricular e deve contribuir com a formação profissional do discente, no entanto, o Estágio Supervisionado não obrigatório é caracterizado como formação prática integradora e de orientação profissional, prevista no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

II – O Objetivo Geral é o de proporcionar ao aluno-estagiário o contato direto e a experiência com a realidade profissional, integrando teoria e prática em situações concretas.

III – São Objetivos Específicos:

- a) aplicar e sedimentar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso em ambiente profissional;
- b) propiciar a complementação do processo de ensino-aprendizagem, em conformidade com o currículo pleno do curso;
- c) possibilitar o contato direto e formal com a profissão futura por meio da prática;
- d) desenvolver a comunicação verbal escrita, em idioma nacional e estrangeiro a fim de dialogar com interlocutores de outras nacionalidades,

- e reafirmar sua opção profissional;
- e) desenvolver consciência profissional.

Da caracterização do Estágio

I – O estágio, segundo o art. 1º da Lei nº 11.788/2008, caracteriza-se como “um ato educativo escolar supervisionado” que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior;

II – O estágio não obrigatório integra o PPC do Curso de Relações Internacionais e é uma atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso, não se constituindo, porém, em componente indispensável à integralização curricular;

III– O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, desenvolvida pelo estudante de qualquer curso que queira complementar sua formação profissional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. O estágio não obrigatório deve ser cumprido durante a graduação e só pode ser legalizado se o estudante estiver regularmente matriculado em instituição de ensino superior.

IV– O estágio não obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo o aluno receber bolsa ou outra forma de contraprestação das atividades que irá desenvolver. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, também não caracteriza vínculo empregatício.

V – Conforme art. 31 da RESOLUÇÃO Nº 26, DE 11 DE AGOSTO DE 2021 – CONSEPE/UFT, a carga horária da jornada de atividades do aluno estagiário será de no máximo seis horas diárias e de 30 horas semanais;

VI – O período de duração do estágio não obrigatório não pode exceder dois anos, exceto quando se tratar de aluno portador de necessidades especiais;

VII – Ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, será concedido período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

Dos espaços de estágio

I – A partir da aprovação da Lei nº 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008, os estudantes poderão realizar os estágios curriculares em quaisquer entidades que atendam aos seguintes quesitos:

- pessoas jurídicas de direito privado;
- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.
- empresas privadas, indústrias, em setores de comércio e serviços.
- Organizações não Governamentais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e em órgãos de representações de classes.
- realização e participação de atividades variadas que visem a prática profissional na área e em áreas correlatas tais como: elaboração de portfólio, organização de eventos, atividades práticas de simulação, análise de mercado, análise de conjuntura, prospecção de mercados, exportações e importações, elaboração de projetos, atividades de suporte a pesquisa, atividades de extensão, visitas técnicas, estudos dirigidos, entre outras.

II. Em acordo com o Artigo 2º, Parágrafo 3º da Legislação de Estágio, “As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso”.

III. Os créditos aproveitados como atividade de estágio poderão ser utilizados para integralização de carga horária de atividades complementares.

Das exigências e critérios de execução

I - O estágio não obrigatório do Curso de Graduação em Relações Internacionais, Bacharelado, envolve atividades ligadas à área de Relações Internacionais a serem desenvolvidas em instituições, organismos e entidades

estatais e não estatais.

II - O estágio não obrigatório deve constituir-se numa oportunidade para o acadêmico iniciar a atuação profissional como colaborador no desenvolvimento de atividades coordenadas pelo supervisor designado pela unidade ou parte concedente desenvolvendo os conhecimentos, competências e habilidades profissionais, sociais e culturais.

III - O cadastro, execução, acompanhamento e emissão de relatórios das atividades de estágio deverão ser realizados por meio do SAGE.

Parágrafo único – O aluno estagiário deve ser supervisionado na parte concedente por profissional com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário.

Das Atribuições

I - Estes procedimentos buscam sistematizar os procedimentos para a realização dos estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios na UFT.

I.1 – Atribuições do Aluno Estagiário

O aluno, na condição de estagiário, deve cumprir as atribuições e responsabilidades explicitadas no Termo de Compromisso de Estágio. Os estágios não obrigatórios são tão importantes pedagogicamente quanto os obrigatórios. Dentre as atribuições do estagiário, destacamos:

- a) procurar a Central de Estágios de seu campus antes de iniciar o estágio em uma empresa, instituição ou outra localidade, para se informar sobre os procedimentos e documentos necessários;
- b) participar do estágio com responsabilidade, consciente de sua condição de estudante, procurando obter o maior aprendizado profissional possível, cumprindo suas obrigações no estágio e na universidade;
- c) ter uma postura ética nas dependências da organização em que desenvolve o estágio, respeitar as normas e não divulgar informações restritas;
- d) cumprir as determinações e orientações do Supervisor de Estágio ou do professor- orientador quanto a prazos e procedimentos;
- e) frequentar assiduamente o estágio, estar presente às reuniões de orientação e acompanhamento do estágio e apresentar os relatórios de

- avaliação nos prazos determinados;
- f) preservar a boa imagem da UFT junto à organização cedente, a fim de dar oportunidade a outros alunos de realizarem o estágio na mesma entidade;
 - g) colaborar com o Diretor do campus e com a Central de Estágios na procura e obtenção de vagas em campos de estágios;
 - h) evitar que o valor da bolsa auxílio, caso haja, seja fator determinante da escolha do estágio, preservando o fim pedagógico do curso;
 - i) cuidar para que as atividades de estágio não prejudiquem as suas atividades acadêmicas. Assim, as atividades cumpridas pelo aluno em estágio devem compatibilizar-se com o horário de aulas e aquelas previstas no termo de compromisso.

1.2 – Atribuições do Supervisor de Estágio na UFT

- a) colaborar com os estudantes na obtenção dos dados necessários para a elaboração do Plano de Atividades de Estágio;
- b) avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando (o aluno não deve escolher sozinho o campo de estágio);
- c) aprovar os Planos de Atividades de Estágio, segundo os critérios aprovados pelos colegiados;
- d) acompanhar as atividades desenvolvidas pelos estagiários nas Unidades Concedentes;
- e) exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades. No caso de alunos estagiando em Instituições Públicas Federais, esse prazo será de 02 (dois) meses;
- f) zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso e Plano de Atividades do Estágio, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- g) emitir parecer no Termo de Compromisso e Plano de Atividades sobre o local onde será realizado o estágio;
- h) emitir parecer final nos Relatórios de Estágio (obrigatório e não obrigatório) e Fichas de Avaliação do Estagiário emitidas pelo Supervisor;
- i) participar das reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades,
- j) cumprir todas as atribuições advindas do cumprimento integral da Lei nº

11.788/2008.

I.3 – Atribuições da Unidade Concedente

- a) celebrar Termo de Compromisso com a Instituição de ensino e o estudante;
- b) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- c) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;
- d) contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, atendendo as orientações da Lei;
- e) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho; enviar à UFT;
- f) com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor, com vista obrigatória ao estagiário.

Das Disposições Gerais

I – Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, a fim de garantir o bom funcionamento do curso, bem como no intuito de atender às exigências constantes nas legislações e normativas vigentes, mediante apresentação e aprovação pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do *campus* de Porto Nacional.

II – Constituem definições básicas que poderão, à medida que forem surgindo questões pontuais, serem readequadas de forma a atender plenamente às exigências da Lei nº 11.788/2008.

III – Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Colegiado do curso de Relações Internacionais.

Este Regimento entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso.

REGULAMENTO DE TCC

1. APRESENTAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) é um pré-requisito fundamental para a integralização curricular dos graduandos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais. Instituído como disciplina obrigatória na estrutura curricular constante de seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), seu desenvolvimento coaduna-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Relações Internacionais, conforme estabelecido na Resolução N° 04/2017.

A realização do TCC como atividade acadêmica obrigatória da graduação objetiva estimular a produção de pesquisa científica assim como a reflexão e o aprofundamento dos conhecimentos incorporados ao longo da graduação, sobretudo na área específica do curso de Relações Internacionais. Esse caráter reflete uma dupla intenção de aprendizagem aos graduandos. Por um lado, a produção do conhecimento objetiva promover um maior aprofundamento em determinados temas e problemáticas abordadas no decorrer de sua trajetória acadêmica. E, por outro, um processo reflexivo que propicia um profundo sentido de organização em nível teórico-metodológico.

De forma intrínseca, o aprofundamento das diversas esferas do conhecimento que serpenteia a sua formação, a disciplina, organização, empenho e dedicação alcançados, permitem que o estudante os desfrute em suas atividades profissionais enquanto egresso.

Também a obrigatoriedade da apresentação de Projeto de Pesquisa como atividade que integra o TCC busca proporcionar a importante experiência que é a elaboração de um projeto de caráter científico, em certos casos, a primeira “iniciação científica” para o graduando, com a qual se projeta a continuidade no campo da pesquisa mais rigorosa e aprofundada no âmbito da pós-graduação.

2. SUBSÍDIOS

As atividades do TCC são realizadas pelos graduandos e subsidiadas pelo Coordenador de TCC, pela Secretaria de Curso e Professores Orientadores no decorrer das disciplinas de Metodologia Científica, TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa, TCC II: Pesquisa Aplicada às Relações Internacionais e TCC III: Defesa de Monografia. Para o desenvolvimento das atividades vinculadas ao desenvolvimento das disciplinas e das pesquisas, o Curso de Relações Internacionais considera o papel preponderante que os diversos espaços componentes do Campus de Porto Nacional possuem no desenvolvimento de suas atividades. Dado o caráter dinâmico de desenvolvimento de pesquisa e das múltiplas necessidades que emergem durante a sua realização, a utilização das salas de aula, Coordenação de curso, Salas de permanência de Docente e a Biblioteca do Campus. Ademais, a atuação do Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI), de Grupos e Núcleos de Pesquisa existentes provoca um processo de sinergia entre as esferas de ensino e extensão para as pesquisas produzidas.

3. COORDENAÇÃO DE TCC

O Coordenador de TCC é o professor responsável pela supervisão das atividades burocrático-acadêmicas do TCC. Cabe-lhe, junto à Coordenação do Curso, abrir e encerrar o Edital de Inscrições para Defesa de TCC (no âmbito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso), e tornar público este Regimento. O Coordenador será eleito em reunião de Colegiado e permanecerá na Coordenação por dois semestres consecutivos, cabendo-lhe ainda a assunção da disciplina de “TCC III: Defesa de Monografia” (8º período).

Também é atribuição do coordenador: lançamento do edital de defesa, lançamento de notas no portal do professor, publicação da relação de bancas do semestre e análise documental.

Cabe ao Coordenador dirimir conflitos e buscar soluções para problemas que porventura surjam entre discentes e docentes (orientadores). Quando se verificar a necessidade da substituição do orientador ou coorientador esta só poderá ocorrer conforme o prazo para alterações fixado neste Regimento e mediante a

assinatura de um novo Termo de Aceite (Anexo II) e dos Termos de Desvinculação (ver Anexos III e IV). Casos omissos neste regimento, também deverão ser solucionados pelo Coordenador de TCC.

4. SECRETARIA DE CURSO

Trata-se de elemento fundamental de apoio aos discentes e professores envolvidos no TCC em questões estritamente procedimentais e burocrático-administrativas.

5. DISCIPLINAS DE METODOLOGIA CIENTÍFICA, ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA, PESQUISA APLICADA ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.

O corpo de unidades curriculares que contribuem e vinculam-se ao desenvolvimento de pesquisa e do Trabalho de Conclusão de Curso está distribuído em diversos períodos da matriz curricular. Essa estruturação permite que o discente desenvolva, no decorrer do desenrolar das práticas de ensino-aprendizagem, os mecanismos, instrumentos e reflexões para a construção do conhecimento no decorrer da pesquisa.

Conforme disposto no PPC, as disciplinas de Metodologia Científica, TCC I: Elaboração de Projetos de Pesquisa, TCC II: Pesquisa Aplicada às Relações Internacionais e TCC III: Defesa de monografia são regularmente oferecidas no 2º., 6º., 7º. e 8º períodos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais, com carga horária total de 60 horas-aula cada, de modo que o processo de aprendizagem no decorrer da produção do conhecimento se encaminhe de forma adequada e que as etapas para a produção científica sejam respeitadas.

5.1. METODOLOGIA CIENTÍFICA

A unidade curricular de Metodologia Científica, apresenta-se como uma indispensável contribuição, ainda nos momentos iniciais do curso, para instigar a importância da ciência, pesquisa e conhecimento científico. Destarte, tomam corpo no desenvolvimento da disciplina discussões acerca de pesquisa

bibliográfica, experimental e de campo, bem como a abordagem de questões normativas da realização do trabalho científico.

5.2 TCC I: ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

Além de cumprir os trâmites básicos do oferecimento de uma disciplina, como a apresentação de um Programa e Plano de curso e do cumprimento dos conteúdos básicos constantes na ementa da disciplina (conforme apresentada neste PPC), o docente responsável pela disciplina deve cumprir outros procedimentos administrativos inerentes ao andamento da disciplina de Elaboração de Projetos de Pesquisa.

O docente responsável deverá, obrigatoriamente, apresentar este Regimento no início da disciplina e explicitar aos discentes matriculadas as regras que regem todo o processo, desde a inscrição na disciplina de TCC I até o depósito final do TCC, na disciplina de TCC III. Ademais, deverá apresentar o Edital de Inscrição para Orientação de TCC, que define os trâmites administrativos que regulamentam o processo de vinculação do discente a um orientador. É recomendável a aplicação de questionário, cujo objetivo é identificar habilidades, inclinações e interesses dos estudantes a fim de melhor orientá-los quanto à vinculação ao orientador.

No programa da disciplina, deverão ser reservados encontros para a apresentação das pesquisas em andamento no curso. O docente responsável deverá enviar convites aos docentes do curso para agendamento das apresentações com a antecedência necessária para o cumprimento da programação.

No que se refere a carga horária da disciplina, está dividida entre prática e teórica (30 horas cada). Quanto à primeira, se refere ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa de TCC pelos discentes, devendo ser a principal atividade avaliativa da disciplina. Quanto à segunda, deverão ser ministrados conteúdos referentes à metodologia para a elaboração do Projeto de Pesquisa. O projeto que tem por finalidade o desenvolvimento e a conclusão de Monografia fundamentada na pesquisa, a ser desenvolvida em áreas vinculadas às Relações Internacionais, com respeito às afinidades e interesses do graduando, assim como a adequação da produção em pesquisa do docente (orientador).

Procedimentos da Inscrição para orientação em Elaboração de Projetos de Pesquisa

No âmbito da disciplina, será publicado pelo professor responsável o Edital de Inscrições para Orientação. Neste edital constará em Anexo o "Quadro de Docentes Orientadores de TCC", no qual estarão listadas a titulação, temas de pesquisa dos orientadores e projeto de pesquisa em andamento (cadastrados no Sistema de Gestão de Projetos Universitários – GPU – vinculado à Proex), com seus respectivos números de vagas para orientação.

No prazo estipulado pelo referido Edital, os discentes matriculados em TCC I deverão preencher a Ficha de Inscrição para Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (Anexo I), formulário ao qual deverá anexar o Projeto de Pesquisa produzido no âmbito da disciplina de TCC I.

Projeto de Pesquisa (Elaboração de Projetos de Pesquisa)

A elaboração do Projeto de Pesquisa não se configura como mera exigência formal: tem, efetivamente, o objetivo de elevar a qualidade dos Trabalhos de Conclusão de Curso, além de possibilitar ao discente o planejamento e a fundamentação da pesquisa. Por outro lado, coroa o esforço no campo teórico-metodológico, realizado com a aplicação de conteúdos programáticos àqueles relacionados em distintas disciplinas ao longo da graduação.

Cabe enfatizar que a mudança de tema/objeto de pesquisa ou de orientador implica necessariamente na apresentação de um novo projeto de pesquisa.

5.3. TCC II: PESQUISA APLICADA ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Pesquisa Aplicada às Relações Internacionais possui uma carga total de 60 horas, divididas em 30 horas teóricas e 30 horas práticas. A unidade curricular objetiva um maior aprofundamento no trato teórico-metodológico das atividades de pesquisa dos discentes e o debate entre discentes e professores acerca do andamento das pesquisas de TCC.

5.4. TCC III: DEFESA DE MONOGRAFIA

A disciplina de TCC III tem carga horária total (60 horas) práticas e suas atividades são reservadas ao desenvolvimento da monografia como TCC. Durante a vinculação a essa unidade curricular, o estudante e o orientador desenvolvem o trabalho, apoiados no projeto desenvolvido em TCC I. A matrícula na disciplina tem como pré-requisitos o cumprimento das supracitadas e deverá ser feita se houver perspectiva de terminar a monografia até o final do semestre. O docente responsável pela disciplina deve definir os procedimentos para o depósito da monografia e realização da defesa, por meio de edital.

Procedimentos para a defesa (TCC III)

O Coordenador de TCC deverá lançar Edital de Inscrições para Defesa de TCC fixando os procedimentos e prazos a serem cumpridos para o Depósito, Defesa, Segundo Depósito e Segunda Defesa (quando necessários), e Depósito Final de TCC, conforme estabelecido por este Regimento e em consonância com o Calendário Acadêmico vigente.

6. NORMAS, PROCEDIMENTOS E PRAZOS REFERENTES AO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

- 1) Requisito obrigatório para a integralização curricular do Bacharelado em Relações Internacionais, o TCC deverá ser desenvolvido a partir do 6º. semestre e concluído no 8º semestre letivo;
- 2) A inscrição para a disciplina de TCC I tem como pré-requisito a aprovação na disciplina de Metodologia Científica, oferecida no 2º. Período do curso. A inscrição para a disciplina de TCC II tem como pré-requisito aprovação em TCC I.
- 3) O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser apresentado sob a forma de monografia, em obediência às normas para publicação vigentes e atualizadas, conforme instituído pelo “Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos

da Universidade Federal do Tocantins” (Res. CONSUNI N. 36 de 2017);

- 4) Conforme decisão aprovada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e pelo Colegiado, os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão ter o tamanho mínimo de 50 (cinquenta) páginas, incluindo os elementos pré e pós-textuais;
- 5) O TCC deverá ser fundamentado em revisão bibliográfica, pesquisa e/ou extensão;
- 6) A orientação de TCC deve ser realizada por professor efetivo vinculado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais. A contribuição de docentes externos ao curso ou que estejam sob o regime de professor substituto ou contratação temporária deve ser feita em caráter de coorientação com algum docente efetivo do curso;
- 7) A escolha do orientador, desde que observados os prazos publicados no Edital de Inscrição para Orientação de TCC, é condição essencial para a realização do TCC.
- 8) Poderá haver a atribuição de um coorientador. A sua definição e atribuições devem estar acordadas entre as três partes (Orientador, discente e coorientador). Para concretizar a escolha do coorientador, os formulários pertinentes devem ser preenchidos;
- 9) O objeto de pesquisa a ser definido deverá ater-se às áreas, subáreas e disciplinas específicas do curso;
- 10) A escolha do tema deve considerar os seguintes critérios: a) atender aos interesses acadêmico-profissionais do discente; b) possuir relevância para a área do conhecimento em tela; c) apresentar-se definido de forma objetiva e precisa, evitando-se temas demasiado abrangentes, cuja amplitude os torna excessivamente genéricos ou inexequíveis; e, d) existência e acessibilidade aos meios e fontes de pesquisa;

6.1. ATRIBUIÇÃO DOS ORIENTADORES

Caberá ao professor orientador a tarefa de acompanhar e orientar todas as etapas de elaboração do TCC, desde a (re)elaboração de Projeto de Pesquisa à redação final da monografia.

A orientação de TCC é uma atividade científico-pedagógica; logo, o professor orientador é, por excelência, o pesquisador que confere legitimidade acadêmica ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos orientadores atribui-se plena autonomia para recusar o recebimento do TCC e seu encaminhamento para a avaliação em Banca quando, no desempenho das atividades relativas ao desenvolvimento da pesquisa, o orientador avaliar que não há condições para o depósito do TCC e quando o orientador verificar a ocorrência de fraude acadêmica (plágio). Neste caso, o orientador deverá realizar a apuração rigorosa da fraude e comunicar formalmente o Coordenador de TCC e à Coordenação de Curso. Em caso de confirmação de plágio, deverá se aplicar ou fazer aplicar as sanções previstas em Regimento e Estatuto da Universidade Federal do Tocantins.

6.2. PROCEDIMENTOS E PRAZOS

Inscrição para Orientação de TCC

Ao final do semestre letivo em que o aluno cursar a disciplina de TCC I, através do Edital de Inscrições para Orientação de TCC, o qual estabelecerá o prazo em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente.

Desvinculação/Transferência de alunos de um orientador para outro: em

Prazo máximo anterior à abertura do período de matrícula na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso III (8º período) e em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente.

Projeto de Pesquisa

Deverá ser entregue no semestre letivo em que o aluno cursar a disciplina de TCC I, rigorosamente no prazo fixado pelo Edital de Inscrições para Orientação de TCC.

Seleção de orientadores e pelos discentes:

A orientação deve ser feita a partir da aderência do tema de pesquisa do projeto de pesquisa dos discentes aos temas de expertise do docente e suas respectivas pesquisas em andamento.

Edital e Inscrição para Defesa de TCC

O Edital deve ser elaborado pelo professor de TCC III e apresentado no primeiro dia letivo da disciplina. No decorrer do semestre letivo em que o discente cursar a disciplina de TCC III, por meio de da publicação de Edital de Inscrições para Defesa de TCC se estabelecerá o prazo em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente. Somente serão inscritos para Defesa de TCC os discentes que cumprirem todos os requisitos e procedimentos definidos por este Regimento e estabelecidos no Edital de Inscrições para Defesa de TCC.

Depósito do TCC para a Defesa

O TCC deverá ser depositado junto à Coordenação de TCC/Coordenação de Curso em três vias impressas com encadernação simples e em formato digital ao e-mail da coordenação, colocando em cópia o orientador e coordenador de TCC com aprovação do orientador; no semestre em que o(a) discente cursar a disciplina de TCC III; **com antecedência mínima de 30 dias do encerramento do semestre letivo**. Os Trabalhos de Conclusão de Curso que não contiverem o Aceite do orientador, atestado no Relatório de Desempenho e Frequência nas Atividades de TCC III, não poderão ser encaminhados ou avaliados pelas Bancas Examinadoras. O Edital de Inscrições para Defesa de TCC estabelecerá o prazo exato para o Depósito em cada semestre letivo, observando-se o Calendário Acadêmico vigente. A formatação do TCC deve estar de acordo com o “Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins” (Res. CONSUNI N. 36 de 2017).

Recebimento de TCC pela Banca Examinadora

Após a devida realização do depósito pelo(a) discente, caberá à Coordenação de Curso/Coordenação de TCC ou ao Secretário de Curso protocolar o recebimento dos TCCs e fazê-los chegar à Banca Examinadora com antecedência mínima de 72 horas da data de defesa.

Defesa de TCC

Deverá ocorrer no decorrer dos últimos 30 dias do semestre (anteriores à semana destinada aos Exames Finais) em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente, e no mínimo 72 horas após o Recebimento do TCC pela Banca Examinadora.

Segunda Defesa de TCC (quando necessário):

Em casos de defesas que não tenham obtido nota mínima de 7,0 (sete) para aprovação pela Banca Examinadora, haverá necessidade de realizar a Segunda Defesa de TCC. A Segunda Defesa deverá ocorrer no período destinado aos Exames Finais do semestre letivo, em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente. Caberá então ao discente realizar o **Segundo Depósito do TCC**, devidamente revisado, com a aprovação do orientador, no prazo de 72 horas antes da data correspondente ao Exame Final da disciplina de TCC II. O prazo exato para o Segundo Depósito e Segunda Defesa de TCC serão estabelecidos no Edital de Inscrições para Defesa de TCC, em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente.

Recursos

Em caso de reprovação pela Banca Examinadora, caberá ao discente o direito de recurso junto à Coordenação de TCC no prazo de 24 horas a contar da data de realização da banca. Caberá ao Coordenador de TCC analisar a procedência do recurso, e, uma vez aceito, o mesmo constituirá imediatamente uma comissão formada por dois professores orientadores de TCC que não se tenham envolvido direta ou indiretamente com o TCC em questão (um indicado pelo Coordenador; o segundo, pelo orientador) para manifestarem-se definitivamente sobre o recurso, antes do final do período letivo corrente. Não havendo acordo na comissão acerca da procedência do recurso, caberá ao Coordenador de TCC o voto de desempate. Caso o recurso seja aceito, caberá ao discente entrar com pedido de revisão de nota ao professor responsável pela disciplina de TCC III, dentro do prazo definido pela Pró-Reitoria de Graduação.

Depósito Final de TCC

Deverá ser feito junto à Coordenação de Curso, após aprovação pela Banca Examinadora, com as devidas correções (quando solicitadas pela Banca) supervisionadas pelo Orientador. O Depósito Final de TCC deverá ser efetuado obrigatoriamente dentro do prazo fixado no Edital de Inscrições para Defesa de TCC (antes do encerramento do prazo de fechamento dos diários de disciplinas) em conformidade com o Calendário Acadêmico vigente. Seu descumprimento implicará em reprovação na disciplina de TCC III. A formatação do TCC para Depósito Final deve estar de acordo com o “Manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos da Universidade Federal do Tocantins” (Res. CONSUNI N. 36 de 2017). Observa-se, no Item 2.17 deste documento que: “Todos os trabalhos de conclusão (graduação, especialização, mestrado e doutorado), deverão ser encadernados em capa dura e obedecendo aos seguintes critérios para definição de cor: a) graduação: azul marinho padrão com letras douradas”.

Observação

Não haverá prorrogação dos prazos acima definidos, à exceção de casos omissos, não previstos neste Regimento.

6.3. BANCA EXAMINADORA

As bancas examinadoras serão compostas pelo professor orientador (Presidente) e por dois professores convidados definidos pelo orientador e pelo orientando. Ao menos um dos professores deve estar vinculado ao curso de Relações Internacionais e o outro, considerando-se pertinência, aproximação ou afinidade com relação ao tema do Trabalho de Conclusão de Curso a ser avaliado.

6.4. AVALIAÇÃO

O desempenho do graduando nas atividades concernentes ao TCC será avaliado em situações distintas e de diferentes formas:

Pelo professor de TCC I: por meio do Projeto de Pesquisa.

Pelo professor Orientador: Através das atividades de Orientação, a partir do 6º semestre letivo, e do Relatório de Desempenho e Frequência nas Atividades de TCC III.

Pela Banca Examinadora: por meio dos seguintes critérios: fundamentação e domínio do campo da teoria e do método; domínio aprofundado do tema/objeto de pesquisa; relevância da pesquisa realizada; originalidade, complexidade e consistência lógica e metodológica da pesquisa realizada; qualidade da redação do trabalho; e, desempenho na explanação e diante da arguição durante a defesa da monografia.

7. DEFESA DE TCC DIANTE DA BANCA EXAMINADORA

Presentes o orientador (Presidente da Banca) e demais membros (dois professores) e o orientando de TCC, em data e horário previamente estabelecidos, o Presidente abrirá a sessão de Defesa Pública de TCC.

Caberá ao orientando o prazo máximo de 20 minutos para exposição do trabalho perante a Banca. Encerrada a apresentação, cada membro da Banca, fará a arguição em um período máximo de 20 minutos, respeitada a seguinte ordem de fala: a) professores convidados oriundos de outras IES, b) professores de outros *campi* da UFT, c) professores de outros cursos do *campus*, d) professores do curso (em ordem definida pelo orientador).

Terminada a arguição, o orientando terá 20 minutos (máximo) para responder às questões formuladas pela Banca. Em seguida, o Presidente solicitará a retirada do orientando e da audiência e dará início à avaliação do trabalho apresentado e ao preenchimento e assinatura da Ata de Defesa. Por fim, chamará o orientando e convidará a audiência, a fim de anunciar a aprovação ou reprovação do trabalho, por meio da leitura da Ata, agradecendo a participação dos demais membros da banca e audiência e dando por encerrada a sessão.

8. VIGÊNCIA DO REGIMENTO

Este Regimento entrará em vigor a partir da aprovação do Projeto Pedagógico do Curso.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos deverão ser analisados pelo Coordenador de TCC, o qual, se julgar necessário, deverá consultar a Coordenação de Curso e/ou o Colegiado de Relações Internacionais.

Anexo I – FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ORIENTAÇÃO DE TCC

BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO CAMPUS DE PORTO NACIONAL - UFT FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____,
aluno(a) regularmente matriculado(a) no ____ período do Curso de Relações Internacionais,
de acordo com os critérios fixados em Edital, venho requerer minha inscrição à ()
orientação

() coorientação para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a) professor(a)
_____.

Assinatura do(a) aluno(a)

Fone para contato: _____

E-mail: _____

Porto Nacional, ____ de ____ de ____.

Anexo II –TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, docente do curso de _____, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aceito () orientar

() coorientar _____, o(a) aluno(a) regularmente matriculado(a) no curso de Bacharelado em Relações Internacionais.

Assinatura do docente
Matrícula N.º _____

Fone para contato: _____

E-mail: _____

Semestre letivo: _____.

Porto Nacional, _____ de _____ de _____.

REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - O presente Regimento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Art. 2º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de que trata o presente Regimento, é o órgão consultivo, propositivo e de assessoramento, responsável pelo acompanhamento do curso, visando à contínua promoção de sua qualidade, segundo as diretrizes e normas da Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), da Nota Técnica Núcleo Docente Estruturante dos cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins, da PROGRAD, e da Instrução Normativa nº 010/2022 CDRG/DPEE/PROGRAD.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º - São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

I - Elaborar, implementar e corrigir quando necessário o Projeto Pedagógico de Curso (PPC);

II - Prezar pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;

Encaminhar, ao Colegiado do curso, os registros das reuniões realizadas juntamente com as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;

III - Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;

IV - Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;

V - Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de

conhecimento do curso;

VI - Indicar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais necessários para o pleno funcionamento do Curso;

VII - Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso;

VIII - Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

IX - Realizar estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º - O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico, e será constituído:

I - Por, no mínimo, 5 docentes incluído o coordenador do curso, e, no máximo 45% de docentes do colegiado do curso.

II - Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu*.

III - Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva.

Art. 5º - A indicação dos representantes docentes deverá ser apresentada, avaliada e aprovada pelo corpo docente do curso em reunião colegiada.

Parágrafo único: Os docentes indicados deverão atender às exigências estabelecidas no Art. 8º deste regimento, que dispõe sobre os critérios de indicação e seleção dos docentes.

Art. 6º - A composição do NDE deve ter renovação periódica parcial de seus membros, para garantir a continuidade no processo de desenvolvimento e acompanhamento do curso.

Art. 7º - O mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, sendo prorrogável por igual período devendo para isso o presidente do NDE informar no sistema NDE+ os nomes dos membros da gestão, ou caso o sistema esteja inativo enviando os nomes, com os dados a PROGRAD.

I - O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD pelo Presidente do NDE ou pelo Coordenador do Curso.

II - Os membros do NDE que se afastarem para qualificação deixarão automaticamente de pertencer ao NDE, e, quando do retorno de afastamento, os docentes que tiverem interesse em ingressar novamente no NDE deverão atender às exigências estabelecidas no Art. 8º deste regimento.

III - Caso não haja inscritos para compor o NDE cabe ao coordenador do colegiado indicar os professores membros para a composição do grupo, respeitando o artigo

IV - Se recomenda que não ingressem no NDE aqueles docentes que manifestarem formalmente em Colegiado o interesse de se afastar para qualificação (pós-doutoramento) no semestre subsequente.

V - O reingresso de membros no NDE deve observar o princípio da rotatividade dos docentes do Colegiado;

Art. 8º - Para renovação dos membros do NDE, serão observados para a indicação de membros ao NDE os seguintes critérios em ordem decrescente:

I - O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, nos três últimos anos, usando como base para a contagem de pontos o Anexo I – Relatório de Produtividade para progressões e promoções na carreira de Professor de Magistério Superior na UFT;

II - Maior tempo de experiência de ensino no magistério superior;

CAPÍTULO IV

DA NOMEAÇÃO E FLUXO PARA EMISSÃO DE PORTARIA

Art. 9º - A nomeação dos membros deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso e inserida no Sistema NDE+ pelo presidente do NDE ou coordenador do curso, caso o Núcleo esteja sem presidente. A Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD tramitará os dados para a emissão da portaria. Depois da emissão da portaria, ela será inserida no sistema e poderá ser visualizada pelo colegiado do curso, pelos membros do NDE e pela PROGRAD.

Art. 10º - Os nomes inseridos no Sistema NDE+ devem ser os que estão na ata de reunião do colegiado, na qual a decisão sobre esta composição foi homologada, sendo de responsabilidade do presidente do NDE e/ou do coordenador do curso,

caso esteja sem presidente, atestar a integridade dos dados inseridos no sistema.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 11º - O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será eleito pelos membros do Núcleo Docente Estruturante. Compete a ele:

I - Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;

II - Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas; III –

III - Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;

IV - Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;

V - Redigir as atas de todas as reuniões, para que seja arquivadas na coordenação de curso;

VI - Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso;

VII - Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso;

VIII - Inserir no sistema NDE+ todos os dados referentes aos membros do Núcleo Docente Estruturante como matrícula, e-mail institucional, e os nomes dos membros do NDE e demais dados solicitados pelo sistema;

VIII - Acompanhar o trâmite e emissão das portarias, assim como verificar os nomes dos membros presentes no sistema.

IX - É recomendável que o presidente do NDE não seja o coordenador do curso, mas em caso de vacância da presidência do Núcleo, o coordenador do curso pode exercer a presidência do NDE ou o coordenador substituto.

CAPÍTULO V

DAS REUNIÕES

Art. 12º - A convocação dos membros do NDE, pelo presidente, será feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do início da reunião e com informação da pauta, salvo circunstâncias de urgência.

Art. 13º - Quanto à periodicidade:

I - As reuniões regulares deverão se realizar com o intervalo máximo de 2 meses.

II - As reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento de acordo com urgência e necessidade.

Art. 14° - A reunião do NDE deve contar com a presença mínima de metade mais um, dos membros, para fins de votação.

Art. 15° - A ausência em 3 (três) reuniões, sem justificativa, implica em exclusão do membro das atividades do NDE e cabe ao Presidente excluí-lo do sistema NDE+ e providenciar a substituição.

Parágrafo único: No caso de ausência do Presidente, os membros devem informar ao coordenador do curso para promover a substituição.

CAPÍTULO VI DAS DECISÕES E VOTAÇÕES

Art. 16° - As decisões, realizadas em reunião, relativas ao encaminhamento das recomendações ao Colegiado, serão tomadas por meio de votação, de acordo com o número de presentes.

Art. 17° - A votação é, impreterivelmente, aberta.

Art. 18° - Os membros não devem votar ou deliberar em assuntos de interesse pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o NDE possua número par de votantes, ou esteja com a configuração de pares no ato de votação, em caso de empate na votação, a matéria em questão deve ser deliberada em reunião colegiada do curso.

CAPÍTULO VII DAS ATAS

Art. 19° - Todas as reuniões, sem exceções, devem ser documentadas em atas, as quais devem ficar à disposição do Colegiado do curso e dos órgãos institucionais superiores para serem publicadas e amplamente divulgadas para a comunidade, cabendo a responsabilidade das atas ao Presidente do NDE.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20° - Este regimento poderá ser revisto a qualquer tempo por decisão do próprio NDE e aprovado pelo Colegiado do Curso de Graduação.

Art. 21° - Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Graduação com o suporte da Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação.

Regimento de Atividades Complementares (AC)

A Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, estabelece:

Parágrafo único. Os estágios e **atividades complementares** dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

E, conforme a Resolução CNE/CES nº 4, de 8 de outubro de 2017, instituiu-se:

Art.7º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, atividades culturais, transversais, opcionais, e de interdisciplinaridade.

Objetivos

I – As atividades complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o Parecer do CNE/CES nº 492/2001.

Das exigências e critérios de execução

I – Os alunos do Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Campus Universitário de Porto Nacional deverão cumprir 60 horas, ou 4 créditos, de Atividades Complementares (AC);

II – O aluno deverá realizar no mínimo 30 horas/atividades, ou 2 créditos fora da instituição; todas as atividades devem conter documentação comprobatória original; nos certificados individuais dos alunos e/ou no histórico de AC disponível na Secretaria do Curso, juntamente com os comprovantes;

IV – O cronograma AACC com assinatura e carimbo do Professor Coordenador deverá compor a pasta acadêmica do aluno; a devolução da pasta de Atividade

deverá ser solicitada via Requerimento no Setor de Protocolo no período máximo de seis meses. Após este período, o documento será incinerado; as declarações solicitadas como documento comprobatório, deverão ser emitidas em papel timbrado do estabelecimento e conter assinatura e carimbo do responsável;

V – Os alunos concluintes poderão entregar a pasta das AC, junto à secretaria do curso, de maio no primeiro semestre, e 31 de outubro no segundo semestre.

VI – Os casos não mencionados deverão ser encaminhados para o Núcleo Docente Estruturante (NDE).

Tabela 1 - Tipos e nomes de Atividades Complementares (conforme RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - N° 009/2005):

TIPO	Nome da Atividade	Crédito P/ Ativ.¹
ENSINO	I - Disciplinas Complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por disciplina);	05
	II - Atividade de Monitoria; (por semestre)	05
	III - Organizar e ministrar mini-curso; (por mini-curso)	05
	IV - Participar como ouvinte em mini-cursos;	03
	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira ² ;	02

¹ Salvo especificado para a atividade, cada crédito equivale a 15 horas.

² No que se refere exclusivamente a língua estrangeira, serão considerados os seguintes critérios:

a) apresentação de certificados de curso emitidos por instituição de ensino ou pessoa jurídica, contendo a carga horária total do curso, em que haverá atribuição de 1 crédito por 15 horas de atividade;

b) apresentação de certificados emitidos mediante a realização de exames de Proficiência com atribuição de 30 horas (2 créditos) para certificados de nível básico, 60 horas (4 créditos) para nível intermediário e 90 horas (6 créditos) para avançado, com equivalência dos níveis em acordo com o Quadro Comum Europeu:

O Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas é definido de acordo com 6 níveis: A1 – inicial, A2 – básico (níveis básicos); A3 – intermediário, A4 – independente (níveis intermediários); A5 – fluente eficaz, e A6 – fluente estruturado (níveis avançados). Mais informações em: <https://www.coe.int/en/web/common-european-framework-reference-languages>

Para análise e definição de qual nível a nota no exame de proficiência equivale, a coordenação de curso usará os critérios definidos pela instituição que aplica o exame, seguindo normativas publicadas em seus sites institucionais.

	VI - Cursos nas áreas de língua estrangeira;	-
PESQUISA	I - Livro Publicado, na área com ISBN;	50
	II - Capítulo de Livro, na área e com ISBN;	20
	III - Projeto de Iniciação Científica;	15
	IV - Projeto de Pesquisa Institucionais;	10
	V - Artigo publicado como autor, periódico com conselho editorial na área;	10
	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial) na área;	05
	VII - Artigo completo publicado em anais como autor;	05
	VIII - Artigo completo publicado em anais como co-autor;	03
	IX - Resumo em anais;	03
	X - Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos, por semestre;	03
EXTENSÃO	I - Autoria e execução de projeto de extensão;	15
	II - Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);	10
	III - Participação como conferencista em (congressos, palestras, mesas-redondas, etc.);	10
	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.);	05
	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.);	05

c) comprovação de atividades como professor de línguas com validação equivalente às horas aulas em docência, através da comprovação de vínculo empregatício por carteira de trabalho, contrato como pessoa jurídica, ou por certificado de atividade de docência em programas institucionais de ensino de línguas;

d) atuação como intérprete, também com validação equivalente às horas trabalhadas, mediante comprovação por certificado do evento ou declaração da instituição responsável;

e) tradução de textos, com equivalência de 3 horas-atividade por página traduzida, comprovada por declaração do contratante do serviço.

	IV - Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.);	03
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, workshop, etc.);	03
	VIII - Participação em oficinas;	03
	IX - Visitas técnicas;	03
	X - Estágios extracurriculares; (cada 80 horas)	03
	XI - Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc.); (por semestre)	03
	XII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs, etc.); (por semestre)	02
Outras Atividades		

Das Disposições Gerais

I – Este Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, para garantir o bom funcionamento do curso, bem como atender às exigências constantes nas legislações e normativas vigentes, mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do campus de Porto Nacional.

II – Constituem definições básicas que poderão, à medida que forem surgindo questões pontuais, serem readequadas de forma a atender plenamente as exigências da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 e Resolução Nº 4, de 8 de outubro de 2017.

III – Os casos omissos nesta regulamentação serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) de Relações Internacionais.

Este Regimento entrará em vigor a partir da aprovação do novo Projeto Pedagógico do Curso.

REGIMENTO DO LAERI

Art. 1º - O presente Regimento disciplina o funcionamento do Laboratório de Ensino em Relações Internacionais (LAERI) do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais sito no campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Art. 2º - O LAERI é o espaço de elaboração, desenvolvimento e conclusão de projetos e ações de pesquisa, ensino e extensão definidos a partir do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais (PPC).

CAPÍTULO II DA COORDENAÇÃO

Art. 3º - A Coordenação do LAERI se efetivará por meio de:

I – Deliberação do Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais sito no campus de Porto Nacional da UFT;

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º - A Coordenação do LAERI é constituída por:

I – Coordenador;

II – Vice Coordenador;

CAPÍTULO IV DOS OBJETIVOS

Art. 5º - São objetivos do LAERI:

I – Reunir as atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do curso de Relações Internacional de maneira que possa identificar e aperfeiçoar metodologias aplicadas à reflexão e intervenção na realidade local, regional e internacional;

II – Proceder no sentido do desenvolvimento e da sofisticação – com a possível cooperação de organismos públicos e privados – de materiais, métodos e

procedimentos aplicáveis ao estudo dos fenômenos internacionais, da elaboração e execução de diagnósticos, bem como da captação de recursos externos e acesso aos incentivos internos capazes de garantir a promoção da cooperação internacional em seus diversos âmbitos, modalidades e abrangências;

III – Criar e manter um banco de dados e informações;

IV – Coletar e divulgar resultados de pesquisa e extensão realizada pelos corpos docente e discente, sobretudo aqueles resultantes dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e de Iniciação Científica (IC);

V – Acompanhar, divulgar e até mesmo propor acordos, convênios e mecanismos de cooperação junto a organismos públicos e privados que visem à realização de projetos de pesquisa, ensino e extensão de inserção e projeção internacional;

VI – Garantir a formação profissional de qualidade aos graduandos do curso de Relações Internacionais no campo da cooperação;

VII – Inserir debates pertinentes ao campo das Relações Internacionais, como direitos fundamentais, globalização, cultura e gênero, ambiente e sustentabilidade, políticas públicas, entre outros;

VIII – Desenvolver competências inerentes à área para assim promover a inserção e a projeção internacional de sujeitos e agentes sociais diversos, alguns dos quais distantes do reconhecimento dos quais sabidamente são merecedores.

IX - Garantir a possibilidade de que grupos de pesquisa vinculados ao curso de Relações Internacionais desenvolvam suas atividades de forma integrada aos interesses de produção do conhecimento;

X - Se estabelecer como um espaço para orientação de diversas naturezas junto aos discentes, como TCC, IC e Extensão;

XI - Possibilitar o desenvolvimento e atividades vinculadas à extensão;

CAPÍTULO V DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O funcionamento do LAERI sustenta-se em uma prática laboratorial para o desenvolvimento das pesquisas, disciplinas e práticas de ensino e de extensão de seus colaboradores.

§ 1º - A utilização do espaço do LAERI pelos discentes ocorrerá das 8:00 às 18:00, de acordo com o Calendário Acadêmico da UFT. A utilização do LAERI após as 18:00 será condicionada ao acompanhamento de um docente ou com discente com autorização expressa da Coordenação do LAERI.

§ 2º - A utilização extraordinária do espaço do LAERI em horário e dia que não seja aquele estipulado no § 1º deste capítulo, poderá ocorrer desde que exista a concordância da Coordenação e que não afete os horários de abertura e fechamento do campus;

§ 3º - Os colaboradores do LAERI devem contribuir para a organização e adequação de hábitos em prol do andamento das pesquisas que se desenvolvem;

§ 4º - A utilização de equipamentos in loco ou em pesquisas de campos, pertencentes ao LAERI, devem ser registrados em livro-controle disponibilizado pela Coordenação;

§ 5º - A supervisão das atividades dos estudantes deve estar a cargo de todos os docentes e técnicos e discentes do curso de Relações Internacionais.

§ 6º - A permanência dos discentes no LAERI está sujeita ao preenchimento obrigatório de uma folha de presença que conste: nome; número de matrícula; data e horário de permanência.

§ 7º - As penalidades para o descumprimento do § 6º e/ou qualquer atividade que resulte no prejuízo material do LAERI resultarão em:

- a) em caso de não se confirmar o preenchimento da folha de presença: suspensão de utilização por 2 semanas;
- b) em caso de reincidência, suspensão de 2 meses;
- c) Caso se verifique comportamento de violação do Regimento Geral da UFT, serão seguidas as regras constantes no mesmo.

§ 8º – Haverá preferência para utilização do laboratório as atividades de ensino e de extensão que estejam vinculadas à estrutura curricular do Curso de Relações Internacionais.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO

Art. 7º - A Coordenação do LAERI é o órgão responsável pela coordenação geral do laboratório e será exercido por Coordenador e Vice Coordenador, eleitos pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFT;

§ 1º - Caberá ao Vice Coordenador-zelar pelo funcionamento do laboratório;

§ 2º - Em caso de ausência do Coordenador e do Vice Coordenador, caberá ao Coordenador de Curso zelar pelo funcionamento do laboratório;

§ 3º - Em caso de ausência do Coordenador do LAERI, e do Coordenador de Curso, caberá ao Coordenador Substituto de Curso zelar pelo funcionamento do laboratório;

Art. 8º - À Coordenação do laboratório compete:

I – Estimular o desenvolvimento de pesquisas e atividades de extensão de forma combinada aos colaboradores do laboratório;

II – Auxiliar na organização e divulgação dos resultados parciais ou finais de pesquisa;

III – Emitir comunicados pertinentes às atividades do LAERI;

IV – Convocar reuniões de matérias que sejam pertinentes ao ensino, pesquisa e extensão;

V - Zelar pelo funcionamento do espaço e dos equipamentos pertencentes ao LAERI;

VI - Coordenar o Grupo de Pesquisa do LAERI no Diretório de Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes (CNPq).

CAPÍTULO VII

DOS COLABORADORES DO LABORATÓRIO

Art. 9º - Os colaboradores do LAERI podem ser:

I – Pesquisadores Plenos:

1. Docentes do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais do campus Porto Nacional da UFT;

II – Pesquisadores Associados:

1. Docentes de outras Instituições de Ensino Superior (IES) públicas ou privadas;

2. Docentes de outros cursos da UFT;
3. Pesquisadores que não estejam em nenhuma IES, mas que tenham, no mínimo, o título de mestre.

III – Estudantes:

1. Discentes do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFT; 2. Discentes de outros cursos da UFT.

§ 1º - A participação de Pesquisadores Associados e de Discentes de outros cursos da UFT deve ser aprovada de forma conjunta pela Coordenação do LAERI e apresentar ciência à Coordenação de Curso.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 19º - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.